

(DES)(RE)  
**Construindo  
o Brasil:**

Ensaio de Sociologia Brasileira

Mariana Selister Gomes  
Organização

ORGANIZAÇÃO  
**Mariana Selister Gomes**

**(DES)(RE)**  
**Construindo o Brasil:**

Ensaio de Sociologia Brasileira

Título: **(Des)(Re)Construindo o Brasil: Ensaios de Sociologia Brasileira**

Organização: **Mariana Selister Gomes**

Conselho Editorial:

**Janaína Xavier do Nascimento**

**Mari Cleise Sandalowski**

Revisão: **Fidah Mohamad Harb**

Diagramação: **Amanda de Oliveira Pinho, Antônia Haag e Rodrigo Osório Santini**

Edição da Capa: **Amanda de Oliveira Pinho**

Imagem de Capa:

Autor: **Leandro Selister**

Título: **Quem somos? Para onde vamos?**

Ano: **2017 / Foto capturada com smartphone**

A foto faz parte do Projeto “Coisas do Cotidiano” que o artista Leandro Selister desenvolve desde set/2011 através de sua conta no instagram @lselister. Em 2018 a foto foi premiada e fará parte do Projeto Editorial “Nossa São Paulo” que resultará em um fotolivro. Em 2019 a foto foi selecionada para projeção no “VII Mira Mobile Prize”, na Galeria Mira Forum, na cidade do Porto, Portugal. A imagem foi cedida gratuitamente pelo artista.

Apoios:

**Universidade Federal de Santa Maria.**

**Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria.**

**Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria.**

ORGANIZAÇÃO  
**Mariana Selister Gomes**

# **(DES)(RE) Construindo o Brasil:**

**Ensaios de Sociologia Brasileira**

1ª Edição

Santa Maria RS  
2019

---

G633d Gomes, Mariana Selister

(Des)(re) construindo o Brasil : ensaios de sociologia brasileira / Mariana Selister Gomes (Org.). – 1 ed. – Rio de Janeiro: Letras e Versos, 2019.

Vários Autores  
150 p.; 21 cm

ISBN-978-85-5700-368-2

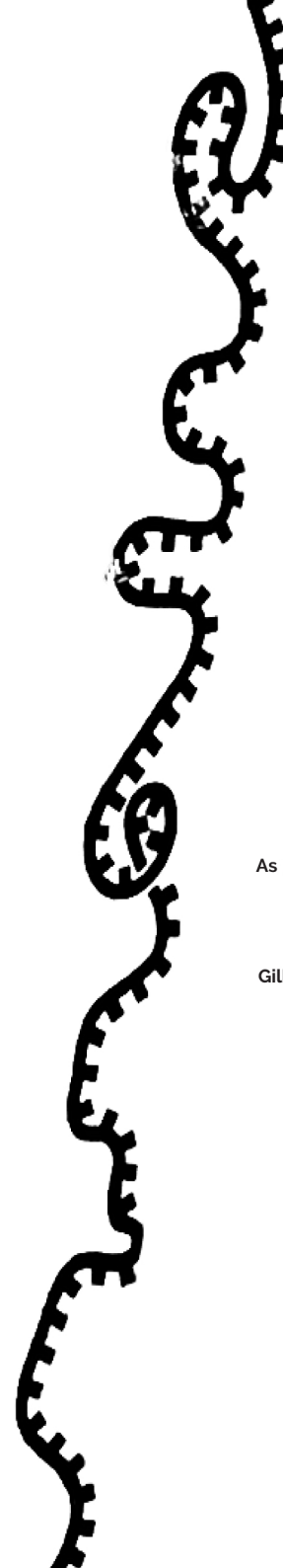
1. Sociologia - Ensaio. 2. Sociologia brasileira. I. Título.

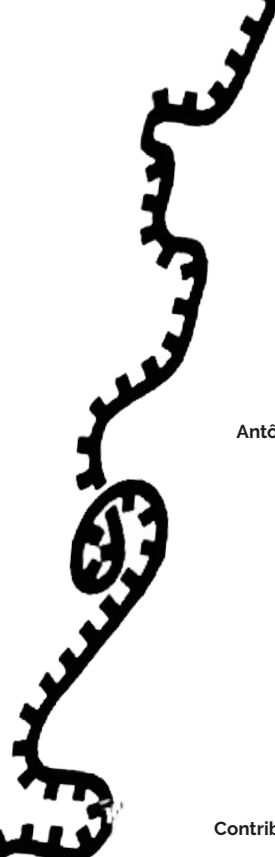
CDD: 301  
CDU: 316

---

# SUMÁRIO

PREFÁCIO	07
Janaina Xavier do Nascimento	
APRESENTAÇÃO	09
<b>A Sociologia Brasileira não pode ser ignorada! Perspectivas históricas e desafios contemporâneos à produção de conhecimento sociológico no Brasil</b>	
Mariana Selister Gomes	
I. GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES	17
<b>Percepções da Violência na Sociologia Brasileira:</b> Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e Sueli Carneiro	19
Danieli Klidzio	
<b>As Mulheres Negras nas obras de Gilberto Freyre, Leila Gozález e Luiza Bairros</b>	29
Mara Cristina dos Santos	
<b>Gilberto Freyre versus Heleieth Saffioti:</b> considerando o lugar de fala na produção teórica brasileira	39
Dâmaris Schlender [z Júlia Presser Marques	
<b>O Trabalho das Mulheres na Sociedade Patriarcal Brasileira:</b> dos Clássicos aos Contemporâneos	49
Giovana Duarte	
II. RAÇA E INTERSECCIONALIDADES	61
<b>O Patrimonialismo como forma de perpetuar a exclusão do Negro:</b> o autêntico e fechado Mundo Dos Brancos	63
Luísa Paim Martins	





<b>Do Mestiço ao Malandro:</b> Um ensaio sobre os conceitos da construção identitária brasileira, sociedade híbrida, homem cordial e malandragem Lucas Back de Araújo	77
<b>O Racismo, o Capitalismo e o Negro como Sujeito Político nas obras de Florestan Fernandes e Clóvis Moura</b> Henrique da Rosa Muller	88
<b>Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Peter Fry e Antônio Sérgio Guimarães:</b> o debate racial no Brasil, ontem e hoje Daniel Stack	104
<b>III. CLASSE E INTERSECCIONALIDADES</b>	<b>113</b>
<b>A Teoria Marxista da Dependência na Sociologia Brasileira Contemporânea</b> Mayco L. da Silva	115
<b>Formação e desenvolvimento da burguesia brasileira:</b> as contribuições de Caio Prado Jr, Florestan Fernandes e dos teóricos da dependência Italo Matheus Leporassi Iora	123
<b>Contribuições do Marxismo no debate sobre a Configuração Racial Brasileira:</b> Análise das obras de Caio Prado Junior, Florestan Fernandes e Octávio Ianni Anthony Scapin Eichner	135
<b>AGRADECIMENTOS</b>	<b>148</b>

## PREFÁCIO

Janaina Xavier do Nascimento

N o âmbito de sua reforma curricular mais recente, aprovada em 2018, o curso de Ciências Sociais Bacharelado da UFSM criou a disciplina de Sociologia Brasileira como obrigatória em sua grade curricular. A Coordenação (então sob minha responsabilidade) e o Colegiado do Curso viram ali a oportunidade de fortalecer a formação de nossos futuros cientistas sociais em Sociologia Brasileira, conhecendo, analisando e criticando o pensamento sociológico de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior, Florestan Fernandes e Heleieth Saffioti, evidenciando suas contribuições teóricas, assim como suas lacunas para a compreensão do Brasil.

Ademais, outro objetivo foi compreender a teoria da dependência a partir de seus principais formuladores: Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, de um lado, e Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, de outro. Por fim, tratava-se de refletir sobre novas interpretações dos problemas e dilemas presentes na sociedade brasileira.

O presente livro (*Des)(Re)Construindo o Brasil: Ensaio de Sociologia Brasileira*, proposto e organizado pela Professora Dr<sup>a</sup>. Mariana Selister Gomes, propõe-se a demarcar o momento em que a disciplina se tornou obrigatória em nossa grade curricular, promovendo o debate de autores já consagrados, mas também dando visibilidade às contribuições teóricas de autores marginalizados, sobretudo mulheres e negros.

A Professora Dr<sup>a</sup>. Mariana Selister Gomes, com a sagacidade, diligência e compromisso que só as/os boas professoras/es possuem, enxergou a capacidade intelectual, analítica e crítica dos nossos jovens cientistas sociais ao ministrar essa disciplina, ofertada pela primeira vez como disciplina obrigatória. Esse livro é fruto do excelente trabalho desenvolvido por ela e pelas autoras(es) dos ensaios; todos empenhados em abraçar o projeto de fazer sociologia à luz da sociologia brasileira, contribuindo para pensar várias questões candentes da nossa sociedade, tais como as questões étnico-raciais, de classe e de gênero. Organizado em três sessões (I – Gênero e Interseccionalidades, II – Raça e Interseccionalidades, III – Classe e Interseccionalidades), os ensaios trazem à tona as questões da violência, da mulher negra, do trabalho das mulheres na obra de autores como Gilberto Freyre, Florestan

Fernandes, Heleieth Safiotti, Sueli Carneiro e outros. Em seguida, são analisados o debate racial no Brasil, o racismo e o negro como sujeito político. Por fim, o foco se volta para a teoria marxista da dependência e as contribuições do marxismo ao debate sobre a configuração racial no Brasil.

O livro, portanto, compreende um belo trabalho *sobre* sociologia brasileira, mas também *de* sociologia brasileira.

## **A SOCIOLOGIA BRASILEIRA NÃO PODE SER IGNORADA!** Perspectivas históricas e desafios contemporâneos à produção de conhecimento sociológico no Brasil

*Mariana Selister Gomes*

**A**s Ciências Sociais estão sob ataque no Brasil atual. Em 2015, a Reforma do Ensino Médio retirou a obrigatoriedade do ensino de Sociologia (área que representava as Ciências Sociais nas escolas) (ABECS, 2018). Em 2019, desde o início do novo governo, altos representantes deram inúmeras declarações que tentavam desmoralizar e desvalorizar as Universidades Públicas, em geral (AGOSTINI, 2019); e, Ciências Sociais, em específico (G1, 2019). Em resposta, inúmeras associações científicas, entre elas a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC, 2019) manifestaram seu apoio às Ciências Sociais e Humanas; assim como, milhares de pessoas tomaram as ruas em defesa das Universidades Públicas (GAZETA, 2019).

Como cientistas sociais, nós sabemos que este ataque não significa que nosso trabalho não é importante. Ao contrário, entre defensores e acusadores, o fato é que as Ciências Sociais Brasileiras não podem ser ignoradas. Com quase 200 anos de Pensamento Social Brasileiro e cerca de 70 anos de Ciências Sociais no país, temos um grande legado e um importante potencial.

Neste contexto de desafios para às Ciências Sociais, esse livro surge para reforçar a importância da área e demonstrar o nosso potencial de reflexão e análise, enquanto cientistas sociais brasileiros/as. Entre as três áreas que compõem as Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia – o enfoque do livro está na Sociologia, mas, entendendo que as fronteiras entre as áreas são fluídas e as três são complementares e igualmente importantes.

Os ensaios aqui reunidos foram produzidos por alunos/as do Bacharelado e da Licenciatura em Ciências Sociais da UFSM, durante a disciplina de “Sociologia Brasileira”, por mim ministrada, em 2018.2 – sendo a primeira vez que esta disciplina foi ministrada como obrigatória, seguindo a reformulação do Projeto



Pedagógico do Curso de Bacharelado, que buscou dar uma maior visibilidade à Sociologia produzida no Brasil.

Nesta apresentação do livro, buscaremos: oferecer um breve panorama histórico da Sociologia Brasileira; discutir alguns desafios contemporâneos à produção da área; e, por fim, apresentar o nosso livro.

## Breve Panorama Histórico da Sociologia Brasileira

Não há um consenso sobre a origem do Pensamento Social Brasileiro, assim como, há debates sobre quais são, ou não, os intelectuais mais importantes. Estas disputas fazem parte da própria construção do conhecimento científico que é, também, um campo social (BOURDIEU, 2003).

Um recorte temporal objetivo que tem sido utilizado por historiadores (CEZAR, 2003) é o Primeiro Concurso de História Nacional, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de 1848. O IHGB foi uma das primeiras instituições científicas do Brasil. Este concurso tinha como objetivo escolher a melhor Tese sobre como deveria ser contada a história do Brasil. O vencedor foi Carl Philip Von Martius, um alemão, que propôs a tese das três raças: a história do Brasil deveria ser contada através da história das três raças formadores – brancos, negros e índios.

A discussão racial vai então, desde os primórdios, marcar o Pensamento Social brasileiro. Ainda no século XIX, Vanraughen vai escrever o primeiro grande trabalho historiográfico sobre o Brasil (REIS, 2007), apresentando uma visão hierárquica sobre a contribuição de cada “raça”.

Na virada do século XIX para o XX, as Terias Racialistas (e racistas) europeias vão ser fortemente incorporadas pelos intelectuais brasileiros. Os debates variavam entre a condenação eterna do Brasil por ser um país mestiço, e a suposta solução para o país através do branqueamento da população, que ocorreria com a vinda de imigrantes europeus. Autores como Skidmore (2012) desvelam todo esse cenário intelectual.

Em 1933, teremos o primeiro grande marco das Ciências Sociais no Brasil: a obra *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (2003). O antropólogo/sociólogo/historiador/ensaísta produz uma suposta nova interpretação do Brasil. Ainda repetindo o modelo interpretativo das três raças, porém, diante da falência do projeto de branqueamento, Freyre defende a mestiçagem como uma característica positiva do Brasil. Até hoje, há um grande debate sobre o quanto esta obra foi inovadora ao propor a mestiçagem como algo positivo ou o quanto silenciou o racismo e naturalizou uma hierarquia entre brancos, negros e indígenas no Brasil.

Neste cenário de grandes intérpretes, também se destaca Sérgio Buarque de Holanda, com o livro *Raízes do Brasil*, publicado em 1945. Em comum com Freyre, Holanda apresenta uma análise culturalista, no entanto, em oposição àquele, este mostra-se crítico ao papel desempenhado pelos portugueses. Em uma análise

que dialoga com a perspectiva Weberiana, Holanda (2000) defende um Estado Burocrático Racional Moderno, o qual não teria sido implementado adequadamente devido às nossas raízes ibéricas.

O nome que teve grande repercussão ao questionar a visão culturalista dos intérpretes, sobretudo a obra de Freyre, e introduzir uma perspectiva mais especificamente sociológica, foi Florestan Fernandes. A partir da década de 1950, o sociólogo paulista relacionou as dimensões de raça e classe, demonstrando o quanto a população negra havia sido marginalizada, mesmo no pós-abolição. Enquanto Freyre apresenta uma escrita descritiva e narrativa, baseada em fontes históricas como relatos de viajantes, Fernandes escreve de maneira analítica, utilizando dados estatísticos. De forma explícita, em seu livro *A integração do Negro na Sociedade de Classe*, publicado em 1965, Fernandes (2008) questiona o que ele nomeia “mito da democracia racial brasileira”.

Apesar de ter sido o grande marco da discussão de Raça e Classe no Brasil, Florestan Fernandes não foi o primeiro a trazer uma perspectiva marxista para o Brasil. Antes dele, destaca-se a obra de Caio Prado Jr., que apresenta uma releitura brasileira do marxismo, publicada em 1942. Para Prado Jr. (1998), nas ex-colônias, o Estado deveria ter um papel central para criar a burguesia, promover o desenvolvimento e proporcionar as necessárias transformações. Prado apresenta uma análise marxista, porém sua narrativa é ensaística, aproximando-se mais do contexto dos intérpretes do que dos sociólogos que viram posteriormente.

Ainda sob o viés marxista, destaca-se a Teoria da Dependência (SANTOS, 2000) a qual propôs uma interpretação latino-americana do Capitalismo, colocando o Colonialismo como elemento central de análise, no final da década de 1960. Também na perspectiva marxista e no mesmo período, Heleieth Saffioti propôs a discussão de Gênero e Classe (SAFFIOTI, 2013), uma perspectiva inovadora que, até hoje, não recebeu a mesma atenção que as discussões anteriores.

A partir da década 1970, as grandes interpretações perdem espaço para trabalhos com recortes mais específicos, seguindo os padrões da produção científica contemporânea.

## Desafios Contemporâneos da Sociologia Brasileira

Conforme Silva e Silva (2012), a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil inicia-se em São Paulo e no Rio de Janeiro. Na capital paulista ocorre a fundação da Escola Livre de Sociologia e Política, em 1933, e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1934, ambas subsidiadas pelo setor privado. Já na então capital federal, são criados diversos institutos de pesquisa, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1938, e o Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (INEP), em 1937, ambos financiados pelo governo federal. Segundo os autores, essa história não pode ser dissociada das disputas entre São Paulo e o Governo Vargas, estabelecida com a derrota paulista na Revolução de 1930.

É também sob o Governo de Getúlio Vargas que se organiza o sistema federal de educação e as universidades federais (FÁVERO, 2006). Conforme a autora, as universidades teriam o objetivo não apenas de ensino, mas também, de produzir conhecimento científico.

Neste cenário, aos poucos, vão sendo criadas as primeiras revistas científicas, onde pesquisadores começam a publicar artigos, seguindo um modelo mais dinâmico de produção e divulgação dos resultados de pesquisa.

Destaca-se, também, a criação da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (hoje, CAPES) em 1951, que passa a conceder bolsas para professores cursarem pós-graduação no exterior e organizar os primeiros cursos de pós-graduação no país (CAPES, 2019). Ressalta-se, ainda, a fundação das primeiras organizações de pesquisadores em Ciências Sociais, as quais mantêm encontros acadêmicos regulares: a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS, 2019), criada em 1950; e, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), fundada em 1977.

Com o fortalecimento da institucionalização – através dos programas de pós-graduação, dos periódicos especializados, das associações e dos eventos acadêmicos – a Sociologia se consolida no país, ao mesmo tempo em que se torna especializada (com grande diálogo entre pesquisadores por área de estudos, como Sociologia Rural, Sociologia Urbana, Sociologia de Gênero, Sociologia das Relações Étnico-raciais, Sociologia das Desigualdades, entre outros).

Atualmente, a Sociologia enfrenta inúmeros desafios, como a internacionalização e os critérios de produtividade e a avaliação da CAPES (CORTES, 2018). Entre as dificuldades, cabe destacar, também, a desvalorização social e os cortes no financiamento.

Ainda, é preciso mencionar o desafio de reconhecer, valorizar e resgatar a produção de cientistas sociais mulheres e negros, que a despeito das importantes contribuições que trouxeram ao logo do século XX, não receberam o mesmo destaque de autores homens e brancos considerados “clássicos”.

## O Livro de Ensaios (Des) (Re) Construindo o Brasil

Este livro, uma coletânea de ensaios teóricos, surgiu a partir da disciplina de Sociologia Brasileira, ministrada pela primeira vez como disciplina obrigatória em 2018.2, na UFSM. A proposta construída coletivamente, entre docente e discentes, foi a seguinte: cada aluno/a, ou dupla, escolheu um conceito ou tema central para o desenvolvimento do seu ensaio, analisando-o em obras consideradas clássicas da Sociologia Brasileira e em obras contemporâneas ou menos conhecidas da produção sociológica do Brasil (sobretudo de mulheres e negros).

A escolha dos temas foi livre. Percebemos que os interesses dos/as alunos/as foram correspondendo aos três grandes eixos de análise sociológica ou às três principais

estruturas sociais: Gênero, Raça e Classe. Nas nossas reflexões finais, evidenciamos que nenhum dos alunos homens havia se dedicado a gênero, enquanto boa parte das alunas mulheres escolheu trabalhar o tema. Em conjunto, debatemos a questão do Lugar de Fala emergente na esfera pública atualmente (RIBEIRO, 2017). Por um lado, são fundamentais as discussões sobre reconhecimento e representatividade – para que seja evidenciado e superado o silêncio histórico a que foram submetidas as mulheres, sobretudo as mulheres. Por outro lado, o lugar de fala não pode se tornar restritivo – e alguns alunos relataram que não se sentiam à vontade em abordar gênero, justamente pelo seu Lugar de Fala. Em termos científicos, ressalta-se a discussão que precede o Lugar de Fala, que é trazida pelo conceito de Conhecimento Situado, promovido pela Epistemologia Feminista (HARAWAY, 1995; HARDING, 1998). A discussão do Conhecimento Situado propõe que a ciência não é neutra, que o pesquisador é influenciado pelo seu posicionamento social e que a melhor forma de garantir a cientificidade é, justamente, refletir sobre esse próprio posicionamento. A partir desta perspectiva, entende-se que todos podem pesquisar qualquer tema, desde que refletindo sobre sua posição social diante do problema abordado. Ou seja, o conhecimento deve ser situado, o lugar de fala importa, mas não para que se torne um lugar de impedimento da fala de outrem.

Com a discussão sobre o Lugar de Fala, e tantas outras, a Disciplina de Sociologia Brasileira se desenvolveu com grande êxito. Por isto, decidimos compartilhar os resultados neste livro, o qual tem os seguintes objetivos: (1) demarcar o momento em que a disciplina de Sociologia Brasileira se tornou uma disciplina obrigatória em nossa grade curricular; (2) valorizar a Sociologia Brasileira; (3) promover o debate de autores já consagrados; (4) dar visibilidade às contribuições teóricas de autores marginalizados (sobretudo mulheres e negros); (5) destacar a importância dos/as sociólogos/as no contexto atual.

Os ensaios foram agrupados em três partes: a primeira centra-se nos trabalhos dedicados a Gênero; a segunda, Raça; e, a terceira, Classe. Acrescentou-se o conceito de Interseccionalidade a cada uma das partes, a fim de ressaltar o caráter dialogado dos ensaios entre as três principais estruturas de poder da sociedade moderna: o racismo, o capitalismo e o patriarcado (DAVIS, 1982; CRENSHAW, 2002).

Na primeira parte, dedicada às discussões de gênero, Danieli Klidzio analisa como a violência aparece – ou não aparece – nas obras de Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e Sueli Carneiro, destacando que os mesmos fatos históricos foram interpretados de maneiras diferentes pelos autores/a, o que se relaciona a seu pertencimento social. Seguindo uma abordagem semelhante, Mara dos Santos, resgata as obras das autoras negras Lélia González e Luiza Bairros, contraponto suas visões com a interpretação clássica de Freyre. Dâmaris Schlender e Júlia Marques dão destaque a importante socióloga Heleieth Saffioti, apresentando a sua interpretação crítica sobre a sociedade brasileira. Para finalizar a primeira parte, o ensaio de Giovana Duarte traz um balanço sobre como é apresentado o trabalho das mulheres



nas obras dos clássicos Gilberto Freyre e Caio Prado Jr., em contraponto à diferentes autoras contemporâneas, como Mary Del Priori, Cláudia Fonseca e Margareth Rago.

A segunda parte, dedicada sobretudo as discussões raciais, inicia com o ensaio de Luísa Martins, o qual discute, a partir de autores clássicos – Florestan Fernandes, Manuel Bomfim e Sérgio Buarque de Holanda – o conceito de Patrimonialismo associado com a perpetuação do Racismo. Em seguida, o ensaio de Lucas Araújo debate a construção identitária brasileira, a partir dos conceitos de sociedade híbrida (de Gilberto Freyre), homem cordial (Sergio Buarque de Holanda) e malandragem (Roberto DaMatta). Com enfoque que aproxima as discussões de Raça e Classe, o ensaio de Henrique Muller resgata a obra do sociólogo negro Clóvis Moura e a contrapõe com a abordagem de Florestan Fernandes. Por fim, esta parte encerra-se com a síntese do debate em torno da questão racial, que tomou o Brasil nos últimos anos, apresentada por Daniel Stack : de um lado, as perspectivas neo-freyrianas, como a de Peter Fry, em defesa da ideia de um país mestiço; de outro, as abordagens críticas ao mito da democracia racial, como de Antônio Sérgio Guimarães.

Na terceira e última parte, o foco encontra-se nas discussões relacionadas à Classe e ao Capitalismo no Brasil. O primeiro ensaio, de Mayco da Silva, apresenta um panorama da Teoria Marxista da Dependência, bem como analisa a sua utilização na produção sociológica contemporânea. Em seguida, Italo Iora debate a formação da burguesia brasileira, através das obras de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e dos Teóricos da Dependência. Por fim, o ensaio de Anthony Eichner finaliza a sessão, discutindo as obras de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Octávio Ianni, no que tange as aproximações possíveis entre a perspectiva marxista e o debate sobre o racismo.

Diante deste breve, mas importante, apanhado de sociólogos/as brasileiros/as clássicos/as e contemporâneos/as, que apresentamos nesse livro, reforçamos a importância da Sociologia Brasileira.

## Referências

ABECS – Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. **Vai ter Sociologia no Ensino Médio?** 11 de março de 2018. Portal da ABECS. Disponível em: <https://abecs.com.br/vai-ter-sociologia-no-ensino-medio/> Acesso em 07/07/2019.

AGOSTINI, Renata. **MEC cortará verba de universidade por ‘balbúrdia’ e já enquadra UnB, UFF e UFBA.** 30 de abril de 2019. Jornal O Estado de São Paulo. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579> Acesso em 07/07/2019.

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais. **Sobre a ANPOCS.** Portal da ANPOCS. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/universo/sobre-a-anpocs> Acesso em 07/07/2019.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2003.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior. **História e Missão.** Portal da CAPES. Disponível em: <https://capes.gov.br/pt/historia-e-missao> Acesso em 07/07/2019.

CEZAR, Temistocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX: ensaio de história intelectual. In: Sandra Pesavento. (Org.). **História cultural: experiências de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 173-208.

CORTES, Soraya (Org.). O sistema de pós-graduação brasileiro e a expansão da área de Sociologia (Dossiê). **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, nº 13, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. “Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero”. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, nº. 1, p. 171-189, 2002.

DAVIS, Angela. **Women, Race and Class.** London: Great Britain, 1982.

FÁVERO, Maria de Lourdes. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, nº. 28, p. 17-36, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** v. 1. São Paulo: Globo, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

GAZETA DO POVO. **Protestos contra cortes na Educação levam milhares às ruas.** 15 de maio de 2019. Jornal Gazeta do Povo. Disponível em <https://www.gazeta-dopovo.com.br/educacao/nao-vai-ter-aula-vai-ter-luta-universidades-em-22-estados-paralisam-atividades/> Acesso em 07/07/2019.

G1. **Bolsonaro diz que MEC estuda ‘descentralizar’ investimento em cursos de filosofia e sociologia.** 26 de abril de 2019. Portal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/26/bolsonaro-diz-que-mec-estuda-descentralizar-investimento-em-cursos-de-filosofia-e-sociologia.ghtml> Acesso em 07/07/2019.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminino e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, p. 07-41, 1995.

HARDING, Sandra. **Is Science Multicultural?** Postcolonialisms, Feminisms, and Epistemologies. Bloomington: Indiana University Press, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 1998.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil:** de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Theotônio dos. **A Teoria da Dependência: balanço e perspectivas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. **Nota Pública da SBPC em defesa das Ciências Humanas e Sociais.** 26 de abril de 2019. Portal da SBPC. Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/sbpc-se-manifesta-em-defesa-das-ciencias-humanas-e-sociais/> Acesso em 07/07/2019.

SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia. **Apresentação.** Portal SBS. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/2017/home.php> Acesso em 05/07/2019.

SILVA, Cinthia; SILVA, Rogério. A institucionalização das Ciências Sociais no Brasil: percalços e conquistas. **Impulso**, v. 2, nº 54, p. 97-106, mai.-ago. 2012.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930).** São Paulo: Companhia. das Letras, 2012.



# GÊNERO

E INTERSECCIONALIDADES

## PERCEPÇÕES DA VIOLÊNCIA NA SOCIOLOGIA BRASILEIRA:

Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e Sueli Carneiro

Danieli Klidzio

O presente escrito tem como propósito voltar-se para a análise da representação da violência na obra *Casa-Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* de Gilberto Freyre (correntemente considerada essencial para o entendimento da história do Brasil), a fim de verificar se há ou não seu reconhecimento. Para isso, tomo como base principal trechos do primeiro volume do livro *A integração do negro na sociedade de classes*, do filósofo e político brasileiro Florestan Fernandes; e a obra *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*, da filósofa, escritora e ativista antirracista brasileira Sueli Carneiro.

Prescrito sob os moldes de um ensaio teórico, caracterizando-se como uma pesquisa exploratória, nesse trabalho busca-se promover a reflexão pelo debate comparativo e especulativo. É feita uma exposição crítica sobre o tema a partir de trechos originais do que nos dizem os teóricos e teórica (que configuram-se como fontes primárias da reflexão) e também das percepções de outras autoras e autores acerca destas fontes primárias. Assim, é produzido um arcabouço teórico buscando contrastar percepções de autores e autoras acerca da violência no Brasil. Caracteriza-se assim, de acordo com Severino, “como um estudo bem desenvolvido, formal, discursivo e concludente, consistindo em exposição lógica e reflexiva e em argumentação rigorosa com alto nível de interpretação e julgamento pessoal”. (Severino, 2007, p. 206)

A pretensão é analisar como emerge o discurso sobre a violência ou sobre a negação da violência nas obras, e como desdobra-se a desmistificação sobre a existência de uma suposta democracia racial produzida durante e a partir do período colonial, percebendo como os preceitos essencialistas das raças aparecem na obra de Freyre e como isso afeta a estrutura e a dinâmica das relações sociais até hoje. Pretendo desse modo, comparar visões na tentativa de verificar por que há tanta dificuldade

de superação da discriminação e relutância em se admitir e combater o racismo na sociedade brasileira, examinando brevemente qual o lugar de fala que têm os autores e a autora.

Refletirmos criticamente acerca de obras e discursos tidos como clássicos interpretativos da história do Brasil, a fim de confrontá-los, é de grande importância. Principalmente no contexto e na conjuntura atual, tendo valia para que se quebre com a passividade da maioria da sociedade, sobretudo das classes mais altas e da população branca, os quais tendem a pressupor que a sociedade brasileira integra negros e negras de forma efetiva e que veem o racismo como caso isolado e não como fonte de violência perpetuante. A intenção é que, a partir da fala de uma teórica negra, principalmente, possamos refletir sobre a bolha que aprisiona não somente os processos de socialização e o senso comum, mas também a produção e reprodução de conteúdo científico nas instituições de ensino do Brasil para que se combata o genocídio e o epistemicídio de negras, negros e indígenas.

## A violência na obra de Gilberto Freyre

O teórico ensaísta brasileiro Gilberto Freyre tem como obra mais conhecida e difundida o livro já mencionado *Casa-Grande & Senzala*, publicado em 1933, com mais de 50 edições e traduções para diversas línguas. A obra consolidou-se como um clássico, sendo fio condutor das interpretações nacionais e internacionais acerca da formação e identidade do Brasil, contribuindo para a construção do que autores posteriormente nomearam como “mito da democracia racial”. Freyre produz uma análise se debruçando sobre os elementos culturais na sociedade colonial, sendo pioneiro ao construir uma interpretação em que olha “com bons olhos” para o negro na formação da sociedade brasileira, produzindo um elogio à colonização portuguesa. Como ensaísta, traz uma inovação metodológica, estando mais próximo de uma etnografia, com fontes subjetivas como cartas e relatos de viajantes, distanciando-se então, em certos aspectos do que na época era considerado produção de história oficial.

Todavia, enquanto Freyre inova em seu método e traz a primeira interpretação aparentemente positiva, ao dizer que o Brasil formou-se pela mestiçagem e argumentando que isso era bom, foi também conservador e responsável por consolidar barreiras para a luta antirracista até os dias atuais, construindo um imaginário em que a formação de uma raça híbrida fundamentaria um cenário de não racismo e não violência. O autor produz um elogio aos colonizadores portugueses, dizendo que estes tiveram uma boa vontade ao se misturarem inclusive sexualmente com negros e indígenas, apontando para uma “doçura” (Freyre, 2003, p. 298), no tratamento despendido por eles, influenciando para a compreensão de que isso implica a ausência de resistência dos sujeitos que foram colonizados e escravizados e a

existência de uma contribuição de boa vontade para a sua condição, no prazer de servir como se não tivessem sido arrancados de suas origens e cultura:

Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constitui mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo de contemporização da cultura advéncia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado. (Freyre, 2003, p. 160).

Os formados pelos primeiros coitos não oferecem senão o interesse, que já destacamos, de terem servido de calço ou de ferro para a grande sociedade híbrida que ia constituir-se. (Freyre, 2003, p. 162)

Compensou-se o índio, amigo ou escravo dos portugueses, da inutilidade no esforço estável e contínuo pela extrema bravura no heroico e militar. (Freyre, 2003, p. 163).

Ao mesmo tempo em que produz uma violência teórica romantizando a chegada dos europeus, Freyre dá margem à violência física quando supõe a formação de uma identidade nacional harmoniosa e consensual. Perpetua o ideal escravocrata ao tomar o conceito de raça em suas análises inserindo-o em uma hierarquia por vias essencialistas e utilizando-se de argumentos biológicos como preceitos de valoração das raças, permitindo uma negação da opressão do colonizador.

Mas não foi toda de alegria a vida dos negros, escravos dos ioiôs e das iaiás brancas. Houve os que se suicidaram comendo terra, enforcando-se, envenenando-se com ervas e potagens de mandigueiros. O banzo deu cabo de muitos. O banzo – a saudade da África. Houve os que de tão banzeiros ficaram lesos, idiotas. Não morreram: mas ficaram penando. E sem achar gosto na vida normal – entregando-se a excessos, abusando da aguardente, da maconha, masturbando-se. (Freyre, 2003, p. 553)

Podemos dizer, portanto, que apesar de analisar aspectos culturais, o autor acaba debruçando-se sobre aspectos racialistas afirmando estereótipos sobre negros e indígenas. Também constrói um imaginário para a mulher, a responsabilizando e culpabilizando, como se houvesse uma submissão espontaneamente e por prazer, como podemos observar nos trechos:

O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne. Muitos clérigos, dos outros, deixaram-se contaminar pela devassidão. As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho. (Freyre, 2003, p. 161)

A toda contribuição que se exigiu dela na formação social do Brasil – a do corpo que foi a primeira a oferecer ao branco, a do trabalho doméstico e mesmo agrícola, a da estabilidade (estado por que ansiava, estando seus homens ainda em guerra com os



invasores e ela aos embolésus, de trouxa à cabeça e filho pequeno ao peito ou escaranchado às costas) - a cunhã correspondeu vantajosamente (Freyre, 2003, p. 185).

Um grande problema derivado da obra de Gilberto Freyre é que ela foi e é bastante aclamada por aqueles que desejam “colocar uma pedra” sobre a discussão acerca do racismo e do machismo no Brasil enquanto vertentes de violência. Assim sendo, romantizando opressões e culpabilizando as vítimas, através de uma linguagem poética, para quem com ela não se fere, autoriza o discurso que ataca negras, negros e indígenas na sociedade brasileira e também políticas públicas colocadas em pauta como, por exemplo, a política de cotas nas universidades públicas.

## A violência na obra de Florestan Fernandes

Já Florestan Fernandes, teórico brasileiro posterior a Freyre que tem como lugar de fala o de um sujeito branco, oriundo da classe trabalhadora e que marca a Sociologia Paulista na segunda metade do século XX, inaugura uma nova interpretação acerca do Brasil. Em seu livro, *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca*, tenta entender a sociedade brasileira e seus dilemas em relação a democratização das relações raciais em que aponta elementos centrais que caracterizam a inadequação do imaginário construído por Freyre.

Por meio de uma pesquisa empírica, Fernandes produz dados a partir de entrevistas com negros no estado de São Paulo, cidade onde melhor se expressa a nascente lógica capitalista e competitiva no Brasil, onde o imigrante europeu passa a ser a mão de obra reivindicada por ser vista como um agente natural do trabalho. Desse modo, é indo além da metodologia teórica que Fernandes se propõe a pensar a realidade desde o período colonial, trazendo a violência na sociedade na perspectiva da segregação do negro como fato observável.

Persistia uma diretriz ambivalente, de repulsa às impulsões de tratamento igualitário do “negro” e de acatamento aparente dos requisitos do novo regime “democrático”. [...] Em nome de uma igualdade perfeita no futuro, acorrentava-se o “homem de cor” aos grilhões invisíveis do seu passado (Fernandes, 2008, p. 309).

Para o teórico brasileiro, o Brasil pós-abolição se caracteriza como perpetuador da exclusão da população negra de sua cidadania pela negligência, muito mais que por ações propriamente ditas, diz que “por paradoxal que pareça, foi a omissão do branco – e não a ação que redundou na perpetuação do status quo que ante”. (Fernandes, 2008, p. 250). Segundo o autor, podemos pensar que, por mais que tenha havido ações, foi a omissão da grande maioria que permitiu e permite que o racismo no Brasil seja tão grave e violento.

A desconfiança tolhia, portanto, a modernização de atitudes e de comportamentos em ambos os estoques raciais, sob a dupla presunção de que agitar certas questões só serviria para “prejudicar o negro” e “quebrar a paz

social”. Com isso, as orientações que se objetivaram socialmente, como um sucedâneo da opção coletiva consciente, equivaliam a uma proscricção e a uma condenação disfarçadas do “homem de cor”. [...] Persistia uma diretriz ambivalente de repulsa às impulsões de tratamento igualitário do “negro” e de acatamento aparente dos requisitos do novo regime “democrático” (Fernandes, 2008, p. 309).

Para ele é esta não preocupação e um movimento de evitar-se falar do racismo e da situação dos negros na sociedade que move as engrenagens da violência racial.

O movimento de abolição da escravidão deu-se não por um princípio de justiça ou por reivindicação de humanidade, mas sim por interesses e conveniências econômicas, por se ter em mente que a mão de obra imigrante tendia a ser mais lucrativa para os empregadores. Isto posto, o fim da ordem social escravocrata estava longe de significar o fim da opressão sobre negras e negros, pois foi, nas palavras de Fernandes, “[...] como uma espoliação extrema e cruel [...]” (Fernandes, 2008, p. 29). Ou seja, um advento que não se seguiu da preocupação com amparo social e muito menos psicológico:

A desagregação do regime escravocrata e senhorial operou-se, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistências e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva.

A população negra foi a que teve o pior ponto de partida para a sua integração na sociedade e na ordem produtiva e meritocrata vigente em um contexto de mudanças sociais, de modernização e de urbanização. Não sendo inserida como assalariada, passou a viver em um cenário em que o empregador é branco e o empregado registrado também e não era beneficiada pelas políticas públicas, mesmo sem lei, a segregação social acontece e permanece. Em momentos de produção baixa, os recém libertos se viam em situações degradantes de trabalho “incorporando-se à massa de desocupados e de semi-ocupados da economia de subsistência do lugar ou de outra região” (Fernandes, 2008, p. 31). E, ainda quando a produção fosse alta permaneciam em grande desvantagem, pois tinham de concorrer com os trabalhadores nacionais ou com a mão de obra importada já familiarizada com o sistema de trabalho.

Voltando seu olhar para a não integração da população negra no mercado de trabalho na sociedade de classes brasileira, Fernandes (2008) analisa a estrutura do racismo no contexto pós-abolição no Brasil. O autor vê como fator responsável pela perpetuação do racismo a omissão da população branca, desde a falta de

políticas públicas por parte do Estado, até à recusa geral em se admitir a existência do racismo, a fim de movimentar a sociedade para combatê-lo. Para ele:

Em suma, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo. (Fernandes, 2008, p. 35)

[...] a ideia de que o padrão brasileiro de relações entre “brancos” e “negros” se conformava aos fundamentos ético-jurídicos do regime republicano vigente. Engendrou-se, assim, um dos grandes mitos de todos os tempos: o mito da “democracia racial brasileira”. Admita-se, de passagem, que esse mito não nasceu de um momento para outro. Ele germinou longamente, aparecendo em todas as avaliações que pintavam o jugo escravo como contendo “muito pouco fel” se sendo suave, doce e cristãmente humano. Todavia tal mito não possuiria sentido na sociedade escravocrata e senhorial. A própria legitimação da ordem social, que aquela sociedade pressupunha, repelia a ideia de uma “democracia racial”. Que igualdade poderia haver entre o “senhor”, o “escravo” e o “liberto”? (Fernandes, 2008, p. 309).

Portanto, houve uma ilusão de iguais oportunidades, que impede a denúncia do preconceito e da violência depositada sobre a população negra, permitindo que se perpetue e se engendre em outras esferas e âmbitos da sociedade, da moral ao econômico.

## A violência na obra de Sueli Carneiro

Ampliando o debate, a teórica de referência da mulher negra brasileira, Sueli Carneiro, citada acima, do mais autêntico e apropriado lugar de fala sobre o assunto, elenca inúmeros elementos acerca da contribuição negativa de Gilberto Freyre para o movimento negro e para o pensamento social brasileiro como um todo, que tarda a admitir a prevalência do racismo na sociedade e conseqüentemente sua erradicação.

A falta de políticas públicas para os recém-libertos, por exemplo, configura-se como violência e é a omissão apontada por Florestan Fernandes (2008), fruto do imaginário construído por Freyre (2003) e paulatinamente reforçado até os dias de hoje, que condiciona a ideia subjacente em todas as esferas da sociedade brasileira de que: “[...] certos humanos são mais ou menos humanos do que outros, o que, conseqüentemente, leva à naturalização da desigualdade de direitos [...]” (Carneiro, 2011, p. 15). Além de esse ser um pensamento que por si só se desenha como uma forma de violência, também é fonte de violências explícitas e implícitas, violências de todos os tipos, de todas as formas e em todos as esferas da sociedade. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil* é um livro de Carneiro que reúne uma série de seus artigos e publicações, bem como a trajetória ativista da autora são elementos importantes, que vão de encontro ao que Freyre afirma.

Sueli Carneiro (2011), por meio de suas inúmeras pesquisas e produções científicas, concorda com Florestan Fernandes (2008). Mas, vai além ao apontar que, no que pese a esfera econômica seja um dos maiores obstáculos para a integração efetiva de negras e negros na sociedade, há ainda uma subordinação da racialidade no interior da luta de classes, que assim como o mito da democracia racial, prejudicam o debate minimizando ou não reconhecendo a intersecção de raça e classe no debate dos direitos humanos e das políticas públicas:

A força do pensamento da esquerda, que, ao privilegiar a perspectiva analítica da luta de classes para a compreensão de nossas contradições sociais, põe as desigualdades raciais de lado, obscurecendo o fato de a raça social e culturalmente construída ser determinante na configuração da estrutura de classes em nosso país. (Carneiro, 2011, p. 18).

Concomitante a isso, Freyre, a partir do seu olhar da varanda da casa grande, enquanto homem branco extremamente privilegiado, contribui vigorosamente para invisibilizar qualquer movimento de ruptura e revolta do sujeito brasileiro contra a opressão do colonizador. Invisibilizando a resistência travada por negros e indígenas e, principalmente, pelas mulheres constantemente violentadas moral e sexualmente, que se dá o aval para que o racismo e o genocídio de negros e de indígenas nunca cesse. Sobre isso nos sinaliza Carneiro que: “[...] no Brasil as ações afirmativas patinam em um debate escapista, fundado na suposta meritocracia, que esconde o desejo de permanência do status quo [...]” (Carneiro, 2011, p. 28). A discriminação racial funciona como um freio à competição igualitária, como se houvesse dois competidores em uma corrida e quando é dada a largada um deles está engessado (Carneiro, 2011).

Para Carneiro (2011), devemos olhar para a opressão estrutural de classe, mas sempre em intersecção com as questões raciais e de gênero, pois os indivíduos são hierarquizados tendo seus privilégios de acordo com seu gênero, sua sexualidade e sua raça - homem hétero e branco, por exemplo. A autora traz que assim como a pobreza, a dor no Brasil possui uma cor, a cor daqueles que não sabem o que são ou não desejam ser o que são. O Censo brasileiro contribui para embranquecer o país quando política e sociologicamente a categoria parda que classifica é somada à raça negra postergando o aprofundamento da investigação das desigualdades, sendo a miscigenação fruto da violência sexual como um mecanismo de branqueamento da população e manipulação da sua identidade étnica em busca de um padrão estético. A identidade étnico racial é um fenômeno historicamente construído ou destruído e, portanto, a identidade do brasileiro se define diferente dos outros países pela incapacidade de ser definida. E essa manipulação da identidade no Brasil se dá por um ideal de padrão estético; o número de autodeclarados pretos sobe, enfrentam então a dor da cor para depois curá-la. As mulheres negras escravizadas à mercê de colonizadores, que destituíram seus homens da condição de seus provedores e protetores, tiveram que contar consigo mesmas e inventar formas de sobrevivência, inclusive dos seus homens (Carneiro, 2011). É importante, portanto, que pensamos

indo ainda além da concepção da “omissão”, pois houve uma ação, uma opressão assegurada e agenciada.

Segundo Sueli Carneiro (2011, p. 66), a ideia de uma democracia racial a partir do intercuro sexual entre brancos, indígenas e negros contribui para que se omita o estupro e as violências sofridas pelas mulheres negras e indígenas desde a colonização e dá a falsa ideia de que o Brasil surgiu em meio a tolerância e harmonia entre as raças. Pesquisas informam que 61% dos que se consideram brancos no Brasil têm marca de uma ascendente negra ou índia no DNA, o que deriva do estupro cotidiano de negras e indígenas. É preciso, portanto, que se diferencie sexo de estupro para que se denuncie a violência, fugindo da falsa ideia de subalternidade espontânea que Freyre constrói para a mulher a responsabilizando e a culpabilizando.

## Considerações finais

O simbolismo da obra de Freyre é em si uma violência contra todos os sujeitos negros e indígenas da sociedade brasileira, os que foram escravizados e os que não foram, os expropriados de sua cultura e identidade e violentados explicitamente por muitos anos carregando essa herança até hoje. Lélia Gonzalez (1998, p. 16) nos fala sobre Freyre nos seguintes termos: “[...] na sequência da suposta igualdade de todos perante a lei, ele afirma a existência de uma grande harmonia racial... Sempre que se encontrem sob o escudo do grupo branco dominante; o que revela sua articulação com a ideologia do branqueamento.” Quando (Freyre, 2003, p. 551) não hesita em afirmar que “[...] foi ainda o negro quem animou a vida doméstica do brasileiro de sua maior alegria” e que “[...] a risada do negro é que quebrou toda essa apagada e vil tristeza em que se foi abafando a vida nas casas-grandes” ele está além de romantizando, silenciando a resistência e culpabilizando as próprias vítimas.

Vemos, portanto, que Freyre a partir de seu lugar de fala privilegiado tece um imaginário que se consolida neutralizando toda a violência sofrida pelas vítimas do colonialismo. Além disso, o escritor perpetua a mentalidade colonial romantizando o estupro, o destroçamento das culturas, produzindo e reproduzindo no brasileiro a ideia falsa de que aqui há uma democracia racial, de que a mistura de sangue “espontaneamente” significa a formação de uma união nacional desarraigada de preconceito e violência.

O prejuízo, para a história, para a teoria sociológica brasileira e para a vida dos sujeitos indígenas e negros que a obra de Freyre suscitou, é gigantesco e a luta para combatê-lo ainda se desencadeia por séculos.

Concomitante a isso, há também uma falha de Florestan Fernandes ao apontar apenas a omissão da sociedade e do Estado e não suas ações. Portanto, aqui coloco a necessidade de irmos além da percepção de Fernandes (2008, p. 305) acerca da omissão do branco em relação à situação do negro. A construção de barreiras, que impedissem a ascensão do negro é visível, pois, além da recusa em pensá-lo quando

não mais servia à lógica da classe branca dominante, sucedeu-se uma série de ações efetivas que contribuíram para a marginalização dos negros na sociedade brasileira. Desde o Brasil colônia e do tráfico de escravos houve ação dos brancos para instaurar uma lógica racista difícil de ser quebrada, em outras palavras, o racismo só existe porque brancos o criaram ao diferenciarem-se enquanto raça dizendo-se superior. É essa lógica que produz estereótipos, essencializa corpos, despersonaliza sujeitos e que a história oficial construída e registrada de maneira hegemônica acerca da formação social e histórica do Brasil não denuncia, e não denunciando também produz violência quando atravança a luta contra o racismo.

O Brasil formado pela miscigenação é engendrado pelo estupro, e romantizá-lo é reproduzir essa violência. É preciso que se olhe criticamente para a sociedade brasileira a fim de desmistificar o passado e refutar interpretações que banalizam e sexualizam a violência, mesmo que implicitamente, mas ainda de forma extremamente machista e racista. Assim, um dos principais pontos é a necessidade de que se diferencie sexo de estupro para que se possa combater essa cultura. Para isso é importante que se dê voz para autoras e autores que não se restringem ao campo teórico, mas são também militantes e ativistas, juntamente com o movimento de lermos, relermos e contestarmos as produções sociais e históricas consolidadas na interpretação do Brasil.

Além de se justificar a desigualdade que perpetua até hoje, constrói-se uma barreira que impede que o Brasil admita o racismo, engessando o movimento de combatê-lo, relativizando-o e impedindo totalmente o que nos traz uma frase comumente atribuída à Angela Davis<sup>1</sup>: “numa sociedade racista, não basta não ser racista, é necessário ser antirracista.”

Portanto, é preciso analisar as perspectivas de acordo com o lugar de fala de indivíduos e grupos para que se rompa com discursos hegemônicos que não denunciam, e acabam naturalizando essa violência. Com o conhecimento de maneira situada a partir da experiência dos sujeitos, quebrando com a supremacia do sujeito do conhecimento que é homem cis gênero, heteronormativo, branco e rico, é que se produz conhecimento de maneira transparente e verdadeira de modo que implique na construção de uma sociedade mais justa para quem hoje é oprimido e cause desconforto em quem oprime, a fim de acarretar mudanças.

## Referências

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

<sup>1</sup> Frase atribuída à Ângela Davis (1944) sendo comumente proferida em seus discursos. Davis é uma importante figura da luta antirracista, conhecida mundialmente por sua luta pela vida de negras e negros, pautando questões como feminismo, política, encarceramento e escravidão. Um de seus livros mais conhecidos é “Mulheres, raça e classe” publicado no Brasil pela Editora Boitempo em 2016.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes:** o legado da raça branca. – Vol. 1. São Paulo: Globo, 2008.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Revista Isis Internacional, v. 9, Chile, p. 133-141, 1998.

ORTIZ, R. As ciências sociais e o inglês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo, v. 19, n. 54, fev., p. 5-22, 2004.

SEVERINO, J. A. **Metodologia do trabalho científico.** As modalidades de trabalhos científicos. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

## AS MULHERES NEGRAS NAS OBRAS DE GILBERTO FREYRE, LÉLIA GONZALES E LUIZA HELENA BAIROS

*Mara Cristina Dos Santos*

A proposta deste ensaio é em analisar como as “Mulheres Negras” aparecem nas obras de Gilberto Freyre, Lélia Gonzales e Luiza Bairos. Objetiva-se trabalhar o conceito da mulher ao longo dos anos, contrapondo a visão considerada clássica de Freyre com as autoras Lélia Gonzalez (professora, pesquisadora, antropóloga e ativista política) e Luiza Bairos. Uma das principais vozes da militância com enfoque na mulher negra no Brasil, Gonzalez dialoga com a autora Luiza Helena Bairos, socióloga e com um vasto currículo em torno das discussões de gênero, negritude e ações afirmativas, reconhecida como uma das principais lideranças do movimento negro no Brasil.

Considera-se essa pesquisa fundamental no campo científico e social, pois os conceitos de “Mulheres” nas obras fazem refletir um olhar de como esses autores apresentam as mulheres num contexto histórico em que era predominante o domínio patriarcal, em contraponto com a forma como as mulheres são apresentadas no contexto atual. O presente trabalho consiste em um ensaio teórico com o objetivo de compreender como os autores narram essas mulheres no período colonial e como elas estão posicionadas na atualidade.

### As Mulheres na obra de Gilberto Freyre

Gilberto Freyre (1900-1987) foi um sociólogo, historiador e ensaísta brasileiro. Autor de *Casa Grande & Senzala* que é considerada, uma das obras mais representativas sobre a formação da sociedade brasileira.

O livro *Casa Grande & Senzala* (1933) é a obra mais conhecida de Gilberto Freyre, nela, o sociólogo e escritor destaca a questão da miscigenação racial durante o período colonial brasileiro e atreveu a explicar a formação social brasileira através da vida nos engenhos, cultivando uma visão romantizada sobre as relações entre

os colonizadores e os colonizados. Freyre apontou os engenhos e toda a estrutura física que o cercava (casa grande, senzala, casa de moer e capela) como uma importante fonte de informação sobre a sociedade rural daquela época.

Para Gilberto Freyre um dos fatores, que foram condicionantes nas relações entre brancos e outras raças, deu-se pela escassez de mulheres brancas, pelos conquistadores desde a primeira metade do século XVI (Freyre, 2006, p. 32). Isso possibilitou assim, a criação de zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações – as dos brancos com as mulheres de cor – “superiores com “inferiores, aqui, Freyre fala do abuso dos senhores com as escravizadas passivas com o objetivo de construir família dentro dessas circunstâncias e sobre essas bases. (idem, p. 33).

Sobre essas miscigenações, o autor destaca que:

A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata propical; entre a casa-grande e a senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação. A Índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concumbinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido de democratização social no Brasil. (Freyre, 2006, p.33).

Com base nas análises acima, entende-se que o objetivo do autor não é trabalhar raça e gênero, mas as características da sociedade, biológicas e culturais da época como sendo determinantes para que um grupo social se sobreponha a outro grupo, ou seja, a importância desses aspectos para a construção da sociedade brasileira.

Avançando para o capítulo IV do livro, Freyre inicia que já se houve quem insinuasse a possibilidade de desenvolver as relações íntimas da criança branca com a ama de leite negra, muito do poder sexual que se nota pelas mulheres de cor no filho – família dos países escravocratas. (Idem, p.367).

Sobre a preferência dos homens brancos pelas negras, o autor fala:

É verdade que as condições sociais do desenvolvimento do menino nos antigos engenhos de cana de açúcar, do Brasil, como nas plantações *ante-bellum* da Virgínia e a das Carolinas-do menino rodeado de negra ou mulata fácil talvez expliquem por si só, a predileção. Conhecem-se casais no Brasil não só de predileção como de exclusivismo: homens brancos que só gozam com as negras. De rapaz de impotente família rural de Pernambuco conta a tradição que foi impossível aos pais promover-lhe o casamento com primas ou outras moças brancas de famílias igualmente ilustres. Só queria saber de molecas. Outro caso, referiu-nos Raoul Dunlop de um jovem de conhecida família escravocrata do sul: este para citar-se diante da noiva branca precisou, nas primeiras noites de casado, de levar

para alcova a camisa úmida de suor, impregnada de budum, da escrava negra sua amante. Casos de exclusivismo ou fixação. Mórvidos, portanto; mas através dos quais se sente a sombra do escravo negro sobre a vida sexual e da família do brasileiro. (Freyre, 2006, P. 368)

O autor reforça ainda que não interessa nessa análise, senão indiretamente a vida estética do negro, tão pouco no puro progresso econômico do Brasil. Enfatiza ainda, que não nega os critérios de discriminação étnicos, mas a obra *Casa-Grande & Senzala* surge como pilar para descrever as raças formadoras da sociedade brasileira, ademais o negro nessa obra aparece em demasiado idealizado. Portanto, é através dos comportamentos do cotidiano dessas estruturas sociais, que são consequências dos processos vivenciados.

Discorrendo a obra, o autor fala das pesquisas para saber o peso do cérebro, a capacidade do crânio e a sua significação, considerando o fato da média do peso do cérebro da mulher branca, do homem branco, do chinês e do homem negro. Neste sentido, percebe-se uma visão racista ou biológica, podendo considerar também eugênista por avaliar as raças humanas como superiores e inferiores, de certa maneira o autor discorda dessa visão, porém ainda assim reforça que existam distinções de tamanhos e pesos no cérebro humano, categorizando assim mulheres brancas e homens negros como raças inferiores.

Sobre essas diferenças o autor conclui:

O que se sabe das diferenças da estrutura entrecérebros de brancos e negros não permite generalizações. Já houve quem observasse o fato q de que alguns homens notáveis têm sido indivíduos de crânio pequeno, e autênticos idiotas, donos de crânios enormes (Freyre, 2006, p. 378).

Na página 394 da obra de Freyre, é observado o fato das mulheres dançarem com uma faixa de pano amarelo em volta do pescoço, como nos jejuns momentâneos da Bahia, que Manoel Quirino descreve, que eram celebrados na mesma semana das festas que a igreja dedica ao Espírito Santo. Quando a mulher termina a dança, ela passa o pano amarelo para outra que de pescoço envolvido continua a dançar.

A seguir o autor descreve as vestimentas das mulheres pretas doceiras no final do século XIX, algumas delas amantes de ricos negociantes portugueses, que as vestiam com seda e cetim e que eram envolvidas de joias e cordões de ouro, figa de guiné para espantar o mau-olhado, joias de culto fálico, feira de miçangas, colares de búzios, além de argolões de ouro nas orelhas. Nos dias de hoje ainda se encontram pelas ruas da Bahia negras doceiras com xales compridos. Por cima das muitas saias de baixo, de linho alvo, a saia nobre impregnada de cores vivas como do damasco. Os peitos gordos, em pé, parecendo querer pular das rendas dos cabeção. Teteias. Figas. Pulseiras. Rodilha de prata. Braceletes de ouro. Nos princípios do século XIX, Pernambuco, a beleza dessas mulheres negras era admirada, vistas como rainhas. Elas são em geral pretalhonas de estatura elevada – negras chamadas de baianas. Heráldicas. Aristocráticas. A estatura elevada é, aliás, um característico sudanês,



que convêm salientar. As mulheres baianas são comparadas as mulheres do sul da África, culatronas. Redondezas afrodisíacas de corpo. Hotentotes e boximanes verdadeiramente grotescos com as nádegas salientes.

Na página 401 o autor destaca a doença que matou, cegou e deformou a vontade, além do aborto em mulheres, destaca-se ainda o ambiente da casa grande. Ademais, na página 423, Freyre fala do enorme prestígio que as mucamas alcançavam na vida sentimental das sinhazinhas. Seria pela negra ou mulata de estimação que a menina começava seus desejos mais misteriosos de amor. As mucamas revelavam histórias românticas as sinhazinhas, as quais cuidavam e ensinavam todos os truques do amor. Suprindo, sobretudo para uma aristocracia quase analfabeta por falta de leitura, mas sim por histórias contadas sobre casamentos sedutores, e também modinhas e canções que as mucamas ensinavam às sinhazinhas. Essas modinhas todas eram empregnadas do erotismo das casas—grandes e das senzalas.

Seguindo na página 429, o autor chama atenção para o casamento precoce de mulheres, aos doze, treze, quatorze anos. Com filhas de quinze anos dentro de casa já era um problema para os pais que logo começavam a fazer promessa a Santo Antônio e a São João, com vinte anos, a moça era considerada solteirona. Diga-se então que hoje é fruto verde, naquela época tinha-se medo que apodrecesse de madura, sem ninguém o colher a tempo, ou seja, a filha tinha que casar ainda menina, porque depois de certa idade não ofereciam o mesmo sabor de virgens e donzelas, apreciado pelos maridos de trinta, quarenta anos, as vezes de cinquenta, sessenta e até setenta anos. Ainda nos dias de hoje, nas zonas rurais, é preservada essa tradição e os costumes de adotar os casamentos precoces para a mulher e o mito de que a virgindade só tem gosto quando colhida verde.

Diante de todas as análises colocadas aqui, observa-se que o autor destaca “nós” como determinantes ativos na corrupção da vida e da família. Meninos e mulatas como agentes passivos, ademais, brancos e negros não agiram por si só, muito menos como raça, ou por influência da ação do clima, e nas relações de sexo e de classe que se desenvolveram entre os senhores e escravos no Brasil. Analisando a partir dessas relações, a divisão da sociedade pelo processo econômico, assim como um deus poderoso divide os senhores e escravos. Portanto, a influência desse processo gera uma tendência fundamental na caracterização do brasileiro ao sadismo, nascido e criado na casa-grande, e principalmente nos engenhos; o que insistentemente tem sido mencionado nesse ensaio.

### **Lélia Gonzalez: A Mulher Ameericana**

Lélia Gonzalez foi historiadora, antropóloga, filósofa e autora de livros e vários artigos, sendo também uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU). Educadora, ativista e intelectual de destaque, seu pensamento contribuiu para

a formação de uma consciência crítica em relação aos preconceitos que mantêm mulheres negras em desvantagem na sociedade.

No processo de autoafirmação da sua negritude, Lélia Gonzalez pode perceber diante do seu enquadramento socioeconômico, o quanto estava inserida em um contexto embranquecido, refletindo sobre sua trajetória escolar diz:

Fiz escola primária e passei por aquele processo que chamo de lavagem cerebral dado pelo discurso pedagógico brasileiro, porque, na medida em que eu aprofundava meus conhecimentos, eu rejeitava cada vez mais minha condição de negra. E, claro passei pelo ginásio, científico, esses baratos todos. (Gonzalez, 1979, p202. apud Ratss, 2010, p31).

Gradativamente, as barreiras raciais, sociais e de gênero foram sendo superadas pela autora, destacando-se em áreas distintas do conhecimento, principalmente na educação, pois este foi e ainda é uma das principais reivindicações do movimento negro no Brasil, visto que havia o entendimento de que o acesso a educação representavam dois dos principais mecanismos individuais que possibilitaria a ascensão social naquele período.

Gonzalez começa a participar dos movimentos negro do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Salvador. Começava então a nascer uma intelectual ativista negra rebelde que transitava no seu modo de fala, entre o pessoal, o cultural e o político. Integrando um protagonismo negro, a autora utiliza de seus exemplos pessoais para exemplificar as teorias. Sua fala bastante intimista é desconsiderado pelo meio acadêmico que se pauta na neutralidade e impessoalidade. Indo além, a autora desenvolve suas pesquisas sobre a cultura negra através do samba, do carnaval e pela aproximação da religião para compreender melhor sobre as culturas africanas, ou seja, candomblé e umbanda.

Partindo de suas experiências, Gonzalez inicia seu trabalho partindo da América Latina e da África desenvolvendo uma teoria da América africana e Ameericana, partindo de uma influência cultural africana na formação social e cultural da sociedade Brasileira, considerando essas influências e o sujeito.

Nesse sentido, o pensamento de Gonzalez teve uma grande importância no modo de reinterpretar e reconstruir a história do Brasil embasado nos princípios da mulher negra. Ademais, a autora através de seus textos, palestras, redes sociais, combateu o racismo no Brasil evidenciando o mito da democracia racial.

Gonzalez destaca como a dimensão racial está evidente, principalmente quando se trata da percepção e do entendimento da situação das mulheres no continente. Logo, procura mostrar o quanto negras e indígenas são testemunhas vivas dessa exclusão. Por outro lado, tenta deixar claras as iniciativas de aproximação, de solidariedade e de respeito pelas diferenças por parte de companheiras brancas que se comprometem com a causa feminina, destacando essas mulheres- exceção, chamando-as de irmãs.

A autora afirma ainda que o feminismo vem desempenhando um papel fundamental enquanto teoria e prática, nas lutas e conquistas para a busca de uma nova forma de ser mulher. Ao longo de seu artigo concentra suas análises em torno do conceito do capitalismo patriarcal (ou patriarcado capitalista) e evidencia as bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres, o qual teve importante contribuição para o encaminhamento das lutas das mulheres como movimento. Outro ponto central foram as discussões e contribuição contra as discriminações, e nenhum foi tão grave quanto a sofrida pelas mulheres: A de caráter racial. .

Em suas palavras, Gonzalez destaca:

Da mesma forma, nós mulheres e não-brancas, fomos “faladas”, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza. Ao impormos um lugar inferior no interior da sua hierarquia (apoiadas nas nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade justamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não só do nosso próprio discurso, senão da nossa própria história. É desnecessário dizer que com todas essas características, nós estamos referindo ao sistema patriarcal-racista. Consequentemente, o feminismo coerente consigo mesmo não pode dar ênfase a dimensão racial. Se assim o fizera, estaria contraditoriamente aceitando e reproduzindo a infantilização desse sistema, e isto é alienação. (idem, p.14).

Já no final do artigo, a autora fala do encontro histórico das latinas, que aconteceu no Brasil em 1975, e marcou o início do MM (Movimento das Mulheres) no Rio de Janeiro, com destaque para presença das americanas distribuindo um manifesto que destacava a exploração econômico-racial sexual, e além disso, o papel degradante, sujo e sem respeito” de que somos objeto. Seu conteúdo não é muito diferente do Manifesto da Mulher Negra Peruana no dia internacional da mulher em 1987, assinado por duas organizações do MN (Movimento Negro) deste país: Linha de Ação Feminina do Instituto Afro-peruano e Grupo de Mulheres do Movimento Negro “Francisco Congo”. Denunciando sua situação de discriminadas entre os discriminados, elas afirmam: “nos moldaram uma imagem perfeita em tudo que se refere a atividades domésticas, artísticas, servis, nos consideraram “expertas no sexo”.

A contribuição agregada desses papéis foi contundente para o avanço do preconceito de que a mulher negra só serve para essas atividades, assim moldadas, na sociedade. A autora cita em seu artigo um dito popular brasileiro, o qual sintetiza essa situação ao afirmar: “branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar”. Papéis atribuídos às africanas, segundo a autora, consideradas pretas e mulatas, restritas de suas humanidades, elas são vistas como corpos animalizados. Nesse sentido é possível verificar como a posição sócio econômica é aliada a exploração sexual dessas mulheres africanizadas. (Gonzales, 1988, p.19)

Lélia Gonzalez, através de intercâmbios e experiências, acreditou que um novo feminismo estava se projetando para nossa realidade, aumentando as nossas chances através da ampliação de suas perspectivas. A criação de novas redes como

o Taller de Mulheres das Américas (que prioriza a luta contra o racismo e o patriarcalismo numa perspectiva anti-imperialista) e DAWN/MUDAR, são exemplos de uma nova forma de olhar feminista, luminoso e iluminado por ser inclusivo, aberto a participação de mulheres étnica e culturalmente diferentes (idem, p.19 e 20).

Por fim a autora fala das experiências e dos privilégios que compartilhou em Nairóbi, participando do *II Encontro do Taller de Mulheres das Américas* na cidade do Panamá, em novembro de 1987, as discussões naquele momento acabaram por desconstruir barreiras – no reconhecimento do racismo pelas feministas – e preconceitos antifeministas por parte das ameríndias e amefricanas dos setores populares. A segunda foi no mês seguinte, em La Paz, no encontro regional de DAWN/MUDAR; presentes as mulheres mais representativas do feminismo latino-americano, tanto por sua produção teórica como por sua prática efetiva. Portanto, a argumentação e as contradições colocadas no encontro pelas amefricanas que também são encontradas nesse trabalho e frente aos testemunhos francos e honestos por parte das latinas ali presentes, frente à questão racial. Sai de La Paz revivida, confiante de que uma nova era se abria para todas nós, mulheres da região. Mais do que nunca, meu feminismo se sentiu fortalecido. E o título deste trabalho foi inspirado nessa experiência. Por isso que eu o dedico a Neuma, Leo, Carmen, Virginia, Irma (teu cartão de natal me fez chorar), Tais, Margarita, Socorro, Magdalena, Stella, Rocio, Gloria e as ameríndias Lucila e Marta (idem, p. 20).

Durante o processo do desenvolvimento colonial, as mulheres negras foram excluídas enquanto sujeitos ativos na sociedade. Um contexto histórico dominado pelo patriarcalismo e pelo racismo, sem conquistar seus direitos e sequer participar da vida pública e política. Refletir sobre o pensamento de Gonzalez, sobre o que é ser mulher negra, é analisar como a desigualdade, o racismo e a discriminação foram fatores determinantes para a exclusão das mulheres negras na sociedade, em relação a um contexto que prioriza e valoriza a produção intelectual da branquitude, outro fator é a ausência de representação de mulheres negras nos espaços de poder, pois é sabido que a institucionalidade do racismo é fator predominante para tal fenômeno.

Lélia Gonzalez problematizou o racismo na sociedade brasileira, partindo de um objetivo central de pesquisa: As mulheres negras.

### **Luiza Helena De Bairros: O Lugar Da Mulher Negra**

Luiza Helena de Bairros foi uma intelectual nas áreas de estudos feministas, relações raciais e sociologia, com longa história de militância tanto nos movimentos negros quanto nos feministas. Sua inabalável dedicação às lutas pelos direitos das mulheres e dos afrodescendentes, em especial das mulheres negras. Assumiu o cargo de Ministra de Estado chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no governo de Dilma Rousseff em janeiro de 2011.

Em, *Nossos Femininos Revisitados* a autora faz um relato sobre um programa de televisão matinal que assistira logo pela manhã, um espaço onde ensinavam a fazer um prato, que a autora acaba não se recordando. A imagem visível atrás da tela de TV chama a atenção de Bairros, o cenário principal era a cozinha e a personagem principal uma apresentadora que não parava de dar instruções e conselhos, no fundo uma jovem negra participava da cena em uma completa invisibilidade (quieta).

Em resumo, Bairros conclui:

Naquele programa o estereotipo que nos associa a boa cozinheira foi redefinido pela redução da mulher negra ao papel de coadjuvante mesmo no limitado espaço imposto pelo racismo. Para mim, entretanto tão poderosa quanto o silêncio era nossa outra fala transmitida pela pele negra e realçada pelo penteado de tranças da ajudante Uma imagem posta em nossos próprios termos desligada das representações de submissão atribuídas a nós mulheres e homens negros. Se por um lado os produtores de TV acham que não possuímos a autoridade e segurança necessárias para ensinar até mesmo o que supostamente fazemos de melhor, por outro lado é evidente que o racismo já não pode mais ser praticado sem contestação, sem que de algum modo emerjam os contra discursos que (re)criamos nas duas últimas décadas. (Bairros, 1995, p.458).

Pode-se dizer então, que a cena mostra muito mais, a posição que a apresentadora branca desempenha é superior apenas na aparência, pois ela estava restrita aquele espaço que por ser um cenário de atividades domésticas, logo é desvalorizado. A apresentadora só teve sua autoridade em destaque porque estava sobreposta ao papel inferior a qual a ajudante negra se encontrava.

Para a autora, em uma sociedade com inúmeras desigualdades sociais, em que as mulheres de diferentes grupos sociais ou raciais são submetidas, o que poderia existir de comum entre eles?

O pensamento a cima pode ser comparado com algumas situações sobre a realidade em que as mulheres brancas e negras estavam submetidas no período colonial, mais precisamente no século XIX em que o autor Gilberto Freyre narra o cotidiano dessas mulheres. As escravizadas tinham múltiplas funções, desde amas de leite até passatempo dos senhores da casa grande, as mulheres brancas quando meninas eram negadas toda e qualquer liberdade, criadas no mais profundo regime tirano de seus pais, muitas quando chegavam a adolescência já estavam prometidas para senhores que poderiam ser seus avós, assim saíam do regime autoritário dos pais para se submeter as ordens de seus maridos. Há relatos de maridos que mataram suas esposas ainda muito jovens apenas por desconfiar traição. Nota-se aqui uma submissão da mulher branca também, e na sociedade hoje o cenário não muda muito, mas a desigualdade, a discriminação predomina no povo negro.

Foi com muita luta dos movimentos, encontros e congressos pelo país e no mundo, que Luiza Helena Bairros esteve à frente para garantir direitos iguais para mulheres negras, ademais, refletir sobre a presença histórica e contemporânea pela luta de

igualdade de direitos, sua militância possibilitava o ingresso dessas mulheres em todos os espaços possíveis. Entendia também que as mulheres negras precisavam estar à frente dos movimentos negro, destacando seu papel histórico para a manutenção de uma comunidade que é discriminada pela dimensão racial. A comunidade negra precisa estar unida para lutar por seu espaço igualmente na sociedade, é nesse sentido que Luiza Bairros e Lélia Gonzalez aproximam seus pensamentos.

## Considerações Finais

O presente ensaio teve por finalidade compreender a perspectiva dos autores e suas narrativas a respeito das mulheres negras no período colonial e como essas problemáticas influenciam nas vidas dessas sujeitas.. Possibilitou verificar se esses conceitos estão de alguma maneira relacionados com o conceito de Mulheres no mundo atual. Objetivou-se também, a problematizar questões atuais a respeito das mulheres negras, violência, racismo e estigmatização, estabelecendo semelhança ou relação com as obras.

Na obra *Casa grande & Senzala* de Gilberto Freyre, o autor começa analisando a questão da miscigenação racial durante o período colonial e atreveu em explicar a formação social brasileira através da vida nos engenhos, cultivando uma visão romantizada sobre as relações entre os colonizadores e os colonizados. Freyre apontou os engenhos e toda a estrutura física que o cercava (casa grande, senzala, casa de moer e capela) como uma importante fonte de informação sobre a sociedade patriarcal daquela época. O autor vai mostrando que no dia a dia essa estrutura social, produto de um sistema de produção, se renova. Esses processos são apresentados em suas vivências e aparecem não só como situações de fato, mas pessoas e sentimentos que não se compreendem fora de contextos. Assim, começa a se desenvolver uma sociedade onde as relações de poder e econômicas eram fatores determinantes no período patriarcal, motivando assim a construção da sociedade agrária, escravocrata e híbrida. Importante salientar que em sua obra, Freyre não está interessado em analisar raça, gênero, mas sim como se constituiu através da *Casa grande & Senzala* e dos engenhos, vinculado ao espírito político, econômico, elementos fundamentais para a formação da sociedade brasileira.

Sobre o pensamento das autoras Lélia Gonzalez e Luiza Bairros, é importante resaltar que são duas autoras que contrapõem a obra de Gilberto Freyre, as autoras foram fundamentais na criação do movimento negro contemporâneo, se voltam para as questões afro-descendentes para compreender os processos históricos, políticos e culturais e que se diz respeito as desigualdades raciais e a opressão sofridas por negros e negras, revendo a escravidão e enaltecendo a organização política. A análise das autoras define o racismo como uma construção ideológica. . Refletir sobre esses pensamentos, sobre o papel da mulher negra e o espaço que ela integra , é analisar como a desigualdade, o racismo e a discriminação foram fatores

determinantes para a exclusão dessas mulheres na sociedade, em relação a um contexto que prioriza e valoriza a produção intelectual da branquitude, outro fator é a ausência de representação de mulheres negras nos espaços de poder, pois é sabido que a institucionalidade do racismo é fator predominante para tal fenômeno.

É importante ressaltar que essa pesquisa que ainda se encontra em seu início, é fundamental no campo científico, justamente para que se tenha maiores subsídios teórico para tais análises. Os conceitos de “Mulheres” nas obras da época fazem refletir um olhar de como esses autores apresentam as mulheres num contexto histórico onde era predominante o domínio patriarcal e como as mulheres são apresentadas no contexto atual, a posição delas e a diferença que se dá do lugar de fala dessas mulheres nas obras de Lélia Gonzalez e Luiza Helena de Bairros com o autor Gilberto Freyre.

## Referências

BAIROS, Luiza de. **Nossos Feminismos Revisitados**. Periódicos UFSC. 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462/15034>>. Acessado em 19/11/2018.

EBIOGRAFIA. **Biografia de Paulo Freyre**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=biografia+de+gilberto+freyre&sa=X&ved=2ahUKewiOzouIyeHeAhUCPZAKHSEjB5sQ1QIoAXoECAIQAg&biw=1366&bih=626>>. Acessado em 19/11/2018.

GONZALES, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino Americano**. Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino n. 1 – Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod\\_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf)>. Acessado em 19/11/2018.

Geledés Instituto da Mulher Negra. **Hoje na História, 1935, nascia Lélia Gonzalez**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/hoje-na-historia-1935-nascia-lelia-gonzalez/>>. Acessado em 19/11/2018.

G1-portal de notícias. **Luiza Helena de Bairros é a nova ministra da Igualdade Racial**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/luiza-helena-de-bairros-e-nova-ministra-da-igualdade-racial.html>>.w Acessado em 05/12/2018.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51ª ed. rev. – São Paulo: Global, 2006.

RATSS, Alex; RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez**. Coleção Retratos do Brasil Negro. (Coord) Vera Lúcia Benedito. Ed Selo Negro. SP. 2010.

## GILBERTO FREYRE VERSUS HELEIETH SAFFIOTI: considerando o lugar de fala na produção teórica brasileira

Dâmaris Clélia Schlender | Júlia Presser Marques

Comumente quando se pensa na formação da sociedade brasileira, observa-se uma falta de notoriedade dada para o papel desempenhado pelas mulheres. Todavia, é impossível não falar sobre esse contingente populacional ao tentar compreender a constituição do país. A invisibilização feminina apontada, justamente dá pistas sobre a construção das relações sociais no Brasil, local de território extenso e consequente pluralidade, algo que torna mais complexo seu entendimento.

Admitindo a importância das narrativas e tendo em mente que elas representam como os sujeitos concebem o mundo e norteiam as relações com o seu entorno, o presente ensaio teórico tem o intuito de elucidar como as mulheres aparecem nos escritos de dois autores que produziram saberes em relação a formação do Brasil em diferentes obras, sendo eles Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* e Heleieth Saffioti em *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*.

Gilberto Freyre apresenta as relações sociais a partir da chegada do homem branco - este de origem portuguesa e, posteriormente, espanhola -, propondo-se a fazer uma abordagem culturalista. O autor enfatiza a ocorrência da mestiçagem no país, o que obrigatoriamente é também falar sobre quem tem a possibilidade de gerar uma vida e compõe tal miscigenação. Apesar disso, seu enfoque não é discutir os papéis femininos, algo que perpassa toda obra através do olhar do autor sem a pretensão de uma análise mais crítica de tais papéis.

Por sua vez, a socióloga Heleieth Saffioti irá justamente dar centralidade para a categoria mulheres em sua obra, buscando discorrer sobre a condição da mulher na sociedade de classes brasileira. Não simplesmente na intenção de interpretar tal condição, a autora faz um esforço teórico para desvelar os mecanismos usados pelos modos de produção para edificar e sustentar, segundo ela, preconceitos em relação às



mulheres que alijam ou introduzem de forma precária as mulheres em sua estrutura, por ser uma necessidade de manutenção do próprio sistema capitalista.

Sendo assim, o problema teórico central que reside neste ensaio diz respeito a relacionar as duas obras descritas anteriormente, abarcando **como as mulheres aparecem e como isso se associa com o lugar de fala dos quais os autores emergem, tanto na perspectiva de sexo quanto ao pensar tudo que abarca o lugar social dos quais ambos emergem, constituindo-se através de uma considerável distância**. No tocante ao objetivo, será o de analisar os autores e suas narrativas quanto às mulheres na sociedade brasileira, tendo como objetivos específicos a) verificar como as mulheres aparecem nas duas obras b) entender como isso diz respeito às formas de estar no mundo diferenciadas de Freyre e Saffioti tal como os lugares dos quais eles partem c) analisar as narrativas enquanto importantes formas de compreensão da vida social e conseqüentemente da inserção das mulheres na sociedade brasileira.

Quanto ao procedimento metodológico, tratamos como Prodanov (2013) descreve o ensaio teórico, sendo um trabalho científico que se utiliza da exposição metódica dos estudos realizados e das conclusões originais a que chegamos após apurado exame de um assunto. Assim, o ensaio é um “estudo bem desenvolvido, formal, discursivo e conclusivo, consistindo em exposição lógica e reflexiva e em argumentação rigorosa com alto nível de interpretação e julgamento pessoal” (Prodanov, 2013, p. 163). Portanto, o ensaio permite liberdade ao autor, porém sempre buscando o rigor lógico e coerente de argumentação, sendo o ensaio um “problematizador, antidogmático e nele devem sobressair o espírito crítico do autor e a originalidade” (Prodanov, 2013, p.163).

Em suma, pretende-se com esse estudo, colaborar para a compreensão da forma como as mulheres estão situadas na sociedade brasileira, buscando os sentidos embrionários desta localização e também os limites contidos na inserção feminina na sociedade. Portanto, tem-se uma ferramenta de reflexão do quadro social contido no Brasil, o qual incorpora diversas relações assimétricas entre os sujeitos, pretendendo-se assim, contribuir para pensar em alternativas que vislumbrem a emancipação dos indivíduos e a possibilidade de novas formas de existência.

## Gilberto Freyre: O Olhar Do Senhor Da Casa Grande Sobre As Mulheres

Em sua obra *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, o pernambucano Gilberto Freyre nascido no ano de 1900, relata com afino a construção da sociedade brasileira desde a colonização portuguesa, numa história do cotidiano. Ele abarca o encontro de duas culturas, a européia e a ameríndia e defende a ideia de uma democracia racial que se constitui no Brasil, pautando uma determinada harmonia entre as “raças”.

Deve-se admitir que o Brasil se difere não somente no âmbito do território - por ser extensivo e diversificado em climas -, mas também pela sua composição social que é totalmente mestiça; esse fato retira a centralidade da “raça” branca, como o próprio Freyre afirma que “todo brasileiro, mesmo alvo, de cabelo louro, traz alma, quando não na alma e no corpo [...] a sombra, ou pelo menos a pinta do indígena ou do negro” (Freyre, 2003, p.191). Nesta composição – que em tempos atuais já aumentou, ou seja, ao longo da nossa história mais e mais culturas foram se misturando a brasileira, segundo Melo (2009) a função das mulheres é indiscutível, corrobora este entendimento afirmando:

“todo brasileiro” a que se refere Gilberto Freyre é o homem branco da casa grande e a influência africana é a da mulher negra que trabalha para esse homem, em vários momentos de sua vida. Da escrava que embalou o homem branco quando esse era menino. Da preta velha que alimentou esse menino, que contou histórias mal-assombradas, e, finalmente, da mulata que iniciou sexualmente esse homem branco da elite. Todas as imagens são construídas a partir de uma perspectiva de classe e gênero muito específica, que condiciona o modo de agir no mundo e conhecê-lo (daí chamarmos sistema ético-cognitivo) (Melo, 2009, p.282).

O referido autor se volta em determinados momentos da obra a descrever o papel das mulheres dentro da construção da sociedade que emergia, argumentando seu papel primordial na reprodução do sistema colonial, oferecendo sobretudo, o corpo e o trabalho doméstico. Freyre destaca, a preferência das mulheres (índias) pelo colonizador branco, afinal, esses sujeitos na visão do autor, constituem-se enquanto mais valorosos pertencentes a uma “raça” superior.

Através da direção de classe e de sexo, a obra de Freyre foi criticada por outros intelectuais, principalmente ao fato dele ser, em certa medida, tendencioso e por ainda possuir uma visão pertencente ao senhorial (a casa grande). Porém, Freyre vivia um eterno dualismo: possuía uma visão senhorial da história brasileira, mas também, era inovador na interpretação do Brasil “elementos que problematizavam a visão do senhorial do país” (Freyre, 2003, p.280). Desse modo, pode-se observar que o autor via a construção social brasileira pela ideia da casa grande e escrevia para os poucos letrados de sua época, ou seja, havia uma possível inclinação para aqueles que viviam dentro da casa grande, em uma classe social conservadora e tida como superior.

Em muitas passagens se apresenta uma mestiçagem hierarquizada, ou seja, a mulher se torna ‘moeda de troca’ e até mesmo algo para agradar o homem estrangeiro.

Mas independente da falta ou escassez de mulher branca o português sempre pendeu para o contato voluptuoso com mulher exótica (Freyre, 2003, p.265).

[...] como suprir a extrema penúria de gente branca para a tarefa colonizadora unindo-se com mulher de cor. Pelo intercuro com mulher índia ou negra multiplicou-se o colonizador em vigorosa e dúctil população mestiça,



ainda mais adaptável do que ele puro ao clima tropical. A falta de gente, que o afligia, mais do que a qualquer outro colonizador, forçando-o à imediata miscigenação (Ibidem, p.74).

Mas entre os indígenas das terras de pau-de-tinta outras foram as condições de resistência ao europeu: resistência não mineral mas vegetal. Por sua vez o invasor pouco numeroso foi desde logo contemporizando com o elemento nativo; servindo-se do homem para as necessidades de trabalho e principalmente de guerra, de conquista dos sertões e desbravamento do mato virgem; e da mulher para as de geração e de formação de família (Ibidem, p.158).

É evidente que o Brasil ainda pertencente somente aos índios tivesse uma população relativamente baixa aos olhos dos estrangeiros, entretanto, haveria talvez, na cultura indígena o reconhecimento do papel da mulher – tanto nas atividades sociais como, por exemplo, na agricultura e na procriação – e ao contrário, o homem branco prezando apenas a mulher branca e usando a mulher de cor como objeto.

Descreve Freyre, que os portugueses iniciaram o processo de colonização em larga escala, com vertentes na técnica econômica e uma política social:

A primeira: a utilização e o desenvolvimento de riqueza vegetal pelo capital e pelo esforço do particular; a agricultura; a sesmaria; a grande lavoura escravocrata. A segunda: o aproveitamento da gente nativa, principalmente da mulher, não só como instrumento de trabalho, mas como elemento de formação da família (Freyre, 2003, p. 164).

Já em outras passagens na obra, o autor apresenta situações que claramente são formas de objetificação das mulheres, tais como: as mulheres se configuram como parte de iniciação de meninos na vida sexual, elas não poderiam participar de rituais, mas somente da iniciação. Além disso, a mulher negra ao ser colocada na posição de escrava deveria servir ao seu senhor não somente no trabalho, como também na satisfação dos seus desejos lascivos.

[...] e entregue às mulheres, diminuídas assim na sua domesticidade pelo serviço de campo tanto quanto os homens nos hábitos de trabalho regular e contínuo pelo de vida nômade. Daí não terem as mulheres índias dado tão boas escravas domésticas quanto as africanas, que mais tarde as substituíram vantajosamente como cozinheiras e amas do mesmo modo que os negros aos índios como trabalhadores de campo. (Freyre, 2003, p.73.)

Eis a diferença da mulher indígena para mulher negra: a primeira não serviria como escrava doméstica, ao contrário da segunda que se vinculava a papéis de cozinheiras e amas de leite, além da sua adesão no trabalho do campo. As mulheres de épocas – indígenas e/ou negras – anteriores nunca deixaram de trabalhar, mesmo em uma possível vida de casada. Suas funções exigiam o cuidado com filhos e marido, com as atividades domésticas e com as atividades braçais (roça). Independentemente se estivesse grávida, a mesma se mantinha ativa dentro e fora de casa. O argumento

freyriano vai de acordo com a noção de que o sexo feminino porta características que se vinculam ao cuidado e dessa forma, são específicas para certos tipos de trabalho.

Freyre, seguidor do antropólogo Franz Boas, propõe-se a uma abordagem culturalista, constituída por uma ideia saudosista, idealizando as relações sociais e ao mesmo tempo criticando a escravidão (Melo, 2009, p.284), ou seja, a construção cultural brasileira é a contribuição ativa de estrangeiros, sendo uma espécie de equilíbrio enriquecida de paradoxos. Assim, o autor permite diversas interpretações em *Casa Grande & Senzala*, entre elas, uma crítica séria a sociedade, mas ao mesmo tempo saudosista da cultura elitizada.

## Heleieth Saffioti: O Olhar Das Mulheres

Heleieth Saffioti, foi uma socióloga nascida em 1934 na cidade de Ibirá no estado de São Paulo. Foi orientada dentro da Academia por Florestan Fernandes e produziu sua tese de livre-docência durante o período da Ditadura militar no Brasil, a qual terá enfoque neste ensaio teórico *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*.

Escrito numa época desafiante, tanto no sentido do período repressivo em que o país estava submetido, quanto pela escassez de material bibliográfico traduzido ou produzido no Brasil que embasasse seu estudo, Saffioti, tendo o marxismo como aporte teórico do seu pensamento, foi pioneira em refletir como o fator sexo era inserido no funcionamento da sociedade capitalista num país periférico.

A falta de escritos em relação às mulheres e os desdobramentos dos seus papéis na sociedade brasileira foram instigadores do estudo de Saffioti. Ela faz a escolha da categoria trabalho para orientar a sua investigação, defendendo a centralidade desta na vida das pessoas, de forma que a economia está intimamente ligada à distribuição de oportunidades sociais, o que repercute em limitações acerca das possibilidades de existência destes sujeitos, afinal, o que a autora também defende é como a posição social ocupada pelas mulheres dependerá de mitos que justifiquem essa posição, constituindo-se assim enquanto limitações identitárias.

A autora pretende “o encaminhamento teórico das questões postas pelo cruzamento no modo de operação e das relações entre a determinação comum sexo e a determinação essencial do sistema capitalista de produção - a divisão da sociedade em classes sociais -” (Saffioti, 2013, p.40), de maneira que irá averiguar os mecanismos que articulam sexo na sociedade de classes em que as mulheres são o sexo denegado, excluído enquanto participante em pé de igualdade na estrutura ocupacional em relação ao sexo masculino.

Tal exclusão justifica-se como importante ferramenta de equilíbrio para o modo de produção capitalista. Por ser um sistema que não consegue abarcar todo o seu contingente populacional, há a necessidade da produção e reprodução de mitos que tentam mascarar as reais lógicas do sistema. Em consonância com isso, Saffioti recorre a olhar sexo em sociedades de capitalismo desenvolvido e também nas

ditas subdesenvolvidas, além de reversionar os diferentes modos de produção que apareceram no decorrer da história, fazendo um esforço para compreender “até que ponto a inferiorização social da mulher decorre de uma necessidade estrutural do sistema capitalista de produção ou de mera persistência de uma tradição cultural” (Ibidem, p.45).

Um dos primeiros mitos combatidos na obra é a noção de que o capitalismo incorpora as mulheres no mundo do trabalho. Segundo a autora, as mulheres nas sociedades pré-capitalistas já estavam ligadas em atividades que se caracterizam enquanto trabalho, como é o caso de atividades comerciais. Entretanto, o trabalho era habitualmente entendido dentro do núcleo familiar, ou seja, a família era primordialmente a unidade econômica e, decorrente da subordinação social atribuída às mulheres, as atividades exercidas por estas ganhavam uma conotação secundária dentro deste núcleo, afinal eram desempenhadas por indivíduos considerados inferiores. Cabe ressaltar aqui, que a realização das mulheres dependia em grande escala do casamento, evento no qual o sexo feminino alicerçava sua posição social, além de obter estabilidade econômica, dinâmica que ressoa através da história.

A época escravocrata-senhorial do Brasil ilustra muito bem a questão de que “o casamento representava praticamente a única carreira aberta a esta. Evidentemente, a reclusão num convento constituía sempre uma possibilidade de evitar-se a submissão ao pai ou ao marido.” (Ibidem, p. 243). Entretanto, esse fenômeno acometia a mulher branca da casa-grande, afinal havia uma divisão da população em castas, cabendo a diferentes mulheres papéis destoantes. Assim sendo, era destinado a mulher negra um papel dentro do sistema produtivo de bens e serviços e, não obstante, um papel sexual. Este papel não intencionava a reprodução da população, apesar de muito ocorrer, a relação sexual servia enquanto geradora de prazer para o senhor de escravos. Estas duas dinâmicas, manifestavam a condição de *coisa* da qual a mulher negra era submetida.

Sobre a decorrência da mudança de modo de produção, de acordo com Saffioti:

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginaizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (Saffioti, 2013, p.65-66).

Partindo desses princípios, a subordinação feminina no capitalismo foi fundamentada através de mitos que expressam supostas incapacidades das mulheres, sendo esse grupo um entrave para o absoluto desenvolvimento da sociedade.

Porém, segundo a autora, é preciso olhar para a estrutura capitalista como limitadora do potencial dos indivíduos e não o contrário, de modo que faz parte da lógica interna do sistema dividir a sociedade em classes sociais e instituir grupos em sua margem de forma a explorá-los economicamente, contradizendo o fundamento de que havendo igualdade jurídica entre as pessoas, todos têm as mesmas oportunidades de modo a não existir marcas sociais que posicionam os sujeitos numa hierarquia de valores.

A questão da maternidade para o sexo feminino, argumenta Saffioti, constitui-se como um grande eixo para o desencadeamento de lógicas mitificadas sobre a incapacidade produtiva das mulheres. Tal condição biológica, apesar de envolver um período restrito de tempo (gestação e amamentação) e nem mesmo acometer a todas as mulheres, acaba por ser usada para a defesa da inatividade profissional da coletividade feminina por toda a sua existência. É também através da maternidade, que a centralidade do papel social das mulheres enquanto reprodutoras se estabelece nos diversos períodos da história. Igualmente, mediante esse fator se constrói o mito da orientação para a criação das crianças.

Em consonância com isso, a socialização das mulheres ia de encontro com a submissão, havendo moldes patriarcais em que a primazia de tomadas de decisões era masculina. Saffioti defende que, o sexo feminino era mais conservador do que o masculino por ser negado ao primeiro as mesmas possibilidades de educação do que ao segundo. Por exemplo, eram os filhos da casa grande que viajavam para a Europa rumo aos estudos, entrando em contato com novos horizontes intelectuais e possibilidades de alterações da vida social. Mesmo as mulheres pertencentes a elite eram excluídas de espaços de participação política, como quando emergiu no Brasil a maçonaria que pautava a intervenção na sociedade, a entrada de integrantes era restrita aos homens.

A urbanização dentro do país gerou diferentes alternativas de ocupações para as mulheres o que “rompeu o isolamento em que vivia grande parte das mulheres, alterando, pois, sua postura diante do mundo exterior” (Saffioti, 2013, p. 256), apesar disso, “a extensão da família legal a grupos cada vez mais amplos representou, *de fato e de jure*, um reforçamento dos tabus sexuais que cercavam a moça e a mulher de família” (Ibidem, p. 257). Observa-se assim, que haviam ainda enfáticos limites a respeito da identidade feminina.

Quando as mulheres começaram a ter acesso a educação, elas recebiam uma educação diferenciada da masculina. Um exemplo que ilustra esse fato é uma reforma educacional ocorrida em 1942 e intitulada Reforma Gustavo Capanema, que apesar de ser um avanço no Brasil, tem características retrógradadas, em que segundo a autora:

[...] discriminou as mulheres e desferiu um golpe no processo de aceitação social da educação em curso. Sem instituir a obrigatoriedade da educação segregada para os dois sexos, sugere que a educação da mulher se faça em classes especiais, isto é, em classes exclusivamente femininas. Embora as

diferenças de currículo dos cursos secundários femininos e masculinos fossem de pouca significação, o espírito da segregação dos sexos preside aos termos da reforma, evidenciando-se nas expressões “natureza da personalidade feminina” e “a missão da mulher no lar” (Saffioti, 2013, p. 320).

Essas restrições colocadas, estão de acordo com a já mencionada necessidade de equilíbrio e auto reprodução do sistema de produção capitalista. Existe a ideia de que através do desenvolvimento deste sistema, ocorrerá a inserção de todos os participantes sociais de maneira plena. Entretanto, a autora acredita que isso não se realizará, afinal quando o capitalismo não alija as mulheres, ele as absorve de forma precária de acordo com as suas próprias necessidades de preservação, como é o caso do fenômeno dos baixos salários e da intensificação do trabalho feminino que pretende extrair o máximo de mais-valia absoluta - grande protagonista na lógica de acumulação capitalista - e também, pode-se citar, à título de exemplo, a solicitação da mão-de-obra feminina durante a Segunda Guerra Mundial decorrente da ausência masculina.

Posto isto, Saffioti localiza fundamentos para a ainda vigência de mitos e preconceitos que cercam a figura feminina e limitam as mulheres a tradicionais funções. Ressalta-se que a primeira edição da obra foi feita em 1969, época em que as abordagens trazidas pela autora não estavam sendo discutidas, o que caracteriza seu pioneirismo e sua inovação na produção teórica brasileira. Ela elucida como a forma singular de desenvolvimento do país, que se estabeleceu enquanto uma economia dependente e teve igualmente singulares relações de produção, culminou na construção de papéis que as mulheres desempenham dentro da sociedade.

## O Lugar de Fala de cada autor

Após esta breve análise de ambos os autores, pode-se identificar uma grande diferença de perspectiva. Como a proposta do presente ensaio teórico é a análise das narrativas quanto às mulheres na sociedade brasileira, o enfoque da distinção será acerca dessa temática somente.

A forma como as mulheres são abordadas nos escritos de *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* segue a lógica que permeia toda a obra. Essa lógica diz respeito ao caráter romântico que Freyre atribuiu para a sua narrativa. Quando ele defende, por exemplo, que as índias preferiam se relacionar com o colonizador branco por almejarem filhos pertencentes a uma “raça superior” isso não há embasamento científico algum. Inclusive, as índias foram as primeiras mulheres a sofrerem com a exploração sexual, algo que atravessou toda a época colonial.

As mulheres negras foram as próximas, algo que possibilitou determinada castidade para as brancas. Segundo Saffioti “é óbvio que a castidade da imensa maioria das

mulheres da camada senhorial foi possível graças à prostituição de outras” (2013, p. 241) e em seguida, a própria autora cita Freyre que aponta sobre a formação da prostituição ser massivamente formada pelas negras escravas.

A questão do romantismo de Freyre é pela forma branda e natural que ele trata os acontecimentos. Sua abordagem é arraigada em ideias essencialistas, em que há a atribuição de papéis muito específicos para os grupos de indivíduos, enfatizando suas características de modo a diferenciar e hierarquizar as pessoas, perpetuando preconceitos como quando descreve as mulheres e sua designação para a procriação e alguns poucos trabalhos dos quais elas estariam aptas a exercer.

Tal lógica contida nos escritos do autor, estão intimamente ligadas com seu lugar de fala. Por um lado, isso abrange a forma como Freyre irá descrever os indivíduos na formação do Brasil através do seu entendimento acerca destes indivíduos, o que acaba por ser incompatível com a totalidade dos mesmos. Por outro lado, esta ação tem o efeito de produzir opressões, não elucidando hierarquias e perpetuando mitos que confinam as pessoas a determinadas identidades.

Descendente de senhores de engenho, Freyre traça sua narrativa a partir da visão de alguém de dentro da casa-grande, portanto, ele fala de um lugar privilegiado, elaborando seus argumentos de acordo com a sua constituição enquanto sujeito masculino, branco e elitizado. Ou seja, alguém que tem a concessão para falar.

Em contrapartida, Saffioti parte de um lugar totalmente diverso. Ela além de ser mulher, tem origem interiorana e nasceu filha de mãe costureira e pai pedreiro. Advindo de uma família sem grande poder econômico, começou a trabalhar aos 14 anos, o que atribui muito sentido para a sua produção teórica com conotação altamente crítica ao sistema econômico, afinal, a autora teve contato através da sua existência com as desigualdades geradas pelo capitalismo.

Todavia, o lugar de fala dos autores não pode ser justificativa do teor de seus escritos, nem mesmo a época em que eles estão inseridos. Pensando em Saffioti, ela constrói sua obra num momento altamente desfavorável para discorrer sobre a temática, como já mencionado anteriormente. Dessa forma, ao tentar alegar que existem circunstâncias específicas que de alguma maneira legitimam a disseminação de preconceitos por parte dos autores, contraria-se a ideia da produção de conhecimentos novos, em que os sujeitos estariam fadados apenas a perpetuação de tradições.

Djamila Ribeiro (2017) ajuda a entender a problemática ao esclarecer que:

O que se quer com esse debate fundamentalmente, é entender como poder e identidades funcionam juntos a depender de seus contextos e como o colonialismo além de criar, deslegitima ou legitima certas identidades [...] atenta-se para o fato de que as desigualdades são criadas pelo modo como o poder articula essas identidades; são resultantes de uma estrutura de opressão que privilegia certos grupos em detrimento de outros (Ribeiro, 2017, p. 31).

Em *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, o próprio título elucida a existência da mitificação em torno das mulheres. Na obra de Freyre, ele não se indaga sobre isso, pelo contrário, o autor se direciona na propagação de mitos. Apesar disso, a obra do autor teve muito mais visibilidade do que a de Saffioti, embora atualmente ser foco de críticas é um dado importante pensar sobre quem ganha enfoque, quem de fato tem a possibilidade de mostrar sua existência num mundo onde diversas vozes são silenciadas.

Saffioti apesar de ainda não ser muito estudada dentro da Academia, conquistou determinado espaço. Ressalta-se que ela era uma mulher branca, dentro de suas limitadas possibilidades enquanto mulher. Foi concedida a ela o direito de falar enquanto mulheres brancas estão mais distantes desta possibilidade. Felizmente, a autora atenta para o fato de que “a mulher universal tanto quanto o homem universal são criações mentais inexistentes no terreno factual” (2013, p. 411), o que vai de encontro com um olhar mais minucioso para a ideia de desvelar de quem se está de fato falando ao descrever uma realidade social.

Quebrar com o ciclo dos discursos dominantes, é dar passos rumo a emancipação dos sujeitos. Imbricado nisso, está a abertura para pessoas que estão fora do poder também disseminem seus próprios conhecimentos, produzam novos e tenham a chance de redefinirem seus papéis, tendo contato com novas formas de existência.

Por fim, percebe-se, que as mulheres ainda têm seu reconhecimento social inferiorizado em relação ao sexo masculino, devendo-se isso, como a própria Saffioti coloca, a uma necessidade do sistema capitalista – afinal, o capitalismo não é cego ao sexo – em conjunto com uma cultura androcêntrica. Também é possível observar, que a proposta culturalista de Freyre não se concretiza, afinal ele enfatiza de forma exacerbada os fenótipos dos indivíduos e não raro defende uma escala de valoração.

## Referências

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

MELO, Alfredo César. **Saudosismo e crítica social em Casa grande e senzala**: a articulação de uma política da memória e de uma utopia. IN: *Estudos Avançados* 23. Encontro de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, Djamil. **O que é lugar de fala?** 1ª ed. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na Sociedade de Classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

## O TRABALHO DAS MULHERES NA SOCIEDADE PATRIARCAL BRASILEIRA: dos clássicos aos contemporâneos

Giovana Duarte

O presente ensaio pretende abordar os principais argumentos de autores clássicos da Sociologia Brasileira, em contraponto a autoras contemporâneas, no que tange ao trabalho das mulheres. Inicialmente, será discutido Gilberto Freyre, na obra *Casa Grande e Senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*<sup>1</sup> publicada pela primeira vez em 1933. Nela serão analisados os capítulos I “O indígena na formação da família brasileira”; IV e V “O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro”<sup>2</sup>. Posteriormente, será analisada a obra de Caio Prado Junior *Formação do Brasil Contemporâneo*<sup>3</sup> publicada pela primeira vez em 1942, no seguinte capítulo: “Vida social” e os subtópicos: “Organização social” e “Vida social e política”<sup>4</sup>.

Nosso ensaio teórico parte das seguintes problemáticas: “como os autores descrevem o trabalho das mulheres na sociedade brasileira?” e “quais esferas sociais se encontram maior mão de obra feminina?”. Dentro desse aspecto, e visando abranger argumentos contemporâneos sobre as perguntas iniciais, nosso ensaio se deterá em fazer um contraponto dos clássicos com a obra *História das mulheres no Brasil*<sup>5</sup>, organizada pela Mary Del Priori, publicada em 1997, em que serão analisados os seguintes capítulos: “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano”, escrito por Rachel Soibet; “Ser mulher, mãe e pobre” escrito por Cláudia Fonseca; “Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira”, escrito por Paola Cappellin Giuliani; e por fim, “Trabalho feminino e sexualidade” de Margareth Rago.

<sup>1</sup> Em nossa pesquisa, utilizamos a edição 48ª dessa obra.

<sup>2</sup> Os capítulos supracitados possuem o mesmo nome, se diferenciando apenas numericamente.

<sup>3</sup> Em nossa pesquisa, utilizamos a edição 7ª dessa obra.

<sup>4</sup> Informamos que a edição utilizada na obra de Caio Prado Junior, não consta as numerações dos capítulos.

<sup>5</sup> Em nossa pesquisa, utilizamos a edição 10ª dessa obra.



Dessa forma, este ensaio tem como objetivo analisar o trabalho das mulheres na sociedade brasileira, compreender quais são as características depositadas nas mesmas e no seu trabalho, observando quais esferas sociais a mão de obra feminina era mais frequente, sobretudo, visando refletir sobre o argumento essencialista e racista sobreposto ao trabalho feminino durante o processo histórico social; verificar como o trabalho feminino era caracterizado na esfera privada e pública pelos autores; perceber as diferenças entre trabalho feminino e masculino em termos valorativos e de prestígio social empregado nas obras; observar o trabalho reprodutivo e produtivo executado em termos de classe e raça; verificar quais os argumentos elaborados pelos autores sobre a domesticidade e, por fim, investigar a atualidade das obras no contexto brasileiro, levando em conta o lugar de fala e o período de publicação.

Tendo em vista que o trabalho dentro de uma sociedade capitalista e patriarcal carrega intrinsecamente a categoria gênero e raça, este trabalho torna-se importante para pensar como se desenvolveram as construções dos espaços ocupados pelas mulheres no mundo do trabalho, quais fenômenos sociais provocaram a subserviência e pertencimento natural do sexo feminino a um trabalho desvalorizado e invisível, a partir de uma análise crítica dos argumentos dos clássicos da Sociologia Brasileira, sobre as suas considerações ao trabalho feminino. Em termos sociais, este ensaio trará uma reflexão acerca do trabalho feminino no Brasil, isto é, a trajetória e o modo como o trabalho feminino era caracterizado e as condições de vida que as mulheres estavam submetidas na época colonial e por fim, contemporânea.

Dessa maneira, pretende-se elaborar um ensaio “bem desenvolvido, formal, discursivo e conclusivo” (Severino, 2003, p.128), que ofereça ideias que contribuam para análise da mulher no mundo do trabalho, tanto em relação à forma de tratamento e liberdade, quanto à forma de argumentação crítica do modo como os autores elaboram as suas visões a respeito da “condição” feminina durante o processo histórico no Brasil. Para elaboração do ensaio será realizado uma pesquisa bibliográfica e pesquisa exploratória, a partir de dados secundários oferecidos em plataformas digitais. Essa análise consistirá mediante publicações, por exemplo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

## Contextualizando os autores no tempo e no espaço

Gilberto Freyre nasceu no ano 1900, no estado de Pernambuco, é um homem branco, nordestino, provinciano, de meio aristocrático – de classe média alta, sua obra *Casa Grande e Senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* é um dos principais clássicos da Sociologia Brasileira, traduzida para vários idiomas e reconhecido mundialmente por vários intelectuais consagrados

do meio científico. Ela é identificada como uma “autoantropologia da cultura” e “história sociológica” (Souza, 2000), devido o autor ser considerado, tanto antropólogo quanto sociólogo por estudiosos. A obra carrega em sua argumentação a originalidade do autor, devido promover aspectos subjetivos e afetivos a respeito das diferentes culturas e modo de vida que se encontravam no Brasil no período da colonização. Dentro dessa perspectiva, o autor procura ressaltar que as relações e interações sociais que se desenvolveram eram, sobretudo, harmoniosas, mediante a integração e a unificação das raças e culturas, afirmando positivamente a importância dos colonizadores portugueses para a civilização do Brasil.

Caio Prado Junior nasceu no ano de 1907, no estado de São Paulo, é de origem burguesa e sua vivência pessoal é marcada pela sua inserção frente à luta de classes, ao passo que se interessa pela teoria marxista, se tornando socialista, e faz com que sua vida evocasse para além da pesquisa histórica e filosófica, mas também no engajamento político. O autor é considerado um dos principais historiadores e um importante clássico para a Sociologia Brasileira, sua obra *A formação do Brasil contemporâneo*, foi produzida e reconhecida como parte do pensamento dialético, com objetivo de compreender as implicações dos processos estruturais no que tange as relações desiguais, sobretudo, aos conflitos de classe.

Sua perspectiva adere um olhar preocupante no que se refere às desigualdades sociais, para o autor a história do Brasil é marcada e construída pela classe trabalhadora, em contraposição ao controle e à exploração de uma classe sobre a outra, e detém-se em analisar a revolução social a partir de sua própria natureza. Ele afirma que, o contexto histórico social brasileiro é fruto de relações capitalistas, desde a chegada dos portugueses, à medida que os escravos não possuíam o controle de sua mão de obra e eram explorados pelos grandes senhores, visando lucro e acúmulo de riqueza. Dessa forma, Prado (1998) rompe com a ideia inicial de feudalismo, ao passo que identifica a colonização, não como um fato isolado, mas intrinsecamente marcado pelo latifúndio escravista de exploração e produção (Reis, 2007).

A partir das perspectivas das autoras analisadas – Soihet, Fonseca, Giuliani e Rago – a obra *Histórias das mulheres no Brasil*, organizado por Mary Del Priori traz como argumentação central uma visão sobre as desigualdades, que marcam e diferenciam homens e mulheres na sociedade brasileira, sobretudo, na esfera pública e privada. Os capítulos da obra analisados nesse ensaio foram escritos no período em que os direitos das mulheres estavam inicialmente sendo assegurados e em fase de conquistas pelo Movimento Feminista. As autoras evidenciam na obra os momentos de dificuldades enfrentados pelas mulheres no Brasil. Pautam incessantemente o quão desigual são as relações entre homens e mulheres no mercado de trabalho, no contexto social e familiar, em termos de relações hierárquicas, de controle e dominação, corrompendo liberdades de expressão, emancipação política e independência econômica. Evidenciam a resistência das mulheres em lutar pelo reconhecimento no espaço público, enquanto sujeitos de direito e a tentativa de



romper com o caráter multifacetado das relações opressivas que degradam, quer o conhecimento feminino, quer a posição e o status social ocupados na sociedade.

## A feminilidade: dos clássicos aos contemporâneos

O trabalho das mulheres na sociedade capitalista e patriarcal é reconhecido em obras clássicas e contemporâneas da Sociologia Brasileira, como sendo desiguais em termos de reconhecimento e status social ao comparar com a mão de obra masculina. De acordo com teóricos clássicos da área, a diferença entre homens e mulheres no campo do trabalho produtivo e reprodutivo é fruto de um longo processo histórico de assimetria social e sexual, baseada em relações hierárquicas (de controle e dominação). Para Gilberto Freyre (2003), na obra *Casa Grande e Senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, as mulheres estavam mais próximas da domesticidade do que os homens, ao passo que se preocupavam com a higienização do corpo e do grupo em sua totalidade, permitindo, dessa forma, maior aproximação com a esfera privada, pois esta é caracterizada como o âmbito do cuidado e da manutenção familiar.

Além disso, o autor evidencia que as mulheres aproximavam da natureza, pois detinham as características: “estável, sólida e contínua” (Freyre, 2003, p.93), em contra posição, o homem era reconhecido como “violento e esporádico” (Freyre, 2003, p.93). Desse modo, Freyre (2003) destaca que essas características diferenciam o sexo feminino e masculino, associando as mulheres ao trabalho do cuidado, bem-estar familiar e comunitário. Conforme o autor:

Funda-se esse antagonismo na organização física da mulher, que a habilita antes à resistência que ao movimento. Antes à agricultura e à indústria que à caça e à guerra. Daí a atividade agrícola e industrial desenvolver-se quase sempre pela mulher; pela mulher desenvolver-se a própria técnica da habitação, a casa; e em grande parte a domesticação de animais (Freire, 2003, p.93).

Caio Prado Junior (1998) traz em seu argumento uma perspectiva semelhante à de Freyre (2003), no que tange a tematização da construção da feminilidade das mulheres negras, indígenas e brancas, ao passo que referencia o comportamento e a personalidade das mesmas a ternura, passividade e obediência, caracterizando-as como submissas a raça dominante e passíveis a seus desejos e interesses. Dessa forma, o autor relaciona esse comportamento e essa personalidade como parte intrínseca à esfera privada, à medida que as mulheres estariam majoritariamente nessa esfera social e, logo, seriam as ideias para compor e executar o trabalho do cuidado e doméstico.

A obra *Histórias das mulheres no Brasil*, de Mary Del Priori (2012), aborda a construção da feminilidade e sua associação ao trabalho produtivo e reprodutivo de modo divergente aos autores clássicos da Sociologia Brasileira supracitados. A partir dos

capítulos analisados, o trabalho produtivo é caracterizado como sendo sinônimo de luta, conquista e resistência, à medida que as mulheres se posicionaram contra o essencialismo sobreposto a identidade feminina, sobretudo, aproximando-as da “natureza” (maternidade) e do lar (Fonseca; *et al*, 2012). As mulheres eram denominadas como incapazes e muito frágeis para compor o mercado de trabalho e se impor no mundo público, o qual era associado ao perigo e à perdição da conduta moral (Rago, 2012, p.577).

A mulher foi identificada historicamente como uma “figura passiva e sem expressão política nem contorno pessoal” (Rago, 2012, p.579), sofrendo com a dúvida sobre a sua capacidade de produzir manifestações e transformações políticas. Visto que havia uma forte “construção masculina sobre identidade das mulheres trabalhadoras do que com sua própria percepção de sua condição social, sexual e individual” (Rago, 2012, p.579). Essas características eram asseguradas, em parte pela medicina social, por meio da biologia, em que o intuito era promover:

[...] a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade a vocação maternal [...]. As características atribuídas às mulheres eram suficientes para justificar que se exigisse delas comportamentos que não maculasse sua honra (Soihet, 2012, p. 363).

Nessa mesma perspectiva, vinculada às construções sociais do “ser mulher”, era propagada a ideia de que havia uma receita cultural da “mulher ideal”, sobretudo associada as mulheres brancas de classe média alta, o qual envolvia:

uma mistura de imagens: a mãe piedosa da igreja, a mãe-educadora do estado positivista, a esposa companheira do aparato medico-higienista. Mas todas elas convergiam para a pureza sexual – virgindade da moça, castidade da mulher. Para a mulher ser honesta, devia se casar; não havia alternativa. E para casar, era teoricamente preciso ser virgem. O próprio código civil previa a nulidade do casamento quando constatada pelo marido a não virgindade da noiva (Fonseca, 2012, p.528).

Em contrapartida, as mulheres negras eram vistas como bárbaras, promíscuas, rudes e mantidas em uma posição subalterna na sociedade, a mercê de todo tipo de violência e estigma. Elas não correspondiam com as características universais femininas imputadas às mulheres, pois as mesmas “eram mulheres que trabalhavam e muito, em sua maioria não eram formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao sexo frágil” (Soihet, 2012, p.367). Além disso,

As mulheres pobres e negras viviam menos protegidas e sujeitas à exploração sexual. Suas relações tendiam a se desenvolver dentro de um outro padrão de moralidade que, relacionado principalmente as dificuldades econômicas e de raça, contrapunha-se ao ideal de castidade (Soihet, 2012, p.368).

Portanto, havia uma diferença evidente entre as características e os comportamentos esperados e construídos de modo opressivo às mulheres na sociedade, sobretudo embrionários do racismo estrutural e do lócus patriarcal, os quais eram vivenciados pelas mulheres negras na época, presentes tanto no mundo público (no mercado de trabalho), quando no âmbito privado (no contexto familiar).

## O Espaço Delegado

Gilberto Freyre (2003) ressalta em sua obra que, as mulheres negras eram as principais responsáveis pelo trabalho doméstico na casa grande, à medida que as mulheres indígenas não estavam dando conta de conciliá-lo com o encargo do trabalho produtivo, desenvolvido na agricultura. A mulher “casada era de contínuo trabalho: com os filhos, com o marido, com a cozinha, com os roçados” (Freyre, 2003, p. 93), e “mesmo grávida a mulher índia mantinha-se ativa dentro e fora de casa, apenas deixando de carregar às costas os volumes extremamente pesados” (Ibidem, p.93), e esses ensinamentos e essas responsabilidades eram passados às suas filhas, isto é, o preparo dos alimentos, fiar o algodão, plantar e cuidar do grupo familiar. Para o autor a mulher é superior ao homem no sentido de contribuir para o conforto do grupo. A divisão do trabalho entre as mulheres indígenas era distribuída da seguinte forma, nas palavras de Freyre:

Como trabalho exclusivo das mulheres as redes de fio de algodão e as fitas como passamanes, e algumas mais largas, com que enastam os cabelos. [...] As mulheres já de idade teem cuidado de fazerem a farinha de que se mantém, e de trazerem a mandioca às costas para casa; e as que são muito velhas teem cuidado de fazerem vasilhas de barro a mão como são os potes em que fazem os vinhos, e fazem alguns tamanhos que levam tanto como uma pipa, em os quase em outros menores fervem os vinhos que bebem. [...] Eram ainda as mulheres que plantavam o mantimento e que iam buscar a água à fonte; que preparavam a comida; que cuidavam dos meninos (Freyre, 2003, p.92).

Conforme o autor, as mulheres negras exerciam o papel de ama de leite, cuidavam, amamentavam e educavam os filhos e as filhas de portugueses com prazer, doçura e afetividade. Assim sendo, eram as principais responsáveis no preparo dos alimentos, na manutenção familiar dos colonizadores e, igualmente, na vida sexual durante a adolescência dos filhos dos colonizadores, e satisfazendo as necessidades sexuais do homem branco, descrito por Freyre (2003) como a verdadeira “confraternização sexual e social”.

A perspectiva de Caio Prado Junior (1998)<sup>6</sup> se relaciona intrinsecamente com a de Freyre (2003), na qual as mulheres estariam associadas à esfera privada, uma vez

<sup>6</sup> Caio Prado Junior cita Gilberto Freyre na obra *Formação do Brasil Contemporâneo* publicada

que são reconhecidas como “sexo frágil” e historicamente vinculadas ao trabalho do cuidado. Para tanto, a base formadora das relações familiares, servil, e a intensificação da relação social desigual entre homens e mulheres são dadas por intermédio do sistema laboral, que dele resultam as relações entre os sexos (Prado, 1998). Desse modo, o autor afirma que:

Ao tratar da economia da colônia, já vimos que praticamente todo o trabalho é entre nós servil. Mas é preciso distinguir nestas funções da escravidão dois setores que têm caracteres e, sobretudo, consequências distintas: o das atividades propriamente produtivas e as do serviço doméstico (Prado, 1998, p.276).

Todavia, o serviço doméstico realizado pelas mulheres não-brancas eram identificado, por um lado, como atividades referentes aos serviços de limpeza na domesticidade, no preparo de refeições e no cuidado com membros familiares, e por outro, caracterizado como trabalho íntimo (sexual) realizado, mediante a vaidade dos senhores no contexto colonial. Conforme Prado (1998) esse último trabalho é o que “canalizou para a vida brasileira a maior parte dos malefícios da escravidão” (Prado, 1998, p.276), mas “o pouco que trouxe de favorável, também: a ternura e afetividade da mãe preta, e os saborosos quitutes da culinária afro-brasileira” (Prado, 1998, p.276).

Nesses trechos, demonstra-se que, embora o trabalho reprodutivo e sexual esteja sendo reconhecido como prejudicial e violento às mulheres negras e indígenas. Esse trabalho é também configurado como sendo um estado de bem-estar social e próspero para a construção da nação brasileira, dentro da perspectiva da diversidade e integração harmoniosa das culturas e raças predominantes no Brasil, à medida que o autor denota a importância das culinárias, mesmo em um contexto de exploração e dominação, semelhante ao argumento Freyre (2003).

De acordo com as autoras, Fonseca, Rago, Giuliani e Soihet (2012), os estereótipos construídos em torno do comportamento e da personalidade feminina, sobretudo no século XX fazem com que as demais esferas sofram as influências desse estigma. As mulheres passam a ser condicionadas à esfera privada (doméstica) ao mesmo tempo em que o trabalho produtivo (assalariado) torna-se inapropriado as mesmas, à medida que o objetivo em negar a participação do sexo feminino no mercado de trabalho, proporciona a permanência na domesticidade, no cuidado e bem-estar familiar, a fim de garantir o domínio dos homens como principais provedores familiares e sujeito políticos na esfera pública. Assim sendo, o trabalho realizado no mundo público é concomitantemente marginalizado e degradado quando ocupado pelas mulheres, era caracterizado como um “antro da perdição”, “bordel”

pela primeira vez em 1942, para evidenciar a importância de Freyre no que tange a tematização do trabalho doméstico. Para o autor, Freyre (1993) consegue expressar de modo “claro” e “conciso” as atividades realizadas pelas mulheres na esfera privada, sobretudo as executadas pelas mulheres negras (Junior, 1998, p. 58).

ou “pular”. As mulheres sofriam com um amplo espectro moralista quanto à mão de obra, devido aos códigos de conduta sexual e moral, que caracterizavam e abrangiam várias profissões ocupadas pelas mesmas como, por exemplo, as floristas, costureiras, modista, bordadeiras, engomadeiras, domésticas, entre outras.

Muitos acreditavam, ao lado dos teóricos e economistas ingleses e franceses, que o trabalho das mulheres fora de casa destruiria a família tornaria os laços familiares frouxos e debilitaria a raça, pois as crianças cresceriam mais soltas, sem constante vigilância das mães. As mulheres deixariam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas, se trabalhassem fora do lar; além do que um bom número delas deixaria de se interessar pelo casamento e pela maternidade (Rago, 2012, p. 585).

O trabalho reprodutivo, desenvolvido no interior do lar pelas mulheres, é identificado nos capítulos examinados na obra *Histórias das mulheres no Brasil* (2012), como uma realidade hostil e pouco reconhecida em âmbito social. Segundo as autoras supracitadas, as mulheres estavam presas a uma “condição” “natural” biológica. Eram identificadas como “rainhas do lar”, pois havia uma imposição no qual a maternidade era como “missão” e “destino” as mesmas. Sendo assim, Rago (2012) observa que a partir dessa lógica patriarcal “a mulher deveria se restringir ao seu “espaço natural”, ao lar, evitando toda sorte de contato e atividade que pudesse atraí-la para o mundo público” (Rago, 2012, p.592). Sendo assim,

A implementação dos moldes da família burguesa entre os trabalhadores era encarada como essencial, visto que no regime capitalista que então se instaurava, com a supressão do escravismo, o custo de reprodução do trabalho era calculado considerando como certa a contribuição invisível, não remunerada, do trabalho doméstico das mulheres (Soihet, 2012, p.362-363).

## Consequências da feminilidade no trabalho produtivo

Gilberto Freyre (2003) ressalta que as mulheres, embora com comportamentos e personalidades inferiores aos homens em termos de força e agilidade, não deixam de estar presentes no trabalho produtivo. Além do setor econômico (agrícola), elas também dispõem mão de obra no âmbito doméstico e cuidado de pessoas, e isso faz com que trabalhem “sem comparação, mais do que os homens” (Freyre, 2003, p. 91). Conforme as palavras do próprio autor: “do ponto de vista da organização agrária em que se estabilizou a colonização portuguesa do Brasil, maior foi à utilidade social e econômica da mulher que a do homem indígena” (Freyre, 2003, p.92).

Caio Prado Junior (1998) evidencia que apesar de a esfera pública e o trabalho produtivo proporcionarem maiores vantagens econômicas ao sistema vigente e, sobretudo, ao contexto do período colonial, desenvolvido majoritariamente por homens, a esfera privada e o trabalho reprodutivo (executado apenas pelas mulheres) não deixariam de ser menos importante na sociedade, pois esse último

é caracterizado como fundamental para manutenção dos indivíduos. Desse modo, Prado (1998) argumenta que:

Assim, no campo como na cidade, no negócio como em casa, o escravo é onipresente [...] a utilização universal do escravo nos vários misteres da vida econômica e social acaba reagindo sobre o conceito do trabalho, que se torna ocupação pejorativa e desabonadora (Prado, 1998, p.277).

O autor observa que, os homens comandam tanto a esfera pública quanto a privada<sup>7</sup>. O sistema patriarcal rege o sistema escravocrata e comanda tanto o trabalho doméstico quanto o trabalho produtivo, isto é, “o proprietário que do alto domina e dirige soberanamente esta pequena parcela da humanidade” (Prado, 1998, p.284), bem como sua mão de obra, vida social e privada. A argumentação do autor está em conformidade com a das autoras (2012), exclusivamente no que se refere ao domínio e controle do homem sobre a esfera pública e privada, conjecturando, particularmente, o subjugamento das mulheres às demandas da estrutura patriarcal.

Na obra *Histórias das mulheres no Brasil* (2012), verifica-se que, o trabalho produtivo desenvolvido pelas mulheres na esfera pública não era reconhecido como economicamente ativo. Diante disso, as mulheres estavam expostas a um código social, moral e normativo, caracterizado pela discriminação, que as colocavam em uma posição inferior no mercado de trabalho. Elas estavam sobrepostas a várias nuances que prejudicavam a vida e saúde como, por exemplo, más condições de trabalho, desigualdade salarial, jornadas exaustivas, assédio sexual, falta de higienização nas fábricas, entre outros (Giulani, 2012). As mulheres enfrentavam inúmeros obstáculos para ingressar e permanecer na esfera pública. “Em vez de ser admirada por ser “boa trabalhadora”, como o homem em situação parecida, a mulher com trabalho assalariado tinha de defender sua reputação contra a poluição moral, uma vez que o assédio sexual era lendário” (Fonseca, 2012, 516). De acordo com as autoras, além da discriminação pelo gênero, também a discriminação racial fazia parte do cotidiano das mulheres no espaço público.

Mostra-se que a segregação ocupacional das mulheres é reforçada pela discriminação racial. Prova-se que as dificuldades de acesso das mulheres às diversas carreiras profissionais não se devem somente aos índices de escolarização ou de especialização inferiores aos dos homens, já que serias dificuldades persistem nos casos em que tais índices são iguais (Giulani, 2012, 660).

Destarte, as mulheres eram divididas entre “santas” e “prostitutas”, isto é, as que permaneciam na esfera privada não estavam expostas a serem taxadas como

<sup>7</sup> O reconhecimento do domínio masculino sobre as esferas pública e privada é considerado tanto pelo Gilberto Freyre (2003) quanto pela Mary Del Priori (2012), no entanto, ambos problematizam de modo diferente, o primeiro se direciona a uma visão harmônica; e a segunda sob a perspectiva de poder e dominação.

mulheres “públicas”. “A norma assegurava que a mulher devia se resguardar em casa, ocupar-se dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família, trabalhando no espaço da rua” (Fonseca, 2012, 517). Esperava-se das mulheres negras uma força de trabalho mais “disciplinada”, elas estavam sobrepostas ao trabalho mais desvalorizado: o doméstico, sobretudo por consequência da abolição da escravidão, que ainda as mantinham como um grupo inferior e mão de obra barata de produção capitalista.

As mulheres negras estavam submetidas aos cargos ainda mais desvalorizados e sub-humanos, comparados com os direcionados às mulheres brancas na sociedade, e simultaneamente presas aos estereótipos de comportamento e personalidade de mãe, esposa e dona de casa. “As mulheres pobres, sobretudo mulheres negras, eram consideradas profundamente ignorantes, irresponsáveis e incapazes, tidas como mais irracionais do que as mulheres das camadas médias e altas, as quais eram consideradas menos irracionais que os homens.” (Rago, 2012, p.588)<sup>8</sup>. As primeiras eram identificadas como “anormais”, devido um racismo gritante após a abolição (Lei Áurea de 1888). De acordo com Rago (2012, p.582):

[...] as mulheres negras, por sua vez, pós a abolição dos escravos, continuariam trabalhando nos setores os mais desqualificados recebendo salários baixíssimos e péssimo tratamento. Sabemos que sua condição social quase não se alterou, mesmo depois da abolição e da formação do mercado de trabalho livre no Brasil.

Dessa forma, é digno de nota que, as mulheres sofriam desalentadoras opressões, que as colocavam como inferiores e incapazes comparadas aos homens, estando sob o controle e domínio dos mesmos, em diferentes esferas sociais, sem possibilidades de se desenvolverem politicamente e economicamente, em relação ao mercado de trabalho, à esfera privada, devido às características que as aprisionavam e limitavam seu espaço de identidade e atuação na sociedade.

## Considerações Finais

Desde o processo de colonização no Brasil, as mulheres vêm sofrendo com o impacto da estrutura patriarcal, do racismo e das diferenças econômicas das classes sociais, as quais se encontram imbuídas na vida social e política brasileira. Os(as) autores(as) supracitados(as) neste ensaio teórico trazem importantes contribuições em suas respectivas obras, para analisarmos o cotidiano feminino dentro dos impasses que permeiam a realidade social. Gilberto Freyre (2003) analisa a vinda dos portugueses ao Brasil, através de sua abordagem empática e idealista da realidade, presume que

<sup>8</sup> Inclusive a ideia de inferioridade era aceita pelas mulheres brancas de classe média alta na época, tanto em relação a sua superioridade comparada as mulheres negras, quanto a sua inferioridade em relação aos homens brancos.

as relações construídas no país, no que se refere aos diferentes padrões culturais, sucederam-se em uma relação harmônica e equilibrada.

O autor demonstra ao mesmo tempo que, homens e mulheres, dentro dessa relação, não estão associados ao mesmo nível de capacidade física e, portanto, se diferenciam no sistema de produção laboral – caracterização esta que se estende a vida privada. Sendo assim, o autor complexifica, unifica e harmoniza as relações sociais divergentes como, por exemplo, as violências experienciadas pelas mulheres negras e indígenas, junto aos portugueses, isto é, as relações reais entre senhores e escravos. Freyre (2003), sem receio, descreve o período de colonização como “o melhor tempo do Brasil”.

As obras de Junior (1998) e de Freyre (2003) carregam em sua abordagem semelhanças, reconhecendo as mulheres como sendo inferiores aos homens e mais propícias ao trabalho que não envolva diretamente a economia – essa identificação também se reverbera em aspectos otimistas. Os seus argumentos possibilitaram uma análise voltada para as estruturas sociais e conflitos de classe do passado longínquo, mediante uma visão que rompe com a era feudal no Brasil, mas a reconhece como uma esfera de circulação capitalista. Sendo assim, o autor visa explicar as desigualdades sociais e a importância da revolução de classe, e os avanços dessa natureza no país, mas desconsidera as opressões sofridas pelas mulheres.

As autoras contemporâneas, presentes na obra *História das Mulheres no Brasil*, organizado por Mary Del Priori (2012), foram importantes para verificar os avanços nos direitos das mulheres desde o período escravagista até a Lei Áurea (1888) e o Trabalho livre no Brasil (1891), demonstrando o quão significativos foram os avanços, mas, simultaneamente, insuficientes visto as marcas deixadas pela escravidão e o predomínio masculino no país. As autoras oferecem análises que corroboram para compreender a realidade das mulheres na sociedade brasileira e os mecanismos sociais que serviram de base para a exploração, dominação e inferioridade das mulheres em diferentes esferas sociais.

A ideia de mão de obra subalterna e secundária, durante o período de colonização, apresentada pelos autores clássicos, não sofreu grandes alterações na sociedade atual. As mulheres se encontram em posições desiguais em termos valorativos, de reconhecimento e igualdade de direitos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), em 2018, as mulheres continuam a ganhar salários inferiores aos homens e a pertencer em cargos secundários na esfera pública, mesmo possuindo nível de escolaridade mais elevado. Além disso, a pesquisa evidencia que as mulheres negras possuem escolaridade inferior as mulheres brancas e estão sobrepostas a cargos com menor prestígio e baixa remuneração, encontrando-se, majoritariamente, no campo do trabalho reprodutivo (doméstico). Pesquisa realizada pela Organização Internacional do trabalho (OIT), em 2018, ressalta que 76,2% das mulheres executam trabalho reprodutivo, gratuitamente, e por esse motivo não se encontram no mercado de trabalho. Assim sendo, é digno de nota que as mulheres, embora não sendo uma categoria unitária, sofrem inúmeras opressões que se diferenciam em termos de classe

e raça, mas o simples fato de serem mulheres estão expostas a relações injustas na sociedade, que se sobrepõem aos índices escolares e profissionais, mas se relacionam as suas ancestralidades, historicidades e posições sociais.

## Referências

FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. In. DEL PRIORI, M. (org.); PINSKY, C. B. (coord.). **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2012, p.510-552.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Edição, São Paulo: Global, 2003.

GIULANI, P. C. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In. DEL PRIORI, M. (org.); PINSKY, C. B. (coord.). **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 640-672.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2018. **Mulher estuda mais, trabalha mais e ganha menos que o homem**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem>. Acessado em: 11 de julho de 2018.

Organização Internacional do Trabalho — OIT, ano. **OIT pede ação urgente para prevenir crise global da economia de cuidado**. Disponível em: [http://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS\\_633464/lang-pt/index.htm](http://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_633464/lang-pt/index.htm). Acessado em: 29 de novembro de 2018.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Edição, São Paulo: Brasiliense, 1998.

RAGO, M. **Trabalho feminino e sexualidade**. In. DEL PRIORI, M. (org.); PINSKY, C. B. (coord.). **História das Mulheres no Brasil**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, p.578-606, 2012.

REIS, J. C. Anos 1960: Caio Prado Jr. – A reconstrução crítica do sonho de emancipação e autonomia nacional. In: REIS, J. C. **As identidades do Brasil**. Edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.p. 173-201.

REIS, J. C. Anos 1930: Gilberto Freyre – O relogio da colonização portuguesa. In: REIS, J. C. **As identidades do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p.51- 82, 2007.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In. DEL PRIORI, M. (org.); PINSKY, C. B. (coord.). **História das Mulheres no Brasil**, 10 ed. São Paulo: Contexto, p.362-400, 2012.

SOUZA, J. **Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira**. Edição, São Paulo: Tempo social, p.69-100, 2000.





**RAÇA**  
E INTERSECCIONALIDADES

## O PATRIMONIALISMO COMO FORMA DE PERPETUAR A EXCLUSÃO DO NEGRO: o autêntico e fechado mundo dos brancos.

*Luísa Paim Martins*

**D**iante da progressiva complexidade de discutir e entender Brasil, revela-se a urgência de retomarmos intelectuais importantes para a constituição da base, do corpo e da alma, do pensamento social brasileiro e da sociologia brasileira, campos de estudo que carregam grande aporte sobre nossas origens. Desta forma, este ensaio teórico teve como objetivo analisar, a partir de pesquisa bibliográfica, de que forma o “patrimonialismo”, “a dominação estamental” e o “estado autocrático” auxiliaram a perpetuar a condição de exclusão do negro na ordem social competitiva, tendo como base as contribuições teóricas de Florestan Fernandes, Manuel Bomfim e Sérgio Buarque de Holanda.

Durante a abordagem, almejou-se explorar o contexto histórico em que as obras foram publicadas, assim como a trajetória de vida pessoal e profissional dos autores, enquanto apetrecho que conduz a um maior aprofundamento acerca de quais foram suas contribuições ao campo da sociologia. Junto a isso, atentou-se ao estudo dos conceitos-chave aqui trabalhados, observando sua operabilidade e pertinência para compreender o passado e o presente, a fim de captar limitações e possibilidades à serem exploradas a partir destes.

O mergulho na história colonial se torna válido tendo em vista que, ao costurarmos pontos semelhantes entre intérpretes que buscaram explicações sobre o Brasil do século XX no Brasil Colônia, reconstrói-se os aspectos característicos derivados do tipo de colonização - a cultura coletiva gerada do latifúndio, a cordialidade, o clientelismo, etc. Tal reconstrução serve como arcabouço para, mais tarde, analisar como se deu, nesta particular configuração espacial e temporal, o processo multi-dimensional e de proporções mundiais de implantação e consolidação do capitalismo, abordado por Fernandes.

A revolução necessária denunciada posteriormente por Bomfim, quando publica *O Brasil nação* em 1931, e por Sérgio Buarque em seu último capítulo de *Raízes do Brasil*, publicado em 1936, somado ao exame da formação de um estilo especial e

próprio de revolução burguesa na sociedade brasileira, constituem amarras acerca da obrigatoriedade de debatermos a temática racial se ensejamos realmente justiça e real democratização no país.

Para uma melhor exposição, o ensaio foi dividido em três momentos, em que o primeiro apresentará uma discussão em torno do legado colonial, a fim de trabalhar a mentalidade ou lógica que influiria em nosso psicossocial e instituições. O segundo momento apresentará o debate a respeito da independência no país, enquanto um processo que privilegiaria politicamente o prestígio social do principal agente econômico interno da época e, por último, as decorrências da postura aqui assumida, omissão – vista como uma escolha, que acaba por perpetuar a posição sensível ocupada pelo negro pré-abolição da escravidão posteriormente no âmbito político e laboral.

### Do Legado Colonial a Lógica Patriarcal

O legado colonial, como aqui será exibido, foi o esqueleto que somado as condições aqui dadas – de primado rural e de escravidão, despontou no Brasil uma lógica patriarcal, de poder legitimado na figura do senhor de engenho e que trouxe consequências políticas, sociais e econômicas.

Sérgio Buarque (1902-1982) tornou-se um dos maiores intelectuais brasileiros do século XX, nasceu em São Paulo e em 1925, no Rio de Janeiro, recebeu título de bacharel em ciências jurídicas e sociais. Até a década de 30, através de jornais e revistas, detém-se ao jornalismo e à crítica literária, no final da mesma vai a Europa como representante dos Diários Associados, estabelecendo residência na Alemanha, onde presenciou a ascensão do nazismo. No país, entrou em contato com o movimento modernista europeu, conheceu a obra do sociólogo Max Weber e acompanhou os seminários de Friedrich Meinecke, mantendo contato com as tendências intelectuais dominantes, como o historicismo.

De volta ao Brasil, em 1936, Buarque começa a lecionar História Moderna e Contemporânea na Universidade do Rio de Janeiro e, no mesmo ano, publica *Raízes do Brasil*, seu primeiro trabalho de grande fôlego. O obra que, ainda hoje, é o seu escrito mais conhecido, retratou uma interpretação do Brasil a partir das raízes históricas nacionais e revolucionou a visão que se tinha até então do país ao pontuar algumas mazelas da vida social e política, tornando-se um clássico da historiografia e das ciências sociais do Brasil. Além desta, outras obras merecem destaque, tais como *Cobra de Vidro* (1934), *Monções* (1945) e *Visão do Paraíso* (1958) – nesta última, o autor analisa aspectos do imaginário europeu a época da conquista do continente americano.

Historiador e professor, lecionou em várias escolas superiores e sua vida foi praticamente dedicada ao trabalho acadêmico: assumiu a direção da Seção de Publicações do Instituto Nacional do Livro em 1939; em 1941 vai para os Estados Unidos como professor visitante em várias universidades; em 1946, assumiu a direção do Museu

Paulista na vaga deixada pelo seu antigo professor Afonso E. Taunay; entre 1953 e 1955, residiu em Roma com a família, onde assume a cátedra da cadeira de Estudos Brasileiros na Universidade de Roma; em 1957 publica *Caminhos e Fronteiras*; em 1962, é eleito primeiro diretor do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB); entre 1963 e 1967, foi professor convidado de universidades no Chile e nos Estados Unidos e, em 1980, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores no mesmo ano.

Dessa forma, em meio a um processo de transição sociopolítica vivida pela sociedade brasileira na década de 30, o clássico *Raízes do Brasil* não tratou apenas de narrar eventos e processos. Brasília Sallum Jr. atenta para o modo como Holanda examinou formas de sociabilidade, as quais ganharam centralidade, uma vez que a obra objetivou reconstruir fragmentos das formas de vida social, das instituições e das mentalidades, gestados no passado. Almejava-se reconstruir a identidade brasileira tradicional, trabalhada como um dos polos de tensão social e política do presente, Buarque apoia-se na história com o intuito de identificar as amarras que bloqueariam no presente a emergência de um futuro melhor, circunstância a qual o arcaico tenderia a ser superado pela sociedade brasileira em “revolução” (Sallum Jr., 1999).

Holanda apresenta, em *Raízes do Brasil*, a partir de uma metodologia dos contrários e de conceitos polares – entre eles, modernidade e tradição, civilização e barbárie, trabalho e aventura, urbano e rural, civilidade e cordialidade, sociedade e comunidade, emoção e razão – o legado cultural da colonização portuguesa no Brasil e a dinâmica dos arranjos e das adaptações, que marcaram as transferências culturais de Portugal para a sua colônia americana.

Com o intuito de caracterizar o espírito da dominação portuguesa, no segundo capítulo da obra, denominado “Trabalho e aventura”, o autor aborda a tipologia que distingue o trabalhador (ritualista) e o aventureiro (inovador), caracterizados por duas éticas opostas, em que a primeira preza a estabilidade, a segurança, o esforço e a responsabilidade, se satisfazendo com compensações a longo prazo. Já a segunda, estima novas experiências, audácia, acomodando-se no provisório, na vagabundagem, na irresponsabilidade – ética a qual caracteriza os traços da dominação colonial feita no Brasil (Holanda, 1995).

Segundo Holanda (1995), as condições aqui encontradas – de primazia acentuada da vida rural, concordam bem com esse espírito da dominação portuguesa. Assim, o princípio que, desde os tempos mais remotos da colonização, norteara a criação da riqueza no país não cessou de valer um só momento para a produção agrária. Todos queriam extrair do solo excessivos benefícios sem grandes sacrifícios e sem buscar raízes com a terra – a partir de técnicas rudimentares que se acomodavam a produção de larga escala, a exploração fácil de recursos, o maior ganho com o menor dispêndio de energia e a persistência da lavoura de tipo predatório. Além disso, disserta que a escravidão agravou a ação dos fatores que se opunham ao espírito de trabalho ao matar no homem a livre necessidade de cooperar e organizar-se, submetendo-o, ao mesmo tempo à influência amolecedora de um povo primitivo.

De forma próxima, Manuel Bomfim (1868- 1932) buscou a causa dos males dos países sul-americanos em seus antecedentes históricos. Nascido em Aracaju e originário da classe média e de setores esclarecidos, formou-se em medicina no Rio de Janeiro (1890), abandonando o ramo após a morte da filha. Sua extensa obra abrange inúmeras áreas de conhecimento, entre elas história, sociologia, psicologia, medicina, zoologia, botânica, além de livros didáticos. Em 1896, assumiu o cargo de subdiretor do Pedagogium e a partir daí, formulou diversas iniciativas de reformas e melhorias no ensino público, sendo forte defensor da educação pública democrática e popular. Além disso, o intelectual sergipano foi editor e articulista de diversos veículos de comunicação, como *O Correio do Povo*, além de periódicos especializados em educação.

O ensaísta esquecido (Filho, 1979) ou pensador mais original da América Latina (Ribeiro, 1984), em ambos trabalhos, a manifestação dos autores sobre o silêncio marcado nos anos 1970 e 1980 em torno da obra de Manuel Bomfim. A omissão teria ligação com a própria reflexão de Bomfim, centrada no povo e não na elite, já o destaque a originalidade de seu pensamento com o entendimento de que o autor estaria muito à frente do que aqui se escrevia sobre o país no período.

De perspectiva crítica e propositiva, Bomfim redigiu *A América Latina: males de origem* (1905) em Paris, local onde estudava psicologia. O livro foi uma resposta às argumentações e olhares negativos com que os europeus tinham da América Latina e situa o autor como uma das mais expressivas vozes discordantes às teorias racistas de branqueamento da população como solução para os problemas do país, tido como lugar condenado ao atraso pela degeneração de raças e pelo imaginário nocivo do clima tropical.

A discussão introduz-se em meio a consolidação do regime neocolonial e da tutela dos Estados Unidos sobre os países latino-americanos e no quadro brasileiro, momento de grande ansiedade quanto aos possíveis rumos que o regime republicano recém-proclamado tomaria. O historiador e educador denuncia o caráter de uma democracia que apenas servia para perpetuar o poder das elites, uma vez que as eleições na Primeira República (1889-1930) excluíam o voto do analfabeto, o que leva o autor a ter como uma de suas principais bandeiras a difusão do ensino primário (Ventura, 2002).

Outras obras que merecem destaque são: *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* (1929); *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira* (1931) - livro o qual o autor apresenta postura mais revolucionária, trazendo como remédio uma revolução que deveria ser contra a classe dirigente e a conquista do poder realizada por uma classe que nunca o ocupara e que seria capaz de impor um novo padrão de valores; além de *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política*.

Bomfim posiciona como central para a problemática o *parasitismo* e aborda esse caráter predatório das elites, de modo semelhante a um médico que precisa conhecer o passado do paciente, para fazer o diagnóstico e estabelecer o tratamento. As metrópoles ibéricas e os países por eles ocupados padeceriam do mesmo

atraso, consequência da degeneração imposta pelo regime parasitário tanto sobre o explorador, que se atrofiaria a ponto de se extinguir, quanto sobre o explorado, que enfraquece ao ser submetido a um regime brutal de exploração. A partir de uma curiosa abordagem funcional-marxista, Bomfim demonstra que assim como existem na natureza parasitas que vivem de outros organismos, haveria, na sociedade, dominantes e dominados, senhores e escravos, patrões e trabalhadores, metrópole e colônia, capital estrangeiro e nação, Estado e povo.

A partir dessa tese, demonstra que as metrópoles implantaram uma casta de funcionários, que atuaram como ventosas sobre os organismos parasitados, com o objetivo de garantir o máximo de tributos. Desta maneira, denuncia que o domínio colonial teria gerado uma proliferação de parasitas, representados pelo clero e pelos agentes da administração, criando uma sociedade marcada por profundas desigualdades. Segundo o autor havia sido implantado um aparelho administrativo que, ao invés de cuidar dos interesses gerais, se converteu em órgão de opressão, representante exclusivo dos interesses das elites locais e metropolitanas (Bomfim, 2008).

Holanda demonstra em sua obra como o personalismo- característica atribuída aos indivíduos ligados à Península Ibérica- que rejeitava a impessoalidade e o caráter aventureiro do português, pouco afeito ao trabalho árduo e metódico, somado, no período colonial, a escravidão e ao fato de toda a estrutura de nossa sociedade colonial ter tido sua base fora dos meios urbanos é central para compreender as condições que, “por via direta ou indireta, nos governaram até muito depois de proclamada nossa independência política e cujos reflexos não se apagaram ainda hoje” (Holanda, 1995, p.73). Dessa forma, segundo o autor, os grandes engenhos passaram a se organizar de forma autônoma, através de uma *lógica patriarcal*, com o poder legitimado na figura do senhor de engenho. A passagem de Holanda, a seguir, lembra muito a forma como Bomfim (2008) disserta sobre o despotismo e a visão da sociedade como organismo, hipótese que me leva a pensar que Holanda teve alguma influência do autor:

Nos domínios rurais, a autoridade do proprietário de terras não sofria réplica. Tudo se fazia consoante sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica. O engenho constituía um organismo completo e que, tanto quanto possível, se bastava a si mesmo (Holanda, 1995, p.80).

A expansão dessa lógica patriarcal para as cidades determinou, segundo Holanda, a ampliação para o conjunto da sociedade, da cultura personalista, atuando na acentuação da dimensão afetiva, irracional e passional. Desse modo, o autor caracteriza o brasileiro enquanto homem cordial que, dado a influência portuguesa somada às contingências sócio históricas, influenciou uma sociedade avessa às hierarquias, ao rigor formalista, à impessoalidade e à ética do trabalho. Dessarte, “as agregações e relações pessoais” e “as lutas entre facções, entre famílias entre regionalismos, faziam dela um todo incoerente”, “exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente” (Holanda, 1995, p.61). Para o autor, aquelas carac-

terísticas-provenientes refletiram-se na cultura e nas instituições e reproduziram-se, por sua vez, nos indivíduos formados por essa cultura.

Holanda argumentara que, no país onde imperou desde tempos remotos o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização — que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades — ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje. Um deles é o traço do *patrimonialismo*, consequência de uma mentalidade onde os detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, teriam fraca distinção entre público e privado (Holanda, 1995, p.185).

### **Do Senhor ao Senhor-Cidadão: a nova dimensão de poder que privilegiou politicamente seu prestígio social**

Para que o debate seja melhor desenvolvido, aqui uma figura-chave merece destaque. Florestan Fernandes (1920-1995) de origem humilde, nasceu em São Paulo, filho de mãe solteira e empregada doméstica, sendo criado pela patroa de sua mãe, a qual tornou-se sua madrinha, Hermínia Bresser de Lima. Aos seis anos, o autor começou a trabalhar como auxiliar em uma barbearia,

Aquilo que poucos da plebe conseguiam ter, a ideia do que era a outra vida, a vida dos ricos, dos poderosos – eu era capaz de perceber através de experiências concretas. Isso foi importante porque me levou a valorizar a instrução, a querer ler e estudar, a procurar uma ponte para não me conformar com aquela situação que eu ficava (Fernandes. apud Soares, 1997, p. 23). passando mais tarde ao ofício de engraxate. O interesse pelos estudos desde novo é oriundo da diversidade de lugares onde passou sua infância, circulando pela grande casa de Dona Hermínia até cortiços em diversos pontos da cidade. Segundo o próprio autor:

Florestan estudou até o terceiro ano do primeiro grau, voltando a estudar somente mais tarde. No começo da década de 1940 ingressou na Universidade de São Paulo (USP), onde se formou em Ciências Sociais. Iniciou sua carreira docente em 1945, como assistente do professor Fernando de Azevedo, e em 1951 obteve o título de doutor defendendo a tese “A função social da guerra na sociedade tupinambá”, posteriormente consagrada como um clássico- sendo a obra reconstrução etnológica de uma sociedade extinta. Em 1964, escreve “A integração do negro na sociedade de classes” e foi efetivado como professor da USP, onde trabalhou até ser aposentado compulsoriamente pela ditadura militar em 1969, o que levou Florestan a lecionar no exterior.

Em relação ao legado de Fernandes, seu nome está obrigatoriamente associado à pesquisa sociológica no Brasil e na América Latina. O autor conta com mais de cinquenta obras publicadas e tem como uma das linhas de trabalho o estudo das

perspectivas teórico-metodológicas da sociologia- posteriormente, publica o livro *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1986). O sociólogo transformou o pensamento social no país e estabeleceu um novo estilo de investigação sociológica, frisando o rigor analítico, crítico e um novo padrão de atuação intelectual.

Submerso aos desafios da época e do local onde vivia, um país periférico vivendo o apogeu de seu processo de urbanização, o professor universitário orientou dezenas de dissertações e teses a respeito dos processos de industrialização e mudança social no país, além de produzir diagnósticos substanciais sobre a situação educacional. O comprometimento de Florestan caminhou junto ao desenvolvimento da ciência no Brasil, entendido pelo autor como requisito básico para a inserção do país na civilização moderna, científica e tecnológica.

Além disso, envolto, como intelectual e como cidadão politicamente oposicionista em nome de antigos compromissos de militância socialista, teve grande importância como publicista na imprensa, algo que o acompanhou por toda vida. A partir dos anos 80, sua participação pública atinge seu ápice ao ser eleito deputado federal pelo Partido do Trabalhadores e integrante da Constituinte em 1988, atuação política também dedicada à defesa da educação pública para todos.

Florestan, considerado o fundador da Sociologia crítica brasileira, dialogou com a sociologia clássica e moderna e, principalmente, com o pensamento marxista. Teve a rara distinção de ser o autor de três clássicos das ciências sociais no Brasil. Situadas em áreas de pesquisa distintas, o autor publicou *A função social da guerra na sociedade tupinambá* (1950), já citado anteriormente, *A integração do negro na sociedade de classes* (1965) e *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* (1975). Agora, são essas duas que irão nos ocupar.

*A Revolução Burguesa no Brasil* deveria ser uma resposta intelectual à situação política que se criara com o regime instaurado em 1964 e o formato da obra, escrito como um ensaio, memora as circunstâncias que se impuseram na época, de projeto interrompido, mas não abandonado. Na obra, já alertando a revolução burguesa não somente caracterizar um episódio histórico, mas um fenômeno estrutural, expõe que essa desenvolveu-se por meio de escolhas e de “comportamentos coletivos, mais ou menos conscientes” e deu origem a formas de organização simultaneamente em níveis de sociedade, Estado e economia (Fernandes, 1976, p. 25). Florestan apontou a importância de evidenciar a condição heteronômica que encontrava-se a colônia, pois coagia o senhor de engenho, principal agente econômico interno, a ter um papel fragmentado. Ao observar processos econômicos e políticos- responsáveis pela ligação entre a grande lavoura ao mercado externo- exercidos a partir de fora, demonstrou como esses indicariam a natureza das fragilidades que deslocaria esse agente da *mentalidade propriamente capitalista*.

De forma próxima a Holanda (1936), Florestan (1976, p. 26) argumenta que o contexto socioeconômico encontrado na grande lavoura, “isolado em unidade produtiva” influenciou na submersão do agente numa “concepção de vida, do mundo e da economia que respondia exclusivamente aos determinantes tradicionalistas da dominação



patrimonialista”. Disserta que os elementos integrantes do patrimonialismo, em nome de um código de honra, não seriam perdidos e marcariam a transição para a era da sociedade nacional, processo que abrangeria a quebra com a homogeneidade da aristocracia agrária e o surgimento de novos agentes econômicos.

O traço personalista é corroborado na obra ao discorrer sobre a transformação da rede de serviços- anterior mesmo à abolição da escravidão, devido à imigração e ao surto econômico do café-, dos quais muitos baseava-se em lealdades pessoais, gerando uma propensão a defesa de privilégios. Ensejando respeitabilidade e influência, atributos daquela aristocracia, definiu-se a mentalidade destes novos tipos de homens- em que o fazendeiro de café e o imigrante são colocados como imagens centrais- responsáveis por projetar a esfera cultural da burguesia, os quais importaram-se apenas na ampliação do número de privilegiados. Para Florestan, este seria o feitio que a urbanização assume o “de “dualidade ética”<sup>1</sup> (Fernandes, 1976, p. 28).

Aqui chama-se atenção para o fato de que para entender a *dominação estamental* devemos examinar as condições e os efeitos histórico sociais da absorção do liberalismo pelas elites nativas, porque é a partir dessa absorção que se percebe as limitações ou deformações dos processos de modernização- absorção a qual apresenta duas polarizações dinâmicas distintas.

Estabeleceu-se assim, uma dualidade estrutural entre as formas de dominação consagradas pela tradição e as formas de poder criadas pela ordem legal<sup>2</sup>. A absorção trouxe algumas mudanças na diferenciação dos papéis políticos do *senhor*, que se metamorfoseia em *senhor-cidadão*, “essa transformação” “possui significado estrutural-funcional (para não dizer dialético), porque ela pressupõe uma nova dimensão de poder” “transcendem ao limites do domínio senhorial” (Fernandes, 1976, p.28).

Fernandes (1976, p. 34) expõe que ideologia liberal se equacionou historicamente, acima de tudo, como uma ideologia de emancipação dos estamentos senhoriais da “tutela colônia”<sup>3</sup>. Assim, a opção pela Monarquia constitucional conferira “á dominação senhorial os quadros para ampliar-se e burocratizar-se.” Transformando em “*dominação estamental* propriamente dita. Essa dominação não tratou de

1 Esta “dualidade ética” trabalhava num entendimento “nas quais o nosso grupo com frequência se reduzia à família dos interessados e o grupo do outros acabava sendo a coletividade como um todo”. (Fernandes, 1976, p. 28)

2 Deste modo, no domínio senhorial propriamente dito, as formas tradicionais da dominação patrimonialista continuaram a ter plena vigência, gravitando entorno da escravidão e das estruturas sociais que lhe serviram de base. Em algumas localidades e regiões difundidas, a partir do poder de mando de algumas famílias e através de relações de prestígio. “Todavia a organização do ‘poder central’ foi colocada num plano independente e superior, na qual aqueles modelos de dominação se faziam sentir apenas de maneira indireta” (Fernandes, 1976, p. 37).

3 O autor discorre que “ao romper-se aquele estatuto e, especialmente, ao projetar-se o senhor nos papéis relacionados com a implantação do Estado nacional, sua capacidade de entender a significação política dos privilégios sociais comuns aumentou” (Fernandes, 1976, p. 41).

abrir caminho à autonomia e supremacia de um povo, “mas de uma pequena parte dele, que lograra privilegiar seu prestígio social e apossar-se do controle do destino da coletividade” (Fernandes, 1976, p. 42).

Buarque já anunciou a “situação rigorosamente insustentável nascida da ambição de vestir um país ainda preso à economia escravocrata com trajes modernos<sup>4</sup> de uma grande democracia burguesa.” (Holanda, 1995, p. 79). O Estado impôs-se como a entidade que podia ser manipulável desde o início, a partir da situação de interesses das elites nativas, dessa forma preencheu a função de “manter as estruturas sociais<sup>5</sup> que poderiam privilegiar seu prestígio social e, portanto, conduzi-las ao monopólio do poder político”. (Fernandes, 1976, p. 47)

Florestan (1976) discorre que se no caso paradigmático eventuais persistências estamentais na organização e na conduta de classe, se devem a falhas na sua constituição, no Brasil, essa dimensão é incorporada pela classe burguesa como traço estrutural do processo histórico da sociedade. Semelhante a ele, Holanda (1995, p. 81 - 82) completa que “a nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível”, baseados na primazia de laços afetivos influiriam em toda a vida social, sentimentos advindos da comunidade doméstica, “naturalmente particularista<sup>6</sup> e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família”.

Numa sociedade escravista e patrimonialista, devido a diferenciação estamental e sua sobreposição a uma estratificação de castas, os efeitos de mudança iriam se refletir, diretamente, apenas na organização dos estamentos intermediários e superiores, só estes integrantes possuíam “honra”, “riqueza” e “poder”, bem como “igualdade” e “liberdade”, condições para que pudessem inserir-se na bifurcação que então ocorreu na organização da economia e da sociedade”, apenas eles tinham condições de reajustamentos ao que tange “querer coletivo” e o “destino histórico” (Fernandes, 1976, p. 47).

4 O autor provocava as limitações desses trajes modernos no Brasil: “Enquanto perdurassem intatos, e, apesar de tudo, poderosos os padrões econômicos e sociais herdados da era colonial e expressos principalmente na grande lavoura pelo braço escravo, as transformações mais ousadas teriam de ser superficiais e artificiosas.” E acrescentava que a “incompatibilidade entre as formas de vida copiadas de nações socialmente mais avançadas, de um lado, e o patriarcalismo e personalismo fixados entre nós por uma tradição de origens seculares.” (HOLANDA, 1995, p. 78 e 79).

5 Fernandes (1976, p.45) salienta que “essa sociedade civil [...] estava mais comprometida com a defesa da propriedade, da escravidão e de outros componentes tradicionais do status quo ante [...] que com as questões concernentes aos requisitos ideais de integração da sociedade nacional.”

6 Essa orientação particularista seria, para Florestan (1976), mais consentânea as posições estamentais do quê com posições de classe historicamente revolucionária, uma vez que concentrou-se na tarefa propriamente política de assenhorar-se do poder, sem promover mudanças no plano social, e limitando-se no plano econômico ao quê lhe importava de imediato: a ocupação de postos-chaves.

No momento em que o fluxo de renda deixa de ser direcionado para o exterior, o agente econômico que controlava a grande lavoura e, posteriormente, aquele que dominava o grande comércio- importação e exportação- era favorecido e ganhava suporte. Isto resultou na mutação do senhor rural, “agente econômico na Colônia” para “agente econômico independente”, que conseguiu incluir-se de forma pessoal e institucional nos novos fluxos e n. Desta forma, aumentou-se a participação do agente econômico privilegiado sem redistribuir os benefícios, acentuou-se ainda mais a concentração social interna de renda. Este foi o agente que devia preparar-se para isso, “garantindo através da ordem legal as condições jurídicas e políticas de que necessitasse para preencher seus papéis econômicos na plenitude possível” (Fernandes, 1976, p. 47).

### **A Ordem Social Competitiva: a continuação de um mundo fechado aos brancos**

Florestan Fernandes em *A integração do negro na sociedade de classes* (1965), aborda a emergência da ordem social competitiva e a expansão urbana da cidade de São Paulo, enquanto processos histórico-sociais, entrosando-se estrutural e dinamicamente e de que, sob o ponto de vista sociológico, a correlação desses fenômenos ganha potencial interpretativo e explicativo a um tempo particular e típico.<sup>7</sup>

Uma vez que a aptidão de participar do crescimento econômico e do desenvolvimento sociocultural estabelece relação com a posição de determinado grupo étnico ou camada social no sistema econômico e na sociedade, Florestan relata como os negros e mulatos, devido à estarem a margem da sociedade inclusiva, “viveram dentro da sociedade, mas não progrediram com ela e através dela” (Fernandes, 2008, p.120). Desta forma, denunciando a existência árdua e muitas vezes, insalubre e danosa que ambos compartilhavam, o sociólogo sintetiza de forma dinâmica, desde a estrutura sociocultural até a vertente social das personalidade, a fim de demonstrar como o estado de anomia social, transplantado do cativo, ao invés de ser sido retificado, foi agravado, construindo o que denomina como *destino humano*.

Esclarecendo a dificuldade de compreender de modo completo a natureza, as proporções e as consequências do chamado déficit negro, o autor busca elucidar como os efeitos demográficos, com as precárias condições econômicas de vida e a desorganização social imperantes no meio negro, foram responsáveis pelo declínio de nascimentos, pelo aumento de óbitos e por um processo de seleção social. Além disso, discorre sobre a miscigenação, a qual para os negros e mulatos seria encarada

7 Segundo o autor: “particular, porque a cidade foi a única a dar um “salto” na consolidação da ordem social competitiva e típico, porque a coincidência poderia vir a se repetir em outras, desde que apresentassem certas condições decorrentes do crescimento econômico acelerado, da modernização institucional e da concentração demográfica.” (Fernandes, 2008, p. 119).

como meio de extermínio racial<sup>8</sup>, diluindo o negro através dos descendentes mulatos nos agrupamentos mestiços da população, num processo de branqueamento. Florestan demonstrou a provável tendência seletiva na população negra e mulata da capital parecia ser constante.

Uma vez que a imigração correspondia ao estabelecimento de um novo estilo de vida, no rural e principalmente do mundo urbano, as transformações demográficas acarretaram mudanças substanciais nos padrões de organização da vida humana. A implantação de uma nova mentalidade econômica conferiu à cidade uma autonomia progressiva sobre o campo, em que segundo o autor, o fazendeiro esgotara seu papel histórico, na transição da “grande lavoura” para a uma “economia capitalista diferenciada” (Fernandes, 2008 p. 162). Essa transição beneficiaria duas categorias: os que detinham os papéis de capitalistas e os que conseguiam vender sua força de trabalho.

Porém, análogo ao que foi exposto na seção anterior, Fernandes (2008, p. 165) disserta que no primeiro surto industrial “iria beneficiar os agentes humanos ‘nacionais’ ou ‘estrangeiros’ que haviam logrado posições estratégicas na estrutura ocupacional e econômica da cidade”. Além disso, as criadas pelo trabalho assalariado encontravam-se em dura concorrência, de forma que poucos negros e mulatos conseguiam se classificar como *operários* em virtude do temor de falta de preparo técnico desses ou pela preferência ao trabalho dos estrangeiros, vistos como mais aptos e competentes, o que, conseqüentemente, deslocados os primeiros aos setores menos favorecidos.

A fim de demonstrar a vulnerabilidade da situação do negro e do mulato no sistema ocupacional da cidade, por volta de 1920, o autor alega que nesse período poucos negros tinham profissão, como barbeiro ou alfaiate e explicitava o quadro marginal e sensível em que encontravam-se quando, dissertando sobre as raras oportunidades em fábricas propiciadas, faz ressalva aos considerados “serviços de negros”<sup>9</sup> que seriam, segundo relato de um informante, “os que os italianos não faziam, os

8 Corrobora essas reflexões pela documentação direta, onde transcreve um depoimento que, segundo Florestan, condensa os principais componentes dessa reação: “Nós não somos contra a miscigenação. Mas nós somos contra a política de miscigenação imposta, na vontade de fazer desaparecer a raça negra. A política do branco atualmente é de fazer desaparecer a raça negra. Primeiro, pela miscigenação. Segundo, submergindo-a numa torrente de imigrantes brancos. É porque o branco não deseja ouvir falar de nós. Isso, associado a uma política da polícia para degradar o negro, a fim de o ver desaparecer também pela tuberculose, pela sífilis e pela prostituição. O que queremos é que se reconheça que somos cidadãos como os outros e que temos direito à educação; integramo-nos à sociedade e não o nosso abandono voluntário, à espera que desapareçamos” (Fernandes, 2008, p. 135).

9 Um trecho do livro de Sérgio já denunciava certos preconceitos que recaíam a ser negro, conforme segue: “Certas atitudes peculiares, até então, ao patriado rural logo se tornaram comuns a todas as classes como norma ideal de conduta. Estereotipada por longos anos de vida rural, a mentalidade de casa-grande invadiu assim as cidades.[...] É bem típico o caso testemunhado por um John Luccock, no Rio de Janeiro, do simples oficial de carpintaria que

serviços pesados e arriscados para a saúde”, caracterizados por serem mal pagos e requisitar pouca ou nenhuma qualificação.<sup>10</sup> (Fernandes, 2008, p. 167).

Florestan disserta que o *negro ordeiro* trabalhava duramente até o fim da vida, mal ganhando para se sustentar e alimentar sua família, precisando se conformar com seu destino, o qual englobava estar confinado a um ciclo de “serviços de negro”, “que consumiam o físico e o moral do agente de trabalho, dando-lhe em troca parca compensação material e uma existência tão penosa quanto incerta” (Fernandes, 2008, p. 171).

O autor denuncia a natureza da contradição gerada e que recairia, nas três primeiras décadas do século XX, nos ombros dos negros e mulatos- vítimas de uma herança sociocultural que repelia e os excluía permanentemente de formas de ocupações originárias da revolução urbana e industrial-, nada alterara o estado das coisas pós regime servil, produzindo um desajustamento estrutural do antigo agente do trabalho escravo no regime competitivo, em que “não alteraram, substancialmente, a posição do negro e do mulato no sistema de relações econômicas e sociais.” (Fernandes, 2008, p. 162).

Dessa forma, o negro e o mulato encontravam-se presos, em meio a única alternativa que lhe foi historicamente apresentada: a uma teia de contradições insolúveis, diante de um hiato entre as relações raciais e o padrão de integração social da ordem social competitiva, que condenavam as posições polares na ordem social: na ponta da modernização social e cultural, ou à margem, num mundo em que a competição pelas posições e vantagens sociais é destinada aos brancos:

“A ‘cor’ se tornou, a um tempo, marca racial e símbolo indistigável de uma posição social. A intolerância diante do ‘preto’, no contexto histórico-social que descrevemos, não visava os indivíduos por pertencerem a determinada ‘raça’. Mas os atingiam à medida que eles se mostrassem inconformados e rebeldes, em face daquela rígida associação entre ‘condição racial’ e ‘condição social’.

Nesse caso, as marcas raciais acabavam operando como pontos de referência. Serviam para identificar uma parcela na população local que devia se manter e ser mantida numa situação social ‘inferior’. Portanto, embora o fato de pertencer a certa ‘raça’ não fornecesse o motivo de exclusão, esta se dava porque a condição social dos ‘indivíduos de cor’ podia ser identificada por meio de

se vestia à maneira de um fidalgo, com tricórnio e sapatos de fivela, e se recusava a usar das próprias mãos para carregar as ferramentas de seu ofício, preferindo entregá-las a um preto.” (Holanda, 1995, p. 87).

10 A partir de relatos trazidos na obra percebe-se que o próprio fato de possuir ou não qualificações não dava certeza de uma estabilidade: em um, não se acreditou que o indivíduo fosse capaz de fazer tal serviço- mesmo quando o mesmo havia aprendido o ofício desde menino, noutra, mesmo o indivíduo já sendo empregado de escritório, a simples mudança de chefe o colocou na situação de ser mandado limpar sapatos - pois, segundo o novo chefe “negro é pra isso mesmo” (Fernandes, 2008, p. 170).

determinados traços somáticos, desencadeando a identificação, por conseguinte, o funcionamento de barreiras sociais que só se manifestavam, de forma compacta, severa e incontornável, contra aqueles indivíduos.” (Fernandes, 2008, p. 386).

Nesse sentido, a ordem social competitiva emergiu e expandiu-se, compactamente, como um “autêntico e fechado mundo dos brancos”, construído por si e para si, prolongando o destino do escravo.

## Considerações Finais

Concluo reafirmando a necessidade de retomarmos intelectuais os quais constituíram a base do pensamento social brasileiro e da sociologia brasileira, enquanto aporte e linha de partida, é a partir do exercício de análise desses que entendemos quem somos e por que somos. Ao percebermos que para compreender processos como a implantação e consolidação do capitalismo no Brasil, precisamos nos atentar a isso: mesmo tratando-se de um processo de grandes proporções mundiais, em nossa configuração espacial e temporal deu-se de forma particular ao ter sido influenciado por um legado colonial, é que conseguimos dar ênfase a conceitos-chave como o de patrimonialismo. É a partir da reavaliação de conceitos-chave que apuramos suas limitações e possibilidades a serem exploradas.

Através do patrimonialismo, entende-se o fio condutor da agregação de dimensões de poder realocados ao prestígio social do principal agente econômico interno da época e de que forma isso se relaciona com a emergência de um estilo próprio de revolução burguesa. Em conjunto com a escolha de omitirmos diante de um legado, perpetuou-se a posição sensível e marginal que o negro ocupava pré-abolição da escravidão posteriormente no âmbito político e laboral. É momento de nos reafirmarmos enquanto campo de estudo, pois todo o conhecimento produzido sobre as sociedades são fruto de nossas pesquisas. É momento de lutar por justiça social e real democratização no país e para tal, precisamos debater a temática racial.

## Referências

ALVES FILHO, Aluizio. **Pensamento político no Brasil**: Manoel Bomfim, um ensaísta esquecido. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina**: males de origem. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2008. 291 p.

BOMFIM, Manoel; MARTINS, Wilson; AUIAR, Ronaldo Conde. **O Brasil nação**: realidade da soberania brasileira. Topbooks, 1996.

COHN, Gabriel. Florestan Fernandes: A Revolução Burguesa No Brasil. IN: MOTA, Laureço Dantas (ORG). **Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico**. São Paulo: Editora SENAC, 2ª edição, 1999.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: Ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 413 p.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: Ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008. 439 p.

FERNANDES, F. apud SOARES, Eliane Vera. **Florestan Fernandes**: o militante solitário. São Paulo: Cortez, 1997, p. 23.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 220 p.

RIBEIRO, Darcy. Manuel Bomfim, antropólogo. In: **Revista do Brasil**. Ano I, nº 2. Rio de Janeiro: Secretaria de Ciência e Cultura, 1984.

SALLUM JÚNIOR, Brasília. Sérgio Buarque de Holanda: Raízes do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Um Banquete no trópico**: introdução ao Brasil. São Paulo: Senac, 1999. v. 1. p. 235-256.

VENTURA, Roberto. Manuel Bomfim: **A América Latina**: males de origem. Introdução ao Brasil: um banquete no trópico, v. 2, 2002.

## DO MESTIÇO AO MALANDRO: um ensaio sobre os conceitos da construção identitária brasileira, sociedade híbrida, homem cordial e malandragem.

Lucas Back de Araújo

O seguinte ensaio pretende debater sobre o entendimento dos autores, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Roberto DaMatta a respeito de “O que é ser brasileiro?”, através do conceito de “sociedade híbrida” “homem cordial”, e “malandragem”. A partir disto, fazer uma passagem histórica e observar estes conceitos dentro das ciências sociais até a atualidade, tentar compreender como cada um dos autores explica a formação da identidade brasileira, as peculiaridades e as semelhanças entre eles. Analisando os conceitos nas seguintes obras: *Casa Grande e Senzala: a formação da família brasileira sob o regimento da economia patriarca*, publicada em 1933 (Freyre, 2003); *Raízes do Brasil*, publicada em 1936 (Holanda, 1996); *O que faz do Brasil, Brasil?* (DaMatta, 1986) e *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro* (DaMatta, 1981).

O que significa ser brasileiro? Muitas vezes, “tradições” que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas (Hobsbawn, 1984, p. 9.), ser brasileiro em uma república jovem que vem moldando seus indivíduos. Cada um dos autores, Freyre; Holanda; DaMatta, entende o brasileiro a partir dos conceitos observados por eles? Como cada um dos autores entende a sociedade brasileira e o “ser brasileiro”, nesta recém formada república? Podemos analisar a sociedade atual a partir dos conceitos apresentados por tais autores?

Este trabalho tem como método ser um ensaio teórico sobre os conceitos apresentados nele. Um ensaio é um estudo teórico, no qual o autor tem mais liberdade em expor e defender sua posição sem que tenha que se apoiar rigorosamente em documentação empírica. O ensaio não dispensa o rigor lógico e a coerência de argumentação e por isso mesmo exige grande informação cultural (Severino, 2013).

No século XX as ciências sociais brasileiras tiveram grandes nomes e importantes estudiosos com grande relevância na atualidade, alguns desses pretendiam em

seus ensaios e suas obras, definir ou tentar compreender o que forma a sociedade brasileira e o “*ser brasileiro*”, a tradição do Brasil enquanto sociedade. Tradição como citam Hobsbawm e Ranger (1984) e a convenção ou rotina, que não possui nenhuma função simbólica nem ritual importante, embora possa adquirir-las eventualmente..

A independência do Brasil ocorre com peculiaridades como a proclamação da independência do país ser feita por um membro da corte portuguesa: Dom. Pedro I. Uma identidade nacional está recém se formando e as ciências sociais, assim como seus estudiosos, têm a preocupação em entender o Brasil dos séculos XIX e XX. O que é esse país independente e “o que é ser brasileiro”, o que “caracteriza” essa nova sociedade plural e complexa que passará por grandes mudanças durante esse tempo. Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Roberto DaMatta são alguns desses estudiosos que indicam os fenômenos de “ser agora um brasileiro”.

Não é muito difícil cada um de nós se depara com a seguintes frases no dia a dia, “no Brasil não tem racismo, nós todos somos mestiços, todo mundo tem sangue misturado”, “o brasileiro é um povo muito caloroso e muito cordial”; “é só dar um jeitinho”. Apesar dessas frases terem sentidos de certa forma diferentes, todas elas servem para explicar ou para tentar representar “o que é ser brasileiro”, “o povo carinhoso e divertido, que está acostumado a sofrer, mas ainda assim dá seu jeitinho”. Portanto os conceitos apresentados nas obras estudadas são valiosos para a compreensão e o estudo da sociedade, a qual as ciências sociais entendem os aspectos e impactos destes conceitos dentro da sociedade brasileira.

### **Gilberto Freyre, *Sociedade híbrida e miscigenação*, a construção do brasileiro no Brasil colônia.**

Gilberto de Mello Freyre nasceu em Recife no ano de 1900, filho do professor Alfredo Freyre e da Francisca de Mello Freyre. Estudou no Colégio Americano Batista, onde se bacharelou em letras, foi para os Estados Unidos onde fez pós-graduação na Universidade de Columbia. No período que morou no exterior escreveu para o jornal Diário de Pernambuco. De volta ao Brasil nos anos 30 acompanhou o governo ao exílio na revolução de 30. Entre 1933 e 1937 escreveu três livros voltados para a formação da sociedade Brasileira, *Casa Grande & Senzala*, Sobrados e Mocambos e Nordeste (Frazão, 2018).

Freyre foi e ainda é um dos mais importantes escritores dentro das ciências sociais brasileira, já que suas obras causaram impactos que podem ser sentidos na sociedade até hoje. Sua interpretação das relações raciais no Brasil colônia perpassam o meio acadêmico, e ainda como cita Jessé Souza (2000) é um desafio aos comentaristas de sua obra, mas também é repetida por muitos brasileiros no cotidiano. Por isso é de suma importância entender como Freyre traz seu conceito de raça e sociedade híbrida, fazendo a mestiçagem ser discurso importante na atual conjuntura brasi-

leira. Visto de forma sucinta a importância de Freyre do Brasil, temos que entender quais são as implicações dos seus conceitos no país.

A exaltação lírica que se faz entre nós do caboclo, isto é, do indígena tanto quanto do índio civilizado ou do mestiço de índio com branco, no qual alguns querem enxergar o expoente mais puro da capacidade física, da beleza e até da resistência moral da sub-raça brasileira [...]. Muito do que Euclides exaltou como valor da raça indígena, ou da sub-raça formada pela união do branco com o índio, são virtudes providas antes da mistura das três raças que da do índio com o branco; ou tanto do negro quanto do índio ou do português. (Freyre, 2003. p. 120)

Gilberto Freyre, em sua obra, traz sem dúvida nenhuma importantes discussões como a presença do negro e do indígena, opondo-se a outros autores da época, a partir de um caráter positivo da mestiçagem e não como uma degeneração do povo brasileiro, uma qualidade decorrente dessa mistura. Contudo ainda assim frases como “do indígena tanto quanto do índio civilizado” parecem acarretar muitas vezes em uma ideia evolucionista do autor, como cita: “[...] não terem as mulheres índias dado tão boas escravas domésticas quanto as africanas, que mais tarde as substituem vantajosamente como cozinheiras e amas de menino” (idem, p. 163), colocando uma superioridade do negro sobre o índio e do português sobre o negro, de maneira harmônica.

Considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido, na verdade, como já salientamos às primeiras páginas deste ensaio, um *processo de equilíbrio de antagonismos*<sup>1</sup>. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura europeia e a indígena. A europeia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande proprietário e o pária. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo. (Idem., 2003 p. 128)

A obra *Casa Grande & Senzala* marca a colonização brasileira pelo português, mostrando como foi a colonização lusitana nos trópicos do Sul, destacando as relações *quase* que harmônicas para com os contrários. Os negros têm dentro da obra de Freyre grande importância para entender a formação da identidade cultural brasileira, mesmo que as análises ensaísticas em certos momentos apareçam como contraditórias (Souza, 2000) e desconsiderando as lutas negras contra os lusitanos.

<sup>1</sup> Freyre coloca o antagonismo do Senhor e do escravo em sua obra de maneira equilibrada e harmoniosa, deixando de lado as lutas tanto de índios e negros dentro da colônia portuguesa. Fazendo-se entender que apesar do Brasil passar por um período escravocrata ainda assim, foi pacífico e de poucos embates.



O autor dedica alguns capítulos do livro para a análise do negro e do indígena dentro da sociedade colonial, no qual trata da escravidão, do trabalho e da vida sexual desses dois povos dentro dessa sociedade (Carvalho, 2014), romantizando as relações sexuais entre os senhores e as mulheres negras, de forma consensual, sem implicações para a mulher, a mulher negra aparece movida por seus desejos instintivos. Apesar de Freyre discutir e dar importância para o negro na sociedade brasileira ainda assim em vários momentos aparece de maneira racista.

O escravo negro no Brasil parece-nos ter sido, com todas as deficiências do seu regime alimentar, o elemento melhor nutrido em nossa sociedade patriarcal, e dele parece que numerosos descendentes conservaram bons hábitos alimentares, explicando-se em grande parte pelo fator dieta - repetimos - serem em geral de ascendência africana muitas das melhores expressões de vigor ou de beleza física em nosso país: as mulatas, as baianas, as crioulas, as quadraronas, as oitavanas, os cabras de engenho, os fuzileiros navais, os capoeiras, os capangas, os atletas, os estivadores no Recife e em Salvador, muitos dos jagunços dos sertões baianos e dos cangaceiros do Nordeste. (Freyre, 2003 p. 120)

Freyre parece compreender o período escravocrata no Brasil como algo não tão prejudicial ao negro e ao índio, ignorando o sofrimento de dois povos, um colonizado a força em que teve sua terra tomada e outro que foi tirado de sua terra natal para ser escravizado a um continente de distância.

Pode-se juntar, a essa superioridade técnica e de cultura dos negros, sua predisposição como que biológica e psíquica para a vida nos trópicos. Sua maior fertilidade nas regiões quentes. Seu gosto de sol. Sua energia sempre fresca e nova quando em contato com a floresta tropical (idem, p. 370)

A construção da identidade brasileira para o autor foi feita a partir da religiosidade católica da colônia e principalmente das relações sexuais que aconteciam dentro da colônia portuguesa, criando assim uma democracia racial para Freyre, em que todos os pertencentes a essa nova república têm um pouco de negro, todos já foram amamentados por uma ama negra, fazendo com que a miscigenação dentro da colônia crie uma democracia racial brasileira, uma *sociedade híbrida* (Freyre, 2003). A ideia de uma sociedade híbrida e miscigenada, de certa forma foi positiva (Carvalho, 2014), trazendo os benefícios de uma sociedade contra o ideal do homem europeu ariano, que contaminava o mundo no século XX. Contudo criava uma ideia de uma sociedade perfeita, que não possuía (ou possui) racismo, que não tivera controvérsias e só uma aceitação por parte dos escravos. Essa realidade brasileira parece ser ignorada em sua obra, seja por vaidade, ou por oportunismo político de Freyre (Souza, 2000). Freyre ainda prende parte de sua obra em uma análise biológica, que difere de seu prefácio sobre o culturalismo de Boas.

## Sérgio Buarque de Holanda e o *Homem cordial*

Poucos anos depois, Sérgio Buarque de Holanda vai além da conceptualização de Freyre, sobre quem é o brasileiro. Holanda traz o conceito de Homem cordial, tão importante quanto a ideia de uma sociedade híbrida de Freyre, contudo sem trazer a romanização freyriana sobre a passividade do negro e do índio na época da colonização portuguesa. O “homem cordial” é segundo Holanda, a representação do povo brasileiro, a forma de se comportar e se portar na família e na vida. O “homem cordial” é o brasileiro movido pela intimidade e paixão deixando de lado a burocracia weberiana, as relações aqui para o autor são mais intimistas mesmo fora do escopo familiar, o povo caloroso que demonstra sua passionalidade em todas relações.

Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) natural de São Paulo, filho de farmacêutico e dona de casa estudou na Escola Caetano de Campos, mais tarde no Rio de Janeiro formou-se em ciências jurídicas e sociais na Faculdade Nacional de Direito da Universidade Brasil. Trabalhou como jornalista e lecionou como professor assistente na Universidade do Distrito Federal. Em 1936 escreve *Raízes do Brasil* seu primeiro trabalho e mais conhecido do autor.<sup>2</sup>

No “homem cordial”, a vida em sociedade é, de certo modo uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro - como bom americano - tende a ser a que mais importa. Ela é antes um viver nos outros. (Holanda, 2000 p. 147)

A análise feita por Holanda, mostra como o brasileiro leva a intimidade para as relações que em outros contextos seriam completamente burocráticas como, a política e a própria forma de tratar a religião. Uma das preocupações de Holanda é traçar sua genealogia e refletir sobre o *Homem cordial*, para determinar sua ação e relação a diversos aspectos da história brasileira (Souza, 2007). Assim como Freyre, Holanda também considera a influência do escravo e a forma que os portugueses colonizaram o país. Mesmo no escravismo, rejeitava qualquer tipo de impessoalidade (idem, 2007), sendo assim a construção de uma identidade cultural brasileira nasce para Holanda e Freyre desde a colônia, em que se começa a formar a partir das relações entre os portugueses, os nativos e os africanos vindos ao país.

Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se expressou com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar – a esfera, por excelência dos chamados “contatos primário”, dos laços de sangue e de coração – está em

<sup>2</sup> Sérgio Buarque de Holanda. 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/2TdSV2D>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. (Holanda, 2013 p. 146)

Contudo, Holanda diferente de Freyre não acaba caindo em um mito de uma democracia racial, que ainda afeta as relações da atualidade, mesmo que em certo modo existam algumas semelhanças na interpretação. Holanda vai além em seu entendimento da identidade brasileira, fazendo uma análise crítica da cordialidade, mas continua sem explorar com as devidas proporções os problemas raciais do Brasil colônia, colocando somente a plasticidade do português como um dos pontos principais para a criação dos laços e das relações dentro do período colonial, sem dar crédito às lutas e aos conflitos que aconteciam na época. Nos anos 70, Buarque mesmo considera o caráter datado da sua obra ensaística (Souza, idem). Ainda assim, mesmo sendo datada como o próprio autor ressaltou, marca o paternalismo dentro das relações íntimas e públicas, definindo bem o brasileiro da atualidade ou pelo menos como boa parte da população brasileira se descreve e como estrangeiros veem o povo *cordial* do Brasil.

### ***A malandragem e o “jeitinho” na obra de Roberto DaMatta.***

Roberto DaMatta (1936) é um antropólogo brasileiro, formado em história pela Universidade Federal do Fluminense, especializou-se em antropologia social na Universidade Federal do Rio de Janeiro, com mestrado e doutorado pela Universidade de Harvard. Em 1979 escreveu *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro* em que pretende entender o Brasil e o brasileiro, dentro da sua suposta essência; sua *malandragem*; seu *jeitinho*. Dentre os autores apresentados neste ensaio, DaMatta tem obras mais recentes sobre o assunto.

O *jeitinho* para o autor nada mais é do que a forma básica de se comportar do povo brasileiro, o qual em muitos casos somos “obrigados” a usar dessas artimanhas para realizar algo dentro da sociedade brasileira.

[...]a malandragem, o “jeitinho” e o famoso e antipático “sabe com quem está falando?” Seriam modos de enfrentar essas contradições e paradoxos de modo tipicamente brasileiro. Ou seja: fazendo uma mediação também pessoal entre a lei, a situação onde ela deveria aplicar-se e as pessoas nela implicadas, de tal sorte que nada se modifique, apenas ficando a lei um pouco desmoralizada — mas, como ela é insensível e não é gente como nós, todo mundo fica, como se diz, numa boa, e a vida retorna ao seu normal... (DaMatta, 1986 p. 80).

Não é difícil para qualquer um de nós ao caminharmos na rua e ouvimos de alguém que, o Brasil é um país muito burocrático, ao mesmo passo que o brasileiro critica a desorganização burocrática, sem saber de fato o que seria o Estado burocrático nos termos Weberianos e de Holanda. O Brasil tem burocracias, que aparecem como ineficientes comparados com outros países como explica DaMatta:

Nos Estados Unidos, na França e na Inglaterra, somente para citar três bons exemplos, as regras ou são obedecidas ou não existem. Nessas sociedades, sabe-se que não há prazer algum em escrever normas que contrariam e, em alguns casos, aviltam o bom senso e as regras da própria sociedade, abrindo caminho para a corrupção burocrática e ampliando a desconfiança no poder público. Assim, diante dessa enorme coerência entre a regra jurídica e as práticas da vida diária, o inglês, o francês e o norte-americano param diante de uma placa de trânsito que ordena parar, o que — para nós — parece um absurdo lógico e social, pelas razões já indicadas. (Idem. p. 81)

Esse modo de viver a brasileira nem sempre funciona, não é como se nós nos sentíssemos obrigados a tirar proveito de toda e qualquer situação da vida cotidiana, no foro privado ou público, utilizamos do “jeito” para de modo pacífico e até mesmo legítimo, resolver os problemas, como os privilégios de uns para com outros. Porquê, nessas sociedades, a lei não é feita para explorar ou submeter o cidadão, ou como instrumento para corrigir e reinventar a sociedade (DaMatta, 1986). Entre “podes” e “não podes”, escolhemos um modo ontológico de viver, mas singularmente brasileiro, uma junção do “pode” com o “não pode”, o *jeitinho* (idem).

E todos os brasileiros sabem que a expressão é o reflexo ritualizado e quase sempre dramático de uma separação social que nos coloca bem longe da figura do “malandro” e dos seus recursos de sobrevivência social. Pois o “sabe com quem está falando?” É a negação do “jeitinho” da “cordialidade” e da “malandragem”, essas trações sempre tomadas para definir, como fez Sérgio Buarque de Holanda (1973), o nosso modo de ser e, até mesmo, como sugeriu Antônio Candido (1970), para marcar o nascimento de nossa literatura (DaMatta, 1981, p. 182).

Em uma ideia contrária do *jeitinho*, DaMatta apresenta também uma forma de comportamento que é supostamente típica brasileira, o “Você sabe com quem está falando?” Faz parte do cotidiano brasileiro, assim como uma cordialidade nas relações pessoais, passar uma “*carteirada*” acontece na vida cotidiana do brasileiro, e essa forma de se expressar vem em contramão da malandragem pois além de levar a interação a partir de uma relação de intimidade, serve segundo o autor para demonstrar o poder e a superioridade daquele momento. A superioridade vem em forma de uma relação pessoalizada, já que o: Você sabe com quem está falando? Sou filho do prefeito! Invoca uma carta na manga que não está presente

no momento, diferente de uma relação que em geral deveria acontecer de modo objetivo e racional.

Esse tipo de relação pode ser apresentado em vários momentos do cotidiano, como: em uma *blitz* policial, onde ao invocar o nome do juiz, o motorista acusa-se superior ao acontecimento e tenta reverter isso ao seu favor, deixando de lado a impessoalidade daquela relação. Aqui, ao contrário do jeitinho e quase como o seu simétrico e inverso, não se busca uma igualdade simpática ou uma relação contínua com o agente da lei (DaMatta, 1986, p. 85). Para DaMatta esse tipo de estratégia é observado com “*maus olhos*”, soando como grosseira e ofensiva em uma relação social.

A malandragem, como outro nome para a forma de navegação social nacional, faz precisamente o mesmo. O malandro, portanto, seria um profissional do “jeitinho” e da arte de sobreviver a situações difíceis (DaMatta 1986, p. 86).

### Do mestiço ao malandro?

Os autores apresentados, Gilberto Freyre; Sergio Buarque de Holanda e Roberto DaMatta propõem uma forma de entender as particularidades do povo brasileiro e explicar o Brasil (Souza, 2007 p. 1). Seja ela por sua mistura étnica ou por seu jeito de resolver os problemas da vida cotidiana. Apesar de diferentes em vários aspectos, os três autores apresentados colocam em seu ensaio um tipo ideal do que é esse “brasileiro”.

Freyre e Holanda propõem o comportamento cotidiano e cordial do povo brasileiro, mesmo que Holanda faça uma análise crítica. Freyre, assim como Holanda, mostra como a relação do escravo fez com que o povo brasileiro de certo modo se tornasse essa população híbrida que sobrevivia da melhor forma possível ao contexto de colônia portuguesa. Segundo os autores tal relação é dada de forma pessoalizada e íntima, fazendo com que se construa uma identidade nacional *cordial*. Além disso, para eles a influência da colônia na formação da identidade é um elemento decisivo para compreender o Brasil (Souza, 2007 p. 3), em que até mesmo no escravismo as relações eram mais tênues e não tão rígidas como em colônias de países nórdicos.

Mesmo o escravismo, portanto, recusou qualquer impessoalidade mais rígida, e Buarque insiste, como Freyre, na ausência de orgulho racial por parte do colonizador português. E ele menciona, em praticamente todos seus textos, segundo Wegner, a plasticidade da colonização portuguesa (Wegner apud Souza, 2007 p. 5).

Holanda em seu ensaio da importância à colonização ibérica para a formação do Brasil, já Gilberto Freyre dá ênfase em especial a colonização luso-brasileira, o português como principal formador da identidade brasileira a partir da mestiçagem entre as etnias presentes na colônia portuguesa, que se diferenciavam de outras colônias, já que o português não era violento com os colonizados, ele (o português) apoiava-se na fé (Freyre, 2003 p.274).

DaMatta, em sua análise da sociedade brasileira aproxima-se de Freyre no modo descritivo de sua obra, em *Carnavais, malandros e heróis*, o autor não faz uma ampla discussão sobre as raças dentro da construção social da identidade brasileira, fazendo com que sua obra não seja crítica a Freyre e a plasticidade do português, que para Freyre foi positiva na colonização. DaMatta apresenta uma crítica *indireta*<sup>3</sup> a Freyre em *Relativizando: uma introdução a antropologia social* (1976), ao supor a fábula das três raças, que é segundo o autor:

[...] o mito das três raças, as bases de um projeto político e social para o brasileiro (através da tese do «branqueamento» como alvo a ser buscado); permite ao homem comum, ao sábio e ao ideólogo conceber uma sociedade altamente dividida por hierarquizações como uma totalidade integrada por laços humanos dados com o sexo e os atributos < raciais > complementares; e, finalmente, é essa fábula que possibilita visualizar nossa sociedade como algo singular – especificidade que nos é presenteado pelo encontro harmonioso das três «raças». (DaMatta, 1976, p. 69-8).

Colocado aqui a fábula das três raças, seria um plano (DaMatta, 1976 p. 69) político e social do Brasil para torná-lo uma sociedade única, uma sociedade singular e que estava nascendo no século XX. DaMatta continua dizendo que: “une a sociedade num plano «biológico» e «natural» [...] prolongado nos ritos de Umbanda, na cordialidade, no carnaval (idem.). O autor coloca a fábula das Três raças como uma das causas do racismo à brasileira.

Holanda e DaMatta, assemelham-se em fazer uma análise da identidade brasileira e de como ela foi formada, a partir das relações dos ibéricos apresentadas por Holanda e da construção do próprio racismo à brasileira observado por DaMatta, já que os dois apresentam essas relações de forma crítica. Em *Carnavais, malandros e heróis*, DaMatta faz uma descrição da sociedade que o cercava, de certo modo corroborando com a cordialidade observada e criticada por Holanda. Já Freyre apesar de fazer uma descrição ensaística do Brasil, o autor acaba normalizando em certos momentos a mestiçagem como passiva e harmoniosa, se distanciando dos outros autores e criticado por eles que, trabalham a construção da identidade brasileira de forma crítica, em suas obras.

Não se sustenta a tese de Gilberto Freyre (apresentada sistematicamente em *Casa Grande & Senzala*), segundo a qual o contato com o mouro (e com a mulher moura) havia predisposto o «caráter nacional» do lusitano a uma interação aberta e igualitária com índios e negros. Muito ao contrário, o que se sabe de comunidades mouras e judias em Portugal, permite dizer que o controle social e

<sup>3</sup> DaMatta não apresenta diretamente o nome de Freyre, mas ao colocar a fábula das três raças em minha leitura na sua obra *Relativizando: uma introdução a antropologia social* (1976), está dialogando diretamente com o autor.

político das etnias alienígenas era agudo, senão brutal. Como foi o caso dos judeus. (DaMatta 1976, p. 67).

DaMatta crítica a predisposição (Freyre 2003 p. 264) que o Gilberto Freyre coloca em sua obra sobre o português e sua forma de colonizar. Mostra que o ideal harmonioso da colônia portuguesa feita no Brasil, não pareceu se fazer presente, e assim como nas comunidades mouras, houve no Brasil um controle social e brutal das etnias aqui presentes.

## Considerações Finais

Os três autores apresentados neste ensaio são úteis para entender não só o “caráter” brasileiro de maneira geral, mas também observar como os próprios brasileiros se entendem hoje, muito desse entendimento do “ser brasileiro”, *malandro*, *cordial e mestiço*, vem destas obras e fazem parte do cotidiano brasileiro.

Algumas das generalizações feitas pelos autores acabam sendo problemáticas. Gilberto Freyre faz uma análise positiva e romantizada do Brasil colônia que, apesar das suas origens na antropologia cultural como cita no prólogo, beira em alguns momentos a uma análise biológica da construção da sociedade brasileira, justificando a partir da sociedade híbrida o período escravocrata do Brasil quase justificável.

Já DaMatta parece que, em *Carnavais, malandros e heróis*, faz uma análise descritiva da sociedade brasileira, nesta obra acaba não sendo muito crítico ao modo de ser brasileiro, fazendo desta uma descrição daquilo que observou durante seus estudos, contudo parece fazer uma descrição do estado do Rio de Janeiro, não trabalhando as inúmeras diversidades do país, que dê certo ponto não é problemático em sua obra, mas ao mesmo tempo é importante ressaltar a complexidade de um país continental que, em áreas rurais não parecem apresentar as características apresentadas pelo autor.

Holanda, com sua análise crítica do homem cordial, segundo uma análise weberiana, em que o homem cordial está na contramão da racionalidade que, é quase que demonstrada por DaMatta em *O que faz do Brasil, Brasil?*, mostra como foi a formação inicial da sociedade brasileira. Contudo a plasticidade do português apresentada por Holanda como um dos principais responsáveis pela construção social da identidade brasileira, deixando assim de explorar mais a fundo os problemas raciais do Brasil. Holanda acentua o caráter datado de sua obra nos anos 70 e se recusa a escrever um ensaio atualizado de sua obra para uma edição francesa (Souza, 2007).

Portanto esses três autores se fazem importante dentro das ciências sociais, seja para utilizá-los ou criticá-los. Mas lê-los ainda se mostra importante para entender todo o contexto e pensamento social brasileiro da atualidade, em que discursos sobre a mestiçagem e malandragem não só fazem parte do cotidiano do povo brasileiro,

mas também aparece em discursos de personagens políticos de grande importância na atualidade, e observar e entender o surgimento de discursos como: “*a indolência do índio e a malandragem do negro*”, dita pelo vice-presidente (Soares, 2019) eleito do país. Portanto entre a fábula das três raças ou a construção da cordialidade, a sociologia indica que discursos como estes não são novidades no Brasil.

## Referências

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CARVALHO, Ricardo Ossagô de. **A construção da identidade brasileira a partir de Gilberto Freyre**. Oficina do Historiador, Porto Alegre, p. 293-304, maio 2014.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

DAMATTA, Roberto. **O que faz do Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: Uma Introdução a Antropologia Social**. 1976.

FRAZÃO, Dilva. **Gilberto Freyre: Sociólogo e ensaísta brasileiro**. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2AdFyUC>. Acesso em: 26 fev. 2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9-23.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

SOARES, Jussara. **Vice de Bolsonaro diz que brasileiro herdou ‘indolência’ do índio e ‘malandragem’ do africano**. 2018. Disponível em: <https://glo.bo/2vo6Ztf>. Acesso em: 06 mar. 2019.

SOUZA, Jessé. **Gilberto Freyre e a Singularidade cultural brasileira**. Tempo Social, São Paulo, maio de 2000, p.69-100.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **As Raízes e o futuro do “homem cordial” segundo Sérgio Buarque de Holanda**. Caderno CRH, Salvador, agosto de 2007, p. 343-353.



## O RACISMO, O CAPITALISMO E O NEGRO COMO SUJEITO POLÍTICO NAS OBRAS DE CLÓVIS MOURA E FLORESTAN FERNANDES.

Henrique da Rosa Müller

O presente trabalho caracteriza-se como um ensaio teórico<sup>1</sup>, que busca discutir as principais contribuições de autores da sociologia brasileira em relação ao estudo dos processos históricos e sociais dos(as) negros(as) no Brasil.

O problema deste trabalho compreenderá a forma como foram organizadas as relações sociais e políticas que colocaram o negro como sujeito marginalizado na estrutura capitalista, a partir das obras de Clóvis Moura e Florestan Fernandes. Busco articular a obra desses autores na tentativa de analisar as estruturas do Estado que reforçam o racismo, pensando o movimento de ruptura com o modelo escravocrata (1888) e a nova ordem capitalista moderna e dependente, que colocou no sujeito negro a responsabilidade pelo seu atraso e miséria, na perspectiva de levantar quais foram as principais relações sociais, políticas e econômicas que cristalizam a realidade do(a) negro(a) no Brasil contemporâneo.

Ao analisar a estrutura racista do Estado, capturando os elementos políticos e sociais que garantem a marginalização dos sujeitos negros na sociedade capitalista brasileira, este ensaio teórico busca nas obras indicadas acima uma relação histórico-social dos fatores que garantem a reprodução da opressão racial – tanto pelo Estado e suas estruturas, assim como, o pensamento social (Ideologia) construído nas grandes massas de população no Brasil, a fim de articular essa dupla relação entre Estado e ideologia. Pensar o(a) negro(a) inserido(a) na divisão social do trabalho e analisar os elementos fundamentais da organização social brasileira ajudaram a desenvolver hipóteses que iluminem os elementos sociais presentes na realidade dos sujeitos negros no Brasil.

<sup>1</sup> Concebido “como um estudo bem desenvolvido, formal, discursivo e concludente, consistindo, portanto em uma exposição lógica e reflexiva e em argumentação rigorosa com alto nível de interpretação e julgamento pessoal” (SEVERINO, 2013).

## O escravismo brasileiro

Para remontar as relações socioculturais que os negros enfrentaram em um passado não tão distante, precisamos olhar para trás, perspectivando o entendimento dos processos históricos, econômicos, políticos e sociais que garantiram a reprodução das misérias impostas aos negros no colonialismo brasileiro. Começaremos analisando o processo de importação<sup>2</sup> e legitimação da escravidão a partir das estruturas sociais da ordem colonial.

A chegada dos negros no Brasil foi marcada pelas ações mais nefastas contra a humanidade na história do país: o cativo que chegava ao novo continente era despido de todos os elementos culturais construídos na sua vida social; eram separados de suas famílias, tinham dificuldades de comunicação entre os próprios africanos, pois pertenciam a diferentes grupos étnicos e regiões do continente; muitas vezes não falavam nem a mesma língua. Foi retirada sua humanidade, tornando-o então ferramenta de trabalho, uma mercadoria de seu senhor. Da chegada a locação à vida do trabalho, um processo extremamente desgastante, com jornadas de trabalho extenuantes, com um único objetivo: trabalhar até morrer (MOURA, 1994).

Buscando em Florestan Fernandes uma definição para a escravidão chegamos a essa citação:

A escravidão brasileira, assim como toda “escravidão moderna”, caracterizou-se pela apropriação do esforço humano para objetivos mercantis determinados. O homem negro escravo era entendido como um bem mercantil (FERNANDES, 1965, p. 366-367).

Clóvis Moura, em *Dialética do Brasil Negro*, cita nessa passagem a expectativa de vida do negro escravizado:

Era um tipo de investimento inicial oneroso e de curta duração, se levarmos em conta que a vida útil do escravo era de sete a dez anos, sem incluirmos entre os riscos possíveis as constantes fugas individuais, a formação de quilombos, as guerrilhas nas estradas, os suicídios e as insurreições urbanas (MOURA, 1994, p. 67).

O Brasil é marcado por um tipo específico de colonialismo, a colonização de exploração, que tinha como objetivo a maior quantidade de lucro extraído da região ocupada pelo colonizador e a exploração de recursos naturais e matéria-prima. Este tipo de colonialismo tem suas características bem definidas pela história de forma

<sup>2</sup> O termo “importação” é utilizado para demonstrar a legalidade jurídica do processo que trouxe quase 10 milhões de escravos para o Brasil, sem contabilizar o número de escravos vindos ao continente americano na sua totalidade. Podemos chamar de “tráfico” internacional de escravos após os anos de 1850, quando criada a lei Eusébio de Queiroz, lei esta que só foi colocada em prática por pressões inglesas com o objetivo de acelerar o processo de assalariamento nos países que dependiam da força de trabalho escrava em seu meio produtivo.



geral: uma hierarquização social verticalizada, com toda produção sendo destinada à metrópole e às demandas do mercado externo, garantindo um pacto colonial bem rígido, com a agricultura de modelo monocultural e latifundiária e o mercado interno altamente dependente de produtos da metrópole.

O único sistema de trabalho possível dentro das colônias de exploração, para as metrópoles capitalistas, era o que produziu o máximo de extração colonial, sendo o escravismo o modelo que representava essa demanda internacional para o acúmulo primitivo de Capital, tornando-se a única forma de garantia de lucros compensadores para a divisão e organização do trabalho da época. Se os senhores não abastecessem a compra permanente e o reabastecimento contínuo de escravos, o sistema produtivo escravista não se manteria. Destaca-se nesse período a grande função social que os traficantes ou mercadores de escravos obtinham. Além de prestígio social, eram os motores da circulação de mercadorias. Garantiram, assim, riquezas exorbitantes na venda e troca de mercadorias humanas. (MOURA, 1994).

Em Portugal, antes das expansões marítimas para a América, os escravos de origem africana já eram força de trabalho utilizada para sustentar a ordem econômica portuguesa. Clóvis Moura vai chamar essa prática colonial utilizada por Portugal de *colonialismo endógeno*. A organização da produção capitalista mercantil na colônia brasileira tinha como base e dependia substancialmente do trabalho escravo, como já deixamos claro acima. Além disso, outro elemento importante a ser abordado dentro desta lógica é a complexa divisão do trabalho entre os escravos, podendo ser divididos pelas áreas da produção de trabalho.

Clóvis na obra dialética radical do Brasil negro mostra que, o escravismo colonial não era uma tábula rasa de escravos à volta da casa-grande, movendo-se circularmente em volta do senhor (MOURA, 1983), mas uma organização complexa, que estava ligada a toda estrutura social relacionada ao trabalho. Com a divisão do trabalho também se divide a forma de tratamento dos escravos das diferentes funções: os escravos da casa-grande tinham condições menos exaustivas de trabalho se colocado em paralelo ao escravo produtivo/eito. Com isso, não reduz as penúrias do trabalho de nenhum setor. As condições que geralmente a mulher e o homem da casa-grande sofriam, com estupros constantes e degradações morais, eram igualmente miseráveis, mas o número de escravos produtivos ou de eito<sup>3</sup> era quantitativamente maior. Relacionados à agricultura, à pecuária e à extração de matéria-prima, era nesse setor que o aparelho repressivo dos senhores agia com mais avidez, para aumentar a produtividade e controlar as fugas e a formação de possíveis insurreições (MOURA, 1983).

<sup>3</sup> **Escravos de eito** eram aqueles que pegavam no trabalho duro dos canaviais, trabalhavam muito e tinham uma péssima alimentação e recebiam constantemente maus tratos.

## O negro como sujeito revolucionário à ordem escravocrata em Clóvis Moura

Ao analisar a estrutura escravocrata colonial, é importante constatar alguns fatores de relação direta entre a organização política e econômica da época, e relacioná-las com as organizações do controle social de sua base econômica. Clóvis Moura, observando a situação brasileira a partir da perspectiva de luta de classes, consegue definir duas classes substanciais dessa disputa: a classe dominante, o senhor de escravos de origem europeia e donos dos meios de produção (terras, engenhos); e a classe dominada, responsável por todo dispêndio do trabalho social na colônia: o(a) escravo(a).

Definir a estrutura escravagista a partir da lógica de dominação de classes ajuda-nos a entender o processo colonial para além da aparência, ou de tentativas de atenuação. Portugal desde os primeiros anos de colônia desenvolveu aparelhos administrativos da coroa no território Brasileiro, tendo como dupla finalidade defender os interesses (econômicos e políticos) da coroa e garantir a segurança aos senhores contra qualquer insurgência negra ou indígena (MOURA, 1994).

Uma estrutura política, jurídica e ideológica foi montada para estabelecer a ordem social, com cargos diretamente ligados a Portugal, como o Governador Geral, Provedor-Mor, Ouvidoria Geral, Conselho Ultramarino, etc. Estas estruturas eram responsáveis por estabelecer as diretrizes da metrópole Portuguesa dentro da colônia brasileira.

A existência de revolta social é observada desde o início colonial, marcada por fugas, criação de quilombos, suicídios, guerrilhas, pequenas revoltas, etc. Isso não significa que todo escravo fugitivo ou quilombola tinha consciência de seu papel revolucionário, pois a consciência social dominante é a consciência da classe dominante, garantida por toda estrutura social. Seria ideal analisar que a classe oprimida teria na sua totalidade uma consciência insurgente. A coroa se utilizava de diversas formas e ações para a garantia do equilíbrio social, uma máquina ideológica, administrativa e militar. Não analisar essa relação de classe é reproduzir uma lógica analítica falha, que não captura os elementos substanciais do conflito de classes dentro do modelo escravista brasileiro.

Clovis Moura, na contramão da história oficial, demonstra que o africano no Brasil, do período colonial à abolição da escravatura, consolidou diversas formas de lutas contra a subsunção do europeu colonizador, por meio de quilombos, insurreições, guerrilhas, até ações individuais como fugas, suicídio, etc. Estas estratégias de luta são exaustivamente tratadas em *Rebeliões da Senzala*, obra importante de ser retomada não só pelo seu papel histórico, mas como exercício intelectual de desmistificar o papel do negro como sujeito passivo na estrutura escravocrata (MOURA, 1994).

Como principais eventos da revolta negra na história da escravidão brasileira temos o Quilombismo, com destaque para o quilombo de Palmares (1580-1694), principal quilombo brasileiro, marca da resistência negra até os dias de hoje, que possuía uma estrutura econômica própria, assim como aparatos de defesa e organização política independente a coroa; e a Revolta do Balaio (1838-1841), que foi uma das revoltas negras mais numerosas do período escravagista, contando com homens e mulheres livres articulados com indígenas e escravos contra as ações abusivas da coroa brasileira. Após os três anos de batalha, foram contabilizados 12 mil mortes promovidas pela coroa contra o movimento insurgente.

Todos os acontecimentos mais diretos e relacionados à revolta escrava foram duramente reprimidos pela coroa portuguesa ou brasileira nos diferentes períodos do escravismo, demonstrando o papel do Estado contra qualquer organização escrava, representando o medo da classe dominante frente as possíveis insurgências negras, localizando assim a classe dominada (escravos e negros livres) como a classe capaz de organizar a queda da ordem colonial (MOURA, 1994). A possibilidade de uma revolta escrava assustava os senhores, pois nos anos 1791-1804 ocorreu a primeira insurgência escrava bem-sucedida na América, a Revolução do Haiti.

Podemos observar esse medo da elite dominante em uma carta enviada por Duque de Caxias ao Imperador do Brasil no período da Guerra do Paraguai, após os negros serem enviados à linha de frente e terem adquirido treinamento e experiência em batalhas, além do manuseio de armas de fogo:

À sombra dessa guerra nada pode livrar-nos de que aquela imensa escravatura do Brasil dê o grito de sua divina e humanamente legítima liberdade e tenha lugar uma guerra interna, como no Haiti, de negros contra brancos, que sempre tem ameaçado o Brasil, e desaparece dele a escassíssima e diminuta parte branca que há (MOURA, 1994, p. 145).

O escravismo brasileiro foi colocado por diversos autores como um modelo distinto de diversos modos de produção colonial aplicados em outros países, chegando a ser definido como uma experiência de escravidão passiva, harmônica. Gilberto Freire, teve como finalidade passar uma visão totalmente diferente da realidade social brasileira, relativizando e atenuando as relações de exploração e violência que os/as negros/as enfrentou na colônia e nos impérios. Clovis Moura abriu um paradigma importante nos estudos do negro no Brasil, colocando-o como sujeito ativo na história brasileira, demonstrando seu caráter combativo e ressaltando suas experiências de luta contra a ordem dominante, além de articular toda a miséria aplicada pela escravidão com a organização econômica, social e política daquele período.

Nas Ciências Sociais temos diversos exemplos dessas atenuações, tanto do papel do negro na escravidão, como também teses que tentam *aparar as arestas* de processos marcantes na história do Brasil. Clovis Moura, no artigo *Escravidão, Colonialismo, Imperialismo e Racismo*, cita exemplos desse processo:

Para isto, certos cientistas sociais dão uma série de cortes na interpretação da nossa história para que a escravidão seja minimizada ou colocada de tal forma que passe a ser uma escravidão diferente, benigna, cristã. Surge a tese do homem cordial que vem exatamente para querer provar que o ethos especial do brasileiro coloca-o em uma posição de incompatibilidade congênita com qualquer regime opressivo (como a escravidão e o fascismo) por ser na sua essência cordial. Esta visão impressionista do opressor no Brasil leva a que se tenha, em contrapartida, uma visão impressionista (alienada) do oprimido. Desta forma ao cordial dominante soma-se a do bom escravo passivo, brincando à sombra da casa-grande, muitas vezes filhos bastardos dos senhores. No entanto, esta visão horizontal do problema poderá ser reanalisada a partir de critérios científicos (MOURA, 1983. p. 129).

Moura, criticando o conceito de cordialidade de Sergio Buarque de Holanda, questiona o papel das Ciências Sociais em atenuar, positivar ou romantizar as diversas espoliações que a classe oprimida passou na organização política do escravismo brasileiro.

## Abolição dentro da ordem oligárquica

O negro, nos últimos anos da escravidão e após o escravismo tardio (MOURA, 1994)<sup>4</sup>, perde suas expressões mais radicalizadas de luta, não por confortar-se a uma situação desumana, mas sim as políticas progressivas (como a Lei do Ventre Livre, Lei do Sexagenário, etc) construía um ideário de uma certa “Liberdade” possível, fazendo com que o negro acreditasse em uma total abolição a médio, curto prazo. Observando o imigrante receber salário após jornadas de trabalho, pensou que pudesse ter o mesmo direito. Além do fato de que, em sua imensa maioria, não haviam experimentado a vida em liberdade, muitos eram também cativos que nasceram já no Brasil colonial. Elementos que ajudam a montar a visão de um processo de apassivamento, de um escravismo pacífico, quando, pelo contrário, o negro historicamente foi despido de suas capacidades subjetivas de imaginar-se fora do modelo de exploração, principalmente pelas ações violentas da coroa ou da ordem colonial, desarticulando toda e qualquer revolta escrava, respondendo a ela com o uso da coerção mais brutal, o massacre dos insurgentes, sendo muito difícil uma saída revolucionária e organizada para além das ações individuais de cada sujeito (MOURA, 1994).

4 Em sua obra *A Dialética radical do Brasil negro*, Clóvis Moura faz uma divisão histórica entre os períodos da escravidão do Brasil, sendo o escravismo pleno dos anos 1550 à 1850 e o escravismo tardio de 1850 à 1888, marcando a alteração dos períodos pela lei Eusébio de Queiroz.

Os movimentos abolicionistas tiveram como principal linha política o Liberalismo, bebendo de formulações produzidas na França. Esses movimentos tiveram importância política no Brasil, principalmente no grupo Caifases em São Paulo, tendo como princípio a liberdade do negro escravo. Mas suas ações não entraram em embate com as principais políticas que impediam o negro liberto de conquistar sua autonomia enquanto sujeito histórico. Agiram como detonadores e controladores das ações dos negros, ditando assim um movimento dentro da ordem sem conspirar em uma ruptura que possibilitaria a liberdade total do ex-escravo ou o protagonismo como sujeito político. Esse processo permitiu a criação de um ideário nas Ciências Sociais de que os negros eram relativamente congruentes a esse modelo de trabalho, os diversos anos de trabalho forçado. A possibilidade cada vez mais próxima de liberdade em relação a seus senhores fez com que as revoltas ficassem suprimidas pelos representantes abolicionistas. (MOURA, 1994).

É importante destacar que Clóvis Moura e Florestan Fernandes divergem na análise do acontecimento ou não de uma Revolução Burguesa no Brasil. Fernandes defende a existência de uma revolução no processo de transição da ordem imperial para a república, já Moura destaca sua posição nessa citação:

Querer ver [...] a Abolição como uma possível revolução democrático-burguesa no Brasil é no mínimo ingenuidade, pois nenhuma das reformas que essa revolução tem por objetivo executar foi feita com essa medida. Daí por que o problema da revolução burguesa no Brasil é um problema polêmico, especialmente porque muitos dos que a abordam tomam como paradigma as revoluções burguesas europeias como se tivéssemos de repeti-las aqui (MOURA, 1994).

O importante na articulação entre as análises desses dois autores, no que diz respeito à caracterização do sistema político pós-abolição, é que ambos possuem uma análise muito similar ao compreender o movimento das oligarquias rurais. Sintetizando de forma mais geral, podemos definir que a transição do reino do Brasil para uma república “democrática” (1889) não passou por um processo de profunda modificação do poder político: as oligarquias do campo mantiveram-se no poder junto de uma protoburguesia nascente das cidades. O processo de transição da “velha” para a “nova” ordem não modificou em nada a estrutura dominante no Brasil com as mudanças produtivas percebidas no fim do escravismo e o investimento massivo na imigração. A velha ordem, ainda dependente da Inglaterra, começa seu processo de industrialização de forma insatisfatória, com a principal produção ainda sendo o café e o campo ainda mantendo o maior peso político dentro da república. Assim, a classe dominante garantia a manutenção de seu modelo aristocrático.

Florestan destaca, no livro *A Revolução Burguesa no Brasil*, o caráter de articulação ou metamorfose da oligarquia agrária na nascente burguesia tupiniquim:

O que muitos autores chamam, com extrema impropriedade, de crise do poder oligárquico não é propriamente um ‘colapso’, mas o

início de uma transição que inaugurava, ainda sob a hegemonia da oligarquia, uma recomposição das estruturas do poder, pela qual se configurariam, historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa (FERNANDES, 1975. p. 203).

## A república, o capitalismo e a sociedade competitiva

O regime escravista cai em 1888 pela conjunção da necessidade de haver força de trabalho livre para o Capitalismo em desenvolvimento. Nessa inicial regulamentação da relação Capital-Trabalho os negros foram jogados a própria sorte com o projeto de marginalização programado pelo Estado. Foram-lhes dadas as ruas e encostas, sem o direito de posse de terras e submetidos aos piores trabalhos, visto que o governo optou pela política da imigração europeia e o homem branco como futuro trabalhador brasileiro. Um dos objetivos era o de apagar da história nosso passado de escravidão e obrigar a população negra – quando passaram a ser minimamente integrados à nova ordem – a se submeter às piores condições de trabalho.

As políticas de imigração e a Lei de Terras<sup>5</sup> fizeram com que os ex-escravos se tornassem uma força de trabalho marginalizada, de segunda categoria, servindo como exército industrial de reserva. As oligarquias dos campos e as elites urbanas tiveram, além dos projetos políticos, um esforço ideológico muito grande para assegurar que o negro não fosse capaz de participar essa mudança significativa da ordem social. O negro foi subjugado como força marginalizada, atirado no meio rural e urbano sem acesso a terras, sem direitos básicos garantidos, após todos os anos de escravidão. A condição dos sujeitos negros nos dias de hoje demonstra os efeitos destas políticas de privações e exclusão social. Por outro lado, o trabalhador nacional foi simbolizado a partir de então por imigrantes ou uma população não negra, capaz de “enfrentar” o novo dinamismo da república capitalista brasileira (MOURA, 1994).

O processo de “modernização” da nação Brasileira foi marcado pelo reforço de novos elementos que desenvolveram o pensamento racista até os dias de hoje. Após a libertação dos(as) negros(as) foi adotada a postura de negação do processo de escravidão do Brasil, afirmando que era um elemento do passado, embora muito recente todos os elementos anacrônicos que remontam a esse período foram colocados nas costas dos próprios negros. A pele escura da população negra brasi-

5 A Lei de terras foi uma das principais táticas da oligarquia para manter-se como classe dominante, mudando a forma de acesso a terras da coroa Brasileira, que antes cedia terras por serviços prestados e mantinha a reprodução de um status quo da classe senhorial. Com a lei 601, o Estado Brasileiro passa a vender as terras, tornando-se um grande balcão de negócios da oligarquia agrária. Essa política garantiu um acúmulo de reserva para a importação de imigrantes e acabou com a possibilidade dos escravos conseguirem terras pelas centenas de anos de serviços prestados a coroa (MOURA, 1994).

leira era vista socialmente como o atraso social da República do Brasil, e a ânsia pelo movimento modernista fez com que todo e qualquer elemento que lembrasse o passado escravo do Brasil fosse atacado. Assim, o processo de exploração e subjugação do negro passa a ser um processo mais direcionado, ganhando uma nova roupagem na superestrutura ideológica e racista.

Após 1888 o negro ficou à margem da sociedade, sobrevivendo das formas que conseguia, com uma situação que não permitia nenhuma mobilidade social, com os poucos assalariados em situações de trabalho extremamente precarizados, sobrando ao negro apenas os trabalhos que não eram vistos como um trabalho “digno” pela população branca, restando para o negro na *divisão racial do trabalho* (MOURA, 1988) apenas os empregos braçais, degradantes e exploratórios. Na obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, o sociólogo Florestan Fernandes tenta traduzir essa relação do negro agora disputando território em uma sociedade competitiva que não dava espaço a ele, sendo o surgimento das primeiras comunidades/favelas/periferias dessa época. A marginalidade não se tornou uma opção (FERNANDES, 1965).

Florestan ainda cita:

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o estado, a igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objetivo prepará-los para o novo regime de organização da vida do trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros da economia competitiva (FERNANDES, 1965 p. 29).

Importante destacar, na obra de Florestan Fernandes, os pressupostos necessários na articulação entre sociedade de classes, racismo e o modo de produção colonial e mercantil. Mesmo focalizada em São Paulo a obra garante um entendimento amplo das relações de trabalho na nascente cidade capitalista, urbana e competitiva, podendo articular a relação de trabalho desenvolvido no campo e no meio urbano pós-abolição. Fernandes ainda tece um elemento central desse processo: a utilização da força de trabalho do imigrante como o novo símbolo do trabalhador nacional, em que, inspirado no surto modernista, o Brasil buscou na Europa o símbolo do progresso, ou seja, no branco, os novos valores a serem buscados por uma nação ainda atrasada pelas “manchas negras” da escravidão (FERNANDES, 1965).

Precisou de três décadas para chegar a quatro milhões o número de imigrantes vindos ao Brasil. Para a consciência social dominante, um país só teria sucesso como a Europa se obtivesse o elemento modernizador e preparado para essas mudanças na estrutura

social: o sujeito branco. O Estado optou por esse processo de imigração não só para adequar-se ao dinamismo capitalista, mas para embranquecer uma população majoritariamente negra. A imigração foi divulgada e garantida a partir das reservas financeiras das vendas de terras nacionais e a poupança regional de cada estado. O imigrante que chegou ao país obteve alguns benefícios, desde representantes dispostos a ajudá-los no parlamento, a facilitação do acesso às terras, a obtenção de salários, e ainda se por alguma eventualidade o imigrante não estivesse satisfeito com a sua situação no Brasil, o Estado garantia a volta a seu país de origem ou para outros países da América latina que estavam fazendo o mesmo processo, como a Argentina (MOURA, 1994). Para o negro, como Florestan Fernandes deixou explícito, não houve auxílio nenhum do Estado, de instituições, ou dos seus antigos senhores, nenhuma política de compensação pelos quase quatro séculos de escravidão.

Florestan afirma:

O liberto defrontou com a competição do imigrante europeu que não temia a degradação pelo confronto com o negro e absorveu assim, as melhores oportunidades de trabalho livre e independente (desde as mais modestas funções, como engraxates, vendedor de jornais, transportes de carga ou o comércio de quinquilharias etc.) Quando se acelera o crescimento econômico da cidade, ainda nos fins do século XIX, toda a posição estratégica da economia artesanal e do pequeno comércio urbano eram monopolizadas pelos brancos e serviam como trampolim econômico, o negro ficou a margem do processo (FERNANDES, 1965. p. 33-34).

Florestan ainda afirma que o Estado brasileiro e suas instituições foram indiferentes ao drama da população negra em relação à assimilação destes na sociedade capitalista:

A legislação, os poderes públicos e os círculos politicamente ativos da sociedade se mantiveram indiferente e inertes diante de um drama material e moral que sempre fora claramente reconhecido e previsto, largando-se o negro ao penoso destino que estavam em condições de criar por ele e para ele mesmo (FERNANDES, 1965. p. 52).

Doutro lado, Florestan Fernandes expressa em sua obra uma certa incapacidade do negro a corresponder à estrutura social capitalista competitiva instalada na recente república brasileira:

A recusa de certas tarefas e serviços, a inconstância na frequência ao trabalho, o fascínio por ocupações real ou aparentemente nobilitantes, a tendência a alternar períodos de trabalho regular com fases mais ou menos longas de ócio, a indisciplina agressiva contra o controle direto e a supervisão organizada; a ausência de incentivos para competir individualmente com os colegas e fazer do trabalho assalariado uma fonte de independência econômica, essas e outras “deficiências” do negro e do mulato se entrosavam à



complexa situação humano com que se defrontavam no regime de trabalho livre” (FERNANDES, 1965. p. 47, grifo nosso).

Ainda em Florestan:

“Como ex-agentes do trabalho escravo e do tipo de trabalho manual livre que se praticava na sociedade de castas, o negro e o mulato ingressaram nesse processo com desvantagens insuperáveis. As consequências sociopáticas da desorganização social imperante no meio negro ou da integração deficiente à vida urbana concorreram para agravar o peso destrutivo dessas desvantagens, aniquilando ou corroendo até as disposições individuais mais sólidas e honestas de projetar o “homem de cor” no aproveitamento das oportunidades em questão desse angulo, percebe-se com facilidade como a degradação pela escravidão, a anomia social, a pauperização e a integração deficiente combinam-se entre si para engendrar um padrão de isolamento econômico e social do negro e do mulato que é aberrante em uma sociedade competitiva, aberta e democrática” (FERNANDES, 1965. p. 301-302).

Florestan, nessas duas últimas citações, demonstra um pensamento recorrente dos Cientistas Sociais de sua época: o não entendimento das estruturas raciais de poder relacionado à questão econômica política e ideológica dominante como ponta de lança da situação do negro. Florestan acaba por responsabilizar o próprio negro pela situação a qual foi destinado, além de atenuar, nesta obra em específico, as ações do Estado e suas estruturas para garantir com que o negro ficasse estagnado socialmente. Para além da indiferença, o Estado também agiu de forma pensada e sistemática na tentativa de aniquilar o elemento negro de seu território.

Outra posição recorrente nessas citações é a manutenção de estigmas sociais ainda muito recorrentes sob os(as) negro(as), diga-se, a sua “incapacidade” ao trabalho, ou sua “tendência” a vadiagem ou até mesmo uma “deficiência” crônica em relação a inferioridade social e cultural.

Outra constatação recorrente na obra de Fernandes foi à definição de extrema anomia social da população negra, que impedia a organização política e social do negro, ampliando também as relações mais micros sociais como relacionamentos em grupos, etc. Clóvis Moura e Jacob Gorender divergem dessa análise, demonstrando diversas organizações culturais, religiosas ou grupos de bairro que garantiam uma resistência mínima e necessária contra a espoliação que negro sofria na pós-escravidão. Com isso não ignoro o esforço do sociólogo em apontar e tentar desvelar os principais elementos da relação Capital-Trabalho na nascente república paulistana, mas, mesmo assim, se faz necessário apontar essas posições em sua obra, para uma compreensão mais aprofundada sobre a situação do negro no interior da sociedade de classes.

Busco articular em Clóvis Moura, na obra *Sociologia do Negro Brasileiro* e no artigo *Escravidão, Colonialismo, Imperialismo e Racismo*, uma justificativa desse movimento de marginalidade do Estado em relação ao negro no Brasil.

“Assim, embora a qualificação dos negros para exercerem atividades laborativas na fase pós-abolição não carecesse de comprovação, ao tentarem se reordenar na sociedade capitalista emergente, são, por um processo de peneiramento constante e estrategicamente bem manipulado, considerados como mão de obra não aproveitável e marginalizados” (MOURA, 1988, p. 69).

Ainda em Clóvis Moura:

“O simbolismo assume, assim, neste caso especial, um papel quase decisivo na seleção do trabalhador brasileiro. O que se chamou de borra da escravidão é jogado à periferia do modelo e esse processo violento de marginalização é justificado pela simbologia dominante de que *o bom é o branco*. Junte-se, portanto às limitações estruturais inerentes ao modelo de capitalismo dependente uma simbologia alienadora que coloca o Negro como o elemento negativo da realidade, para se poder compreender o *traumatismo* que o atingirá em seguida. A força desse símbolo bloqueará as possibilidades de mobilidade vertical massiva do negro que fica social e culturalmente congelado” (MOURA, 1983, p. 134).

Clóvis Moura coloca que a situação do negro não foi definida essencialmente por elementos restritivos pelo traumatismo da escravidão, mas pelo movimento pensado pela elite brasileira tendo o Estado como executor da sua vontade. O negro foi colocado na franja marginal da sociedade capitalista, primeiro, pela forma do capitalismo dependente constituído no Brasil, país que compõe a periferia do sistema capitalista, e segundo, pela organização ideológica racista construída no Brasil, tanto pelo escravismo quanto pela legitimação a partir da ciência.

## Racismo à brasileira

Antes de entrar na reprodução do mito da democracia racial é importante retomarmos alguns elementos importantes da construção do racismo científico no mundo, pois ele influencia diretamente o Brasil no pós-abolição. A partir do surgimento do Darwinismo Social nascente na Inglaterra com Herbert Spencer (1870), essa teoria expande-se para as principais potências do mundo, demonstrando o papel da ciência hegemônica deste período. Estas posições dedicaram esforços para criação de teses científicas que afirmassem a superioridade dos brancos como uma “raça” dominante, tornando o negro um sujeito naturalmente inferior, naturalmente marginal, e biologicamente disposto aos trabalhos pesados. Ou seja, sua condição era despida de qualquer racionalidade e humanidade: era



um sujeito colocado como incapaz de lidar com o meio social. Essa teoria afirmava como aberração a miscigenação, pois era vista como uma degeneração racial da qual resultavam sujeitos inférteis e fracos. O Darwinismo Social foi responsável por dar uma roupagem evolucionista às misérias sociais impostas pelo imperialismo e todos os abismos de desigualdade que eram criados com a divisão social entre classes. O negro foi um dos principais objetos desta perspectiva “científica”, mas também outros sujeitos eram incorporados e inferiorizados, todas as formas desviantes do padrão puro, heterossexual, burguês e branco (SCHWARCZ, 1993).

A Eugenia, conceito criado por Francis Galton (1822-1911), significando “bem nascido”, também fruto do Darwinismo Social, tornou-se política de Estado em quase todos os países, na garantia de reproduzir um sujeito moderno e superior (puro). O Brasil importou dos EUA o modelo de aplicação no Estado. Essa política media as capacidades cognitivas a partir do nível de pureza racial, e o surgimento da escola pública no Brasil e das políticas sanitárias da saúde vem com a incorporação dessas posições, no que foi estipulada a separação das turmas “normais” dos sujeitos negros, deficientes ou fora do padrão, afirmando que esses sujeitos não eram capazes de desenvolver o moderno na sociedade, não tinham capacidades cognitivas para isso. Eram utilizadas práticas de antropometria e diversos outros experimentos para medir o grau de negritude e de pureza racial, definindo assim a capacidade dos sujeitos. Essas medidas se estenderam até os anos 1930, garantindo uma reprodução racista na consciência social. Essa reprodução, legitimada pela República Brasileira e associada ao passado recente da escravidão, reforça ainda mais o racismo estrutural. Até os dias de hoje, conseguimos sentir os estigmas acarretados tanto pelo escravismo como pelas políticas eugenistas do Estado moderno. Essa política foi um meio de limpeza social, que posteriormente foi amplamente divulgada pelo próprio Partido Nazista na Alemanha (SCHWARCZ, 1993).

Na década de 1930, com o surgimento do Estado Novo, surge a necessidade de reforçar um espírito nacional e patriótico dentro de concepções políticas, econômicas e culturais, e esse processo levou a positivar o passado escravocrata no Brasil com a intenção de promover e propagandear o país para o restante do globo, principalmente para desenvolver o ideário de um mundo moderno possível nos trópicos. Ao positivar a escravidão, principalmente o fim deste processo, marcado pela ideia da passividade e colaboração do negro, há o objetivo final de atenuar os conflitos raciais no interior do país, pois as medidas defendidas pela eugenia abriam brechas para o surgimento de maior polarização social, processo que levava ao caos racial e social em alguns lugares do mundo como EUA e África do Sul, que constituíam um preconceito de origem racial mais agressivo e com táticas de segregação raciais mais explicitamente violentas (MOURA, 1983).

O mito de democracia racial e a construção do ideário nacional de um país miscigenado garantiram diversos impactos para a população negra brasileira, como a desaficanização dos elementos culturais africanos na cultura do país, a relativização do racismo no Brasil, a miscigenação ganhando espaço no campo ideológico da nação, construindo um ideário de país que aboliu o preconceito racial, colocando

as expressões do racismo e o abismo social entre negros e brancos em um tabu difícil de ser acessado pela grande população. As teses científicas e literárias do Estado-Novo ajudaram na construção de um mito que coloca o negro na mesma posição que o branco, afirmando a não existência de diferenças sociais, econômicas e políticas entre os grupos étnicos (MOURA, 1983).

Clóvis Moura caracteriza esse período da seguinte forma:

“Essa ideologia de dar as costas às origens étnicas do Negro, isto é, a formação de uma sociedade supostamente aberta vem acompanhada do mito da democracia racial e que é um elemento desarticulador da consciência do Negro brasileiro. A chamada democracia racial é o suporte ideológico no qual se assenta uma política discriminatória, racista, de extermínio contra o Negro brasileiro” (MOURA, 1983, p. 127, grifo nosso).

E segue:

“Esse gradiente racial que se formou desarticulando o Negro somente poderá ter funcionalidade a partir de outro conceito manipulado com o mesmo fim: o da existência de uma democracia racial no Brasil. O conceito de democracia racial torna possível criar-se a imagem de que o dinamismo da sociedade brasileira se realiza de tal forma que se os negros estão atualmente na situação em que se encontram é por culpa sua, pois as oportunidades são idênticas para uns e outros. E verdade que ao se colocar o problema de forma extrema como o colocamos, há, sempre, de permeio, como resposta uma verbalização democrática, liberal, que repete o velho slogan de que o que há são simples excessos que podem ser corrigidos, mas, no fundamental, já plantamos a maior democracia racial do mundo. Todos os descompassos entre a realidade e a verbalização, entre o comportamento e a sua explicação simbólica surgem do nosso passado escravista e se revitalizam na base das contradições da sociedade competitiva. Por isto faz-se tudo para que a escravidão seja esquecida e quando lembrada seja romantizada dentro dos valores que dão vigamento ao conceito de democracia racial: o da benignidade da escravidão no Brasil” (MOURA, 1983, p.129).

Portanto, a política do Estado em criar o mito da democracia racial age como elemento desarticulador da consciência social do negro. Além de positivar a escravidão, implantada no Brasil uma ideologia liberal de igualdade de condições, aplicando ao indivíduo a responsabilização pela situação a qual ele se encontra, ignorando as determinações histórico-sociais que os sujeitos negros passaram em todo processo político e econômico relatados até aqui. O racismo científico demonstra o papel do Estado frente a realidade do negro nesse período, supera a análise de indiferença e não ação do Estado, dando agência às ações que até os dias de hoje afetam as comunidades negras dentro e fora dos centros urbanos.

## Conclusão

Levando em consideração os argumentos expostos neste trabalho, torna-se evidente a necessidade de retornarmos aos clássicos da sociologia brasileira. Além dos autores trabalhados nesse ensaio teórico existem diversos outros ensaístas que traduziram muitos elementos substanciais da realidade brasileira. O foco deste trabalho foi a situação do negro no Brasil e a representação deste sujeito nas obras de Florestan Fernandes e Clovis Moura. Com esse trabalho fica evidente alguns dos desafios dos sociólogos em articular não só a literatura já sintetizada pelo pensamento sociológico brasileiro, mas principalmente atualizar e dar continuidade ao dinamismo científico da compreensão do negro no Brasil.

Todo o conjunto das Ciências Sociais ainda comete diversos erros quando pretende estudar o negro no Brasil, desde vícios eurocêtricos que articulam a realidade do negro, seus traços culturais e de grupo, olhando como exótico e externo a não associação deste sujeito com todo dinamismo econômico, político, cultural e histórico brasileiro, tornando-o um objeto morto, estático, dissecado parte por parte, sem articular os elementos vivos contidos em toda realidade social sentida pela população negra.

“As explicações que partem de uma pretensa benignidade da escravidão passando pela cordialidade inata do brasileiro procuram setorizar, por isto mesmo, a escravidão no Brasil. Desta forma, teríamos uma escravidão patriarcal no Nordeste, uma escravidão adoçada pelo catolicismo em Minas Gerais e uma escravidão capitalista dos barões do café em São Paulo. Cada uma com nuances diferentes; todas, porém com o mesmo ethos democrático e dionisíaco, capaz de fazer com que os senhores e os escravos se identificassem empaticamente nas relações primárias, especialmente através das relações sexuais entre senhor e escrava. Esses fatos adoçariam as relações escravistas no Brasil. Tais posições ideológicas, de diversos níveis, servem apenas para criar um verniz democrático naquilo que foi a mais despótica forma de exploração do trabalho humano, pois todo o sobreproduto produzido pelo escravo era propriedade do senhor. Arredondar os ângulos agudos da escravidão no Brasil fazê-la diferente do que ela foi ao resto do mundo desde que apareceu como forma de trabalho, foram à tarefa de centenas de sociólogos, historiadores, cientistas políticos, psicólogos e demais intelectuais racionalizadores da nossa escravidão” (MOURA, 1983. pg. 131).

Defendo com esse texto o retorno a uma sociologia crítica articulada com a interpretação e modificação dos problemas sociais brasileiros, a fim de contribuir não só com a produção de estudos responsáveis com a realidade do Brasil e o pensamento social, mas também a criação de propostas para os diversos problemas sociais do país. Um desses problemas foi evidenciado nesse trabalho: a questão racial articulada a análise do sistema de exploração, que nos ajuda a entender alguns destes elementos.

Dos senhores de escravos aos burgueses, a ordem capitalista demonstra não só a sua incapacidade de construção de um projeto que supere a ordem racista, como também reforça até os dias de hoje o projeto de aniquilação da população negra. Centenas e milhares de negros mortos por ano que nem nomes recebem, pois são reduzidos a estatísticas. O Mapa da Violência de 2014, com dados oficiais do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde, revela-se que cerca de 30 mil jovens entre 15 a 29 anos são assassinados por ano no Brasil, 77% dos quais são negros. São mais de 60 pessoas por dia, mais de um a cada 20 minutos.

O quadro da situação racial no Brasil não é dos melhores, com todas as medidas construídas para mascarar a guerra racial que existe no interior do país, tanto pelo mito da “democracia racial”, como pelos séculos de massacre e barbárie escravocrata, as atenuações burguesas e liberais em mascarar a realidade social para a maioria da população. Essas práticas garantem a estagnação da população negra, a manutenção da divisão racial do trabalho, em que os negros ocupam os piores cargos de emprego, a marginalidade e os bloqueios sociais, assim como todas as misérias reproduzidas pelos estigmas e pelo racismo velado, simbólico, violento, que mata, inferioriza e cria traumas enraizados até hoje nos indivíduos negros.

Por fim, acredito que esforços dentro das Ciências Sociais ainda são essenciais para colaborar com um processo de entendimento e disputa de algumas interpretações do meio social. A articulação destes elementos sociais da realidade brasileira ajuda a situar nosso olhar e o olhar dos nossos leitores para a compreensão analítica deste quadro político, econômico, social e cultural da realidade histórica dos sujeitos negros.

## Referências

- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: USP, 1965.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975
- MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita. 1994.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática. 1988 .
- MOURA, Clóvis. **Escravidão, Colonialismo, Imperialismo e Racismo**. São Paulo: IBEA. 1983.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2013.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

## GILBERTO FREYRE, FLORESTAN FERNANDES, PETER FRY E ANTÔNIO SÉRGIO GUIMARÃES: o debate racial no Brasil, ontem e hoje

Daniel S. Stack

Para a construção deste ensaio teórico analisou-se as obras de Gilberto Freyre(1933)<sup>1</sup>, Florestan Fernandes(1965)<sup>2</sup>, Antônio Sérgio Guimarães(2002)<sup>3</sup> e Peter Fry(2005)<sup>4</sup>. Cabe destacar que:

O ensaio teórico consiste em exposição lógica e reflexiva e em argumentação rigorosa com alto nível de interpretação e julgamento pessoal. No ensaio há maior liberdade por parte do autor, no sentido de defender determinada posição sem que tenha de se apoiar no rigoroso e objetivo aparato de documentação empírica e bibliográfica, sem dispensar o rigor lógico e a coerência de argumentação e por isso mesmo exige grande informação cultural e muita maturidade intelectual (Severino, 2014, p. 128-129).

O objetivo é compreender as diferentes visões dos autores sobre o racismo no Brasil. A obra *Casa grande e Senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* de 1933 discute a organização social no período colonial, é tomada como marco histórico e Freyre é o autor que corrobora com o conceito de “democracia racial”. Em contraponto, a obra *A integração do negro na sociedade de classes* de 1965 do sociólogo Florestan Fernandes discute a inserção do negro no capitalismo, os desafios e o espaço em que o negro se inseriu economicamente. No terceiro capítulo dessa obra “Heteronomia racial na sociedade de classes” aborda-se o que chama

1 A primeira versão foi publicada em 1933. Em nosso trabalho consultamos a 48ª edição publicada em 2003.

2 A primeira versão foi publicada em 1965. Em nosso trabalho consultamos a 5ª edição publicada em 2008.

3 A primeira versão foi publicada em 2002. Em nosso trabalho consultamos a 2ª edição publicada em 2012.

4 A primeira versão foi publicada em 2005. Em nosso trabalho consultamos a 1ª edição publicada em 2005.

de “mito da democracia racial”. Para fortalecer a análise, utilizo as obras *A persistência da raça: Ensaio antropológico sobre o Brasil e a África Austral* de 2005 do antropólogo Peter Fry e *Classes, raças e democracia* de 2002 do sociólogo Antônio Sérgio Guimarães. Ambos os autores comentam Gilberto Freyre e Florestan Fernandes e trazem discussões sobre a política de cotas adotadas pelo Estado brasileiro.

Este ensaio teórico compara as definições dos autores sobre o conceito de democracia racial, buscando entender como cada autor o classifica. Contrapõe suas perspectivas sobre a questão racial no Brasil, dessa forma, trazendo contribuições no entendimento dos argumentos dos autores em suas obras. Como pesquisa exploratória proponho análise da adesão das cotas raciais como ação afirmativa, aplicando as reflexões discutidas ao longo deste ensaio.

### A Democracia Racial, ontem e hoje

Gilberto Freyre pode ser considerado o precursor da ideia de democracia racial, sua obra *Casa Grande & Senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* se debruçava a analisar a formação da sociedade brasileira, o papel do colonizador, do negro e do indígena. Gilberto Freyre afirma que a cultura brasileira é híbrida, uma mistura harmoniosa entre os povos que construíram o Brasil, de um lado apresentava uma visão progressista sobre a miscigenação fugindo da preocupação da elite, que empenhava-se em branquear a população. Freyre via a miscigenação como salvação, mas em sua obra podemos observar valores conservadores sobre o papel do negro e do indígena, uma visão típica de senhor da casa-grande com pressupostos que beiram o biologismo, como em sua perspectiva, sendo da raça (negros) a inércia e a indolência.

Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo – há muita gente de jenipapo e mancha mongólica no Brasil – a sombra, ou pelo menos a pinta do indígena e do negro. No litoral, do Maranhão ao Rio Grande do Sul, e em Minas Gerais, principalmente do negro. A influência direta, ou vaga e remota, do africano. Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolegando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho de pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama de vento, a sensação completa de homem (Freyre, 2003, p.301).

Embora Freyre traga essa inovação ao fazer a análise da miscigenação, com lembranças de infância, de uma forma lírica, há uma delimitação do papel do negro em seus escritos. A expressão “todo brasileiro” refere-se apenas uma parte da população, a elite branca compostas por homens, que veem no negro subserviência, seja na ama de leite que amamenta, na velha preta que conta história e na mulata que inicia a sexualidade do homem (branco). Os papéis sociais atribuídos às mulheres principalmente negras e indígenas demarcam a obra. São associadas a uma passividade ao colonizador que chega ao Brasil. Essas mulheres indígenas por “qualquer bugiganga e caco de espelho estavam se entregando, de pernas abertas, aos ‘caraíbas’ gulosos de mulher” (Freyre, 2003, p. 35).

O europeu saltava em terra escorregando em índias nuas; os próprios padres da companhia precisavam descer com cuidado, se não atolavam o pé em carne. Muitos clérigos, dos outros, deixaram-se contaminar pela devassidão. As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou caco de espelho (Freyre, 2003 p. 80).

Freyre colabora com a construção de uma mentalidade de que no Brasil as relações raciais aconteceram harmoniosamente, dificultando discussões sobre racismo que permeiam nossa sociedade atualmente.

Quanto à miscibilidade, nenhum povo colonizador, dos modernos, excedeu e sequer igualou nesse ponto aos portugueses. Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo no primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que em milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com povos grandes e numerosos na extensão de domínio colonial e na eficácia da ação colonizadora (Freyre, 2003, p. 35).

O discurso de miscibilidade e do “português bonzinho” foi introjetado em toda a população, os Estados Unidos foram marcados por duros conflitos raciais e segregação. Já o Brasil apresenta uma configuração própria do que diversos autores chamam de racismo à brasileira (Fernandes, 2008; Guimarães, 2008). Devido ao período pós-escravidão não ser marcado por segregação racial explícita, Gilberto Freyre compreende então que existe um sucesso na miscigenação, ao mesmo tempo, que ignora outras formas de segregação com os negros, que acabaram se fixando nas periferias, longe dos centros urbanos sem acesso a saneamento básico, energia elétrica, melhores condições de trabalho etc.

Por carregarmos traços genéticos e culturais de nossos antepassados, há uma incapacidade de identificar um sujeito que demonstra uma pureza racial, tendo todos os traços de alma ou corpo, mesmo o loiro, do Rio Grande ao litoral do Maranhão como Freyre destaca. Cria-se então uma ideia de igualdade racial que não havia surgido, esse ideário não consegue explicar as desigualdades firmadas

entre uma elite majoritariamente branca e a periferia majoritariamente negra, a mercê das hierarquias raciais.

Peter Fry, antropólogo, afirma que a obra de Freyre prega um intercâmbio cultural entre gene e cultura, que seria um equilíbrio entre elites, ciência, técnica, fazendo menção ao pensamento adiantado da Europa, razões que aos poucos construíram a imagem de um Brasil sem violência racial (Fry, 2005). Peter Fry reuniu algumas pesquisas que abordaram o tema racial. No Rio de Janeiro em 1996 foram entrevistados diversos trabalhadores brancos e 68,2% dos entrevistados concordavam que negros sofrem mais rigores das leis, no entanto, os cidadãos adotam o ideal de democracia racial e admitem não ter nenhum preconceito. A omissão e o temor em abordar o preconceito racial são explícitos na fala de um entrevistado “Nós brasileiros temos preconceitos contra ter preconceito”, a própria definição de preconceito racial é no senso comum associada somente a agressão física e verbal direta, e não a estigmatização e associação do negro ao crime, à sujeira, malandragem etc.

A manutenção das hierarquias de poder, se deu por negar o contexto racial pós-escravidão através das elites, temerosas de perder seus privilégios patrimonialistas, preferindo analisar o Brasil como um *continuum* de cores incapaz de ser reconhecido como discriminatório (Fry, 2005). Para reconhecer a desigualdade racial teria que afirmar a existência de duas raças, não em contexto biológico, mas em contexto social, o que ocorreu em 1988 colocando o racismo como crime inafiançável. Em 2001, na terceira Conferência Mundial das Nações Unidas de combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, realizada em Durban, onde o Brasil reconhece dívidas históricas e se propõe a desenvolver ações afirmativas e mais recentemente em 2014 com o reconhecimento do racismo institucional, o Estado só veio a se posicionar frente às desigualdades raciais em 2001 mais de cem anos após a escravidão.

As medidas pós-Durban, propondo ações afirmativas em prol da “população negra”, rompem não só com o a-racismo e o anti-racismo tradicionais, mas também com a forte ideologia que define o Brasil como país da mistura, e, como preferia Gilberto Freyre, do hibridismo. Ações afirmativas implicam evidentemente, imaginar o Brasil composto não de infinitas misturas, mas de grupos estanques: os que têm e os que não têm direito à ação afirmativa, no caso em questão, “negros” e “brancos”... (Fry, 2005, p. 304).

Fry se opõe às cotas raciais na universidade, principalmente, porque acredita que as cotas causam uma cisão da harmonia racial (que nunca existiu). A sua visão de democracia racial se assemelha a concepção de uma mentalidade que produz o racismo, dessa forma as cotas instrumentalizariam o racismo e serviriam para dividir a sociedade entre dois grupos, negros e brancos.

## A Crítica ao Racismo, ontem e hoje



Após a abolição da escravidão, o negro estava livre, mas não livre de estigmas que o envolviam, a sociedade ainda apresentava a mesma mentalidade racista que o associava a malandragem, indolência e preguiça. Florestan Fernandes diz que os ex-escravos tinham de optar entre a reabsorção no sistema de produção, em condições análogas às anteriores, e a degradação de sua situação econômica, incorporando-se a massa de desocupados da economia de subsistência (Fernandes, 2008). O papel do negro não havia mudado, os estratos sociais eram geridos por e para uma elite branca.

Em sua perspectiva a desconstrução de uma mentalidade racista não é revertida sem uma ação social. Para reverter esse quadro diversos países apostaram em políticas públicas para reparação histórica e social com os povos escravizados, sendo o Brasil o último país a adotar tais medidas (Guimarães, 2012).

O que não se coloca em jogo é: se o negro e o mulato reagiram de “modo passivo” e “com indiferença” aos acontecimentos históricos. Coloca-se em jogo se a elite branca não agiu ativamente para combater os efeitos da escravidão. Foi liberto o negro, mas inserido em uma economia racista, que não reconhecia seu racismo, acreditava em uma democracia racial e harmonia entre raças. Esse pensamento é incompatível com dados levantados por Florestan, de donos brancos empregando somente trabalhadores brancos, e o negro não conseguindo se acomodar em posição igual no mercado perante os portugueses e imigrantes. As relações raciais foram herdadas e a abolição o projetou (ex-escravos) no seio da plebe, sem livrá-los dos efeitos diretos e indiretos dessa classificação (Fernandes, 2008, p.301).

Não se esboçou nenhuma resistência aberta consciente e organizada que colocasse negros, brancos e mulatos em posições antagônicas e de luta. Ao mesmo tempo que o “branco” não se via impelido a competir, a concorrer e a lutar com o negro este propondo a aceitar passivamente a continuidade dos antigos padrões de acomodação racial (Fernandes, 2008, p.305).

O branco não identificava no negro um sujeito a ocupar o mesmo espaço, já que não o via como rival, e o negro também não se via como sujeito capacitado a ocupar o espaço da branquitude, o que Florestan denomina de “não adestramento” a livre competição, algo que ele determina quase como patológico, uma “acefalização insuperável” (Fernandes, 2008, p. 308). Referindo-se a produção de uma mentalidade estigmatizante ao negro que se vê outsider da sociedade de classes, a discriminação tem herança a escravidão e dificuldades que os negros enfrentaram para adaptar-se ao capitalismo (Guimarães, 2012; Fernandes, 2008).

Ao contrário de Fry, Antônio Sérgio Guimarães vê a democracia racial como um sistema alicerçado no senso comum com orientação prática que estimula comportamento racista e aversão às discussões raciais nos indivíduos, de modo que as violências sofridas por negros não poderiam ser atribuídas às práticas de racismo.

Por um lado, temos um autor que reconhece o preconceito racial e atribui apenas a mentalidade pós-escravista que se dissocia do racismo. Por outro lado, temos um

autor que identifica o racismo e os aparelhos sociais que violentam negros e disseminam a democracia racial.

Eu tendo ao contrário, a analisar a “democracia racial” brasileira como uma ideologia historicamente datada, materializada em práticas sociais, em políticas estatais e em discursos literários e artísticos. Tal ideologia reinou sem grande contestação, grosso modo, dos anos 1930 aos 1970, e apenas a partir daí passou a ser crescentemente afrontada, submetendo-se a reformas que a descaracterizam (Guimarães, 2012, p. 55).

O reconhecimento do racismo brasileiro coloca a instabilidade no conforto da branquitude frente à discriminação racial, esta se encontra em um estado de comatose. Há duas inconsistências no pensamento de Freyre que é observado socialmente, ocorre uma plena aceitação da miscigenação e valorização de aspectos que considera como harmonia em sua obra em sua obra, porém há um estrito papel ao que o negro pode ocupar, que seria estamentos e trabalhos inferiores (Fernandes, 2008; Guimarães, 2012).

Comumente observamos essas configurações sociais, o negro é o trabalhador doméstico, que mora com a família branca, que o vê bem e o ama, trata como se fosse “membro da família”, mas não o permite usufruir dos mesmos direitos que o restante. Na mulata que é hiperssexualizada, mas não é apresentada para a família branca e tem seus traços negróides desqualificados frente ao padrão de beleza hegemônico. No negro que entra no shopping e toda a segurança se volta para ele. E na visão freyriana da ama de leite, da velha que conta história de fantasma e na mulata que inicia a sexualidade, todos em papel de servidão, desconfiança e submissão.

Esse pensamento forçoso de “harmonização de raças”, dificultou por muito tempo a formação de um movimento negro, a democracia racial coloca todos em uma posição de partilha de cultura, de hibridismo, sendo uma ideologia confortável frente aos problemas levantados por Fernandes e Guimarães.

Há a existência de um padrão de comportamento universal engendrado para a branquitude, o sujeito que difere desse padrão está fora do mercado, mas não pode atribuir à discriminação racial, Antônio Sérgio define dois tipos de “negro”:

Pode-se dizer, baseado na literatura dos anos 1950 e 1960, que havia dois tipos de “negro”: o que acreditava na “democracia racial”, e seja “embranquecido” ou racialmente “alienado”, e o negro consciente de sua cor e de sua discriminação, que Bastide e Fernandes chamaram de o “novo negro” (Guimarães, 2012, p. 86).

Em *Classes, Raça e Democracia*, Sérgio Guimarães assinala a fala de Guerreiro Ramos que coloca o negro como o povo brasileiro, a negritude como identidade nacional, a partir da construção de uma identidade negra, um pertencimento dos sujeitos que gerou engajamento e luta política contra o racismo. Guimarães crítica a associação de Florestan e dos marxistas da época que relacionavam a superação do racismo a



fundamentos socioeconômicos, como uma revolução burguesa. O negro foi inserido, na sociedade de classes mas em trabalhos precários e tidos como inferiores, como aponta Florestan. Porém a superação do capitalismo ou uma revolução proletária não dão conta de desarmar todo o aparelhamento racial que os indivíduos possuem e que constroem a mentalidade de não racismo.

## O Debate das Cotas

Com os encaminhamentos da Conferência da ONU em Durban (2001), citada anteriormente, o Brasil se reconheceu como um país racista e, medidas deveriam ser tomadas para garantir uma reparação histórica para com os negros. Assim, foi desenvolvido o processo de cotas raciais para o ensino superior, essa medida gerou grandes conflitos e confusão com os sujeitos que estavam apegados ao ideal de democracia racial. Sérgio Guimarães pontua que a elite branca se vê formada por mérito intelectual e não aceita outros critérios para o ingresso na universidade que não fosse o vestibular, o mesmo aconteceu com as políticas de cotas, a democracia racial permite-se fundir com ideais de meritocracia, afirmando que todos estamos no mesmo nível de competição e podemos exercer qualquer função social a partir do esforço, ideário que ignora todo o patrimonialismo ao longo da história.

A constituição diz que todos são iguais perante a lei (escreve João Carlos Rodrigues), portanto são ilegais a aposentadoria feminina com cinco anos menos que a dos homens; a preferência pelos idosos em ações na Justiça e as cotas raciais no ensino e no serviço público. Creio que basta uma interpelação do STF para derrubar tudo isso. Melhor oportunidade para todos, e não apenas para alguns, num ano eleitoral (O Globo, carta dos leitores, 15/05/2002, trecho retirado de A persistência da raça (Fry, 2005, p. 307).

A intervenção do Estado com a política de cotas foi recebida a grande parte dos brasileiros como uma tentativa de segregação racial, os discursos mobilizados trazem a ideia de imposição de uma ideologia internacional que não cabe a refletir no Brasil, a “tentativa” de encaixar o Brasil em moldes raciais segregacionais, mesmo as pesquisas da época mostrando que menos de três por cento dos alunos de universidade pública eram negros e mulatos e a linha da pobreza brasileira em 1996 mostrava o grupo inferior composto por negros e mulatos e a elite predominantemente branca (Guimarães, 2012). Um conturbado debate entre classe e raça surgiu, agora não somente da elite, mas também de grande maioria dos indivíduos brancos independente da camada social a qual faziam parte. Querer tornar o acesso de negros a universidade pública foi interpretado como racismo, mas também como injustiça para outros cidadãos pobres, mas brancos, é nesse argumento que Fry se opõe às cotas raciais, justificando que se deve existir cotas deve ser para a camada mais pobre da população independente de cor.

O problema consiste no fato de que a qualidade do ensino público e gratuito deteriorou-se a tal ponto que apenas aqueles que podem pagar colégios privados têm condições de ingressar na universidade pública gratuita. Não apenas os jovens mais pobres não têm acesso à universidade, como grande parte dos jovens negros melhor aquinhoados pela fortuna, mas que não frequentam colégios de elite, tem que pagar pelos estudos universitários. Assim, o mercado e o governo discriminam duplamente o negro: primeiro, oferecem mais chances de qualificação para os estudantes oriundos de colégios privados; segundo, qualificam melhor os universitários da rede pública. (Guimarães, 2012, p.75).

Já as ocupações menos qualificadas no mercado de trabalho são exatamente as ocupadas por negros pobres de escolaridade média, observamos também que os pontos de trabalhos não qualificados nos centros, mas que apresentam melhores condições também não podem ser ocupados por negros, pois a concentração em áreas periféricas dificulta o acesso e a “livre competição” a esses cargos. Como frisa Antônio Sérgio, de um lado, os bairros pobres são estigmatizados pela violência, pela sujeira, pela desonestidade. De outro lado, os bairros mais afluentes oferecem mais oportunidades de emprego (ibidem, 2012, p.75). Portanto a medida de criação de cotas raciais é justa e foi o mecanismo que possibilitou o aumento de 12,8% de alunos negros e mulatos no ensino superior (IBGE, 2015).

## Considerações Finais

Fica nítido observar que Freyre não identifica racismo no Brasil, partindo do pressuposto de harmonia entre raças através da miscigenação, porém o mesmo atribui papéis inferiores ao negro, pois sua visão parte da casa grande.

Fry compreende a existência do racismo brasileiro, porém o racismo não aconteceu da mesma forma que nos Estados Unidos, portanto, as cotas em sua visão reforçariam o preconceito, dividindo a sociedade em brancos e negros.

Florestan fala sobre a integração do negro na sociedade de classes e o aparelhamento racial que os indivíduos possuem independente da classe, a construção do discurso de democracia racial que nunca deixou de mobilizar os indivíduos, para ele a miscigenação não atenua o preconceito.

Antônio Sérgio Guimarães tem uma análise complexa do racismo brasileiro ele identifica a dupla estigmatização que o negro tem, pela sua cor e por ser pobre. Entende que a miscigenação surgiu da dominação e violência dos homens brancos com as mulheres negras e indígenas. Adotar o ideal de democracia racial em sua perspectiva é para negar o racismo que se materializa na vida de negros, adotar as cotas raciais é um passo para a reparação histórica.

## Referências

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes** – v.1. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

FRY, P. **A persistência da raça: Ensaio antropológico sobre o Brasil e a África austral**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GUIMARÃES, A. S. **Classes, Raça e Democracia**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

MELLO, L. G. **Da crítica à prática: tensões entre reconhecimento e democracia racial na política de cotas da Ufrgs**. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2QruASs>. Acesso em: 13 set. 2018.

MELO, A. C. **Os mundos misturados de Gilberto Freyre**. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2CU3W29>. Acesso em: 13 set. 2018.

MUNANGA, K. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas**. 2001. Disponível em: <https://bit.ly/2x8i1nj>. Acesso em: 13 set. 2018.

SACCHET, T. **Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas**. Rev. Estud. Fem. [online]. 2012, vol.20, n.2, pp.399-431. Disponível em: <https://bit.ly/2NbeMp9>. Acesso em: 13 set. 2018.

SEVERINO, A. J. **Metodologia para o trabalho científico**. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

SILVA, S. R.; NEGRAO, M. **Normatividade, políticas públicas educacionais e a questão racial no Brasil**. Rev. Bras. Estud. Pedagog. [online]. v. 93, n. 235, p.864-882, 2012. ISSN: 2176-6681. Disponível em: <https://bit.ly/2xe1YUa>. Acesso em: 13 set. 2018.

TAVOLARO, S. B. F. **Imagens de uma Outra Modernidade: Gilberto Freyre e o espaço-tempo latino-americano**. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2p2tgcm>. Acesso em: 13 set. 2018.



**CLASSE**  
E INTERSECCIONALIDADES

## **RUY MAURO MARINI E A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO:**

um levantamento das teses e dissertações no  
período janeiro/2008 - dezembro/2018

*Mayco L. da Silva*

O presente trabalho busca compreender, através de uma pesquisa bibliográfica, a relevância atual do estudo e da utilização da Teoria Marxista da Dependência e do pensamento de Ruy Mauro Marini, principalmente, pelas Ciências Sociais, na análise e compreensão da sociedade latinoamericana, e mais especificamente, brasileira.

Para isso, inicialmente, com base no estudo das obras clássicas da Teoria Marxista da Dependência, iremos apresentar de forma introdutória o pensamento de Marini e a Teoria Marxista da Dependência; situando-os no tempo e no espaço em que foram produzidos. Em seguida, será exposto um levantamento realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES para identificar os trabalhos que se utilizam da TMD e/ou de Marini no período que vai de janeiro de 2008 a dezembro de 2018. Por fim, discutiremos a atualidade e a relevância da TMD nas Ciências Sociais a partir das contribuições dos recentes trabalhos localizados nessa corrente do pensamento social e econômico brasileiro e latinoamericano.

A importância de tal trabalho consiste, do ponto de vista científico, em organizar e sintetizar os principais temas e debates travados na Teoria Marxista da Dependência contemporânea e com influência de Ruy Mauro Marini, para que assim se possa identificar sua atual relevância e possibilidades de pesquisa à serem exploradas e também preservar o legado de Marini nas Ciências Sociais. Do ponto de vista social, ao realizar uma síntese dos debates da TMD estaremos contribuindo para a sua permanência e até mesmo expansão no meio acadêmico e nas organizações sociais; entendendo que tal teoria procura identificar as características particulares de sociedades dependentes e os problemas sociais causados por essa dependência; buscando orientar uma ação política e social para a superação de tais problemas sociais através de uma intervenção na sociedade.

## A Teoria Marxista da Dependência e o pensamento de Ruy Mauro Marini

A TMD tem sua gênese em uma organização política da esquerda brasileira, a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária, e também na Universidade de Brasília (UnB); mas foi no Centro de Estudos Socio-Econômicos da Universidade do Chile (CESO) e, posteriormente, na UNAM (México) onde ocorreram suas principais elaborações e onde ganhou força. A TMD não apenas reinterpretou o desenvolvimento capitalista na periferia do sistema, como também tem seu papel de destaque na compreensão do capitalismo enquanto sistema mundial (Martins & Filgueiras, 2018).

A Teoria Marxista da Dependência é uma teoria que tem origem nos anos 60 a partir do desenvolvimento de uma independência do pensamento latino-americano, crítico à tradição eurocêntrica e ao debate latino-americano sobre o subdesenvolvimento. A teoria surge buscando fazer uma interpretação do desenvolvimento socioeconômico dos países da América Latina que passavam pelo processo de industrialização, acreditando que estes apresentavam características particulares. A teoria, cujo próprio nome indica, possui uma profunda influência marxista; influência que, para além de uma transposição mecânica do marxismo para análise da sociedade latinoamericana, desenvolve uma análise original e crítica da formação e do desenvolvimento econômico e social latinoamericano.

A interpretação proposta pela TMD era contrária a tese principal, de que orientava variadas ações políticas, defendida naquele momento pelos Partidos Comunistas, pela CEPAL e pelo ISEB, entre outros grupos e intelectuais, de que o subdesenvolvimento era a fase inicial do desenvolvimento, marcada pela insuficiência deste e que deveria ser alcançado um padrão de desenvolvimento nas periferias que fosse semelhante ao padrão europeu; tal processo de modernização teria como principal agente a burguesia nacional (Martins & Filgueiras, 2018). O desenvolvimento e o subdesenvolvimento passaram então a serem vistos como resultado de um mesmo processo de desenvolvimento do capitalismo em nível mundial; em que se apontavam as limitações do desenvolvimento das burguesias e do capital nacional, pois esse já surge com a economia mundial consolidada e hegemônica por burguesias imperialistas.

Quatro pontos centrais que os vários componentes da escola da dependência defendem: i) O subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados; ii) O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal; iii) O subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista; iv) A dependência, não é só um fenômeno externo mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna (social, ideológica e política). (Santos, 2000, p. 19).

Os teóricos da Teoria Marxista da Dependência (TMD), ao analisar a América Latina, vão identificar que essa surge como uma economia mercantil voltada ao desenvolvi-

mento do capital comercial e bancário europeu; o que tornou possível o surgimento da grande indústria na Europa. Surge, portanto, uma economia que já nasce com sua produção voltada ao mercado externo, e não a capacidade interna de consumo. Negam, desse modo, as análises que identificam períodos feudais na América Latina. Pontuam que as relações servis e escravistas, que foram desenvolvidas por aqui, fizeram parte de um projeto colonial organizado pelo capital mercantil financeiro em processo de acumulação primitiva na Europa. Os países latino-americanos passaram a produzir e exportar bens primários, e importar produtos manufaturados.

“[...] é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida”. (Marini, 2011, p. 134)

Marini (2011) nos mostra a forma como a partir de uma produção voltada ao mercado externo e, portanto uma separação entre produção (interna) e circulação (externa), o consumo dos trabalhadores brasileiros não interfere na realização do produto; isto é, o ciclo do capital se realiza sem a necessidade da participação dos trabalhadores brasileiros no consumo da mercadoria produzida, assim se efetivando a separação da produção e da circulação. É para o mercado mundial que está voltada à produção nas economias latino-americanas. A consequência deste processo é uma maior exploração dos trabalhadores sem a necessidade de preocupar-se com a reprodução da força de trabalho.

O surgimento da indústria moderna, conforme aponta Marini (2011), teria encontrado grandes dificuldades se este tivesse que se realizar restrito a uma nação. O desenvolvimento industrial necessita de uma grande disponibilidade/oferta de produtos agrícolas para que parte da sociedade se dedique à produção industrial. Se não houvesse uma oferta de produtos agrícolas externas à Europa, dificilmente seria possível o desenvolvimento de uma indústria europeia tão forte. Com o crescimento da indústria e o aumento da produtividade, a América Latina, além de desempenhar a função de criar uma oferta mundial de alimentos, também passará a contribuir para a formação de um mercado de matérias primas industriais.

O desenvolvimento de uma produção voltada ao mercado externo não permitiu à América Latina mais do que, nas palavras de Marini (2011), uma indústria “débil”; essa só se “desenvolvia” e/ou “ampliava” conforme fatores externos que dificultassem o acesso das camadas altas de consumo para o comércio de importação. É nesses períodos que podemos notar uma aceleração do processo de crescimento industrial e uma mudança qualitativa no capitalismo dependente; tais mudanças ocorrem sempre, conforme Marini (2011), em “função das exigências de mercado procedentes de países avançados”.



Os debates sobre feudalismo e a transição para o capitalismo através de revolução burguesa tomaram boa parte das discussões da primeira metade do século XX; como nos mostra Santos (2000). Identificar o caráter da burguesia nacional e o seu papel era uma das importantes tarefas do período para o pensamento social latinoamericano. Após os anos 30, começou um processo expansivo do ciclo econômico que exigia a industrialização dos países dependentes e coloniais; tal expansão, além da industrialização desses países, foi diretamente relacionada com a expansão do capital internacional e com a revolução científica-tecnológica em países já industrializados. A TMD buscou compreender essa modernização para identificar os limites dela diante do imperialismo que se colocava através da expansão de multinacionais para o setor industrial de países dependentes.

O sonho progressista de autonomia nacional e de desenvolvimento de uma indústria avançada, o dito sonho nacional-democrático, desenvolvido por setores da burguesia brasileira, por parte dos intelectuais e mesmo alimentado por uma parcela do proletariado brasileiro; foi violentamente rompido com o golpe militar de 1964 conforme aponta Santos (2000). O golpe colocou o Brasil no caminho do desenvolvimento dependente, apoiado pela financeirização do capital internacional, se ajustando às necessidades do imperialismo.

Com a revolução técnico-científica nas economias do centro do sistema capitalista, estes passaram a se especializar em tecnologia de ponta; e com a industrialização das economias dependentes, esta passou por um processo de crescimento da exportação industrial. Porém, para Marini (2011) e para a TMD como um todo, isto não significa a entrada dos países da América Latina no campo dos países industriais desenvolvidos; pois essa passagem se deu pelo desenvolvimento das economias centrais para o investimento em tecnologia de ponta enquanto nas economias dependentes se concentraram as indústrias já obsoletas e/ou poluentes.

Marini (2011) aponta ainda que conforme ocorre o desenvolvimento do setor de bens de capital nas economias centrais, surge a necessidade de impulsionar na América Latina o avanço do processo de industrialização para criar nesse o mercado para sua indústria pesada: as importações passam de bens de consumo para a importações de bens de capital (equipamento e maquinários obsoletos) para a produção nacional de bens de consumo. É nesse período que a importação de capital estrangeiro sob a forma de financiamento para o desenvolvimento da indústria cresce.

A industrialização latinoamericana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo marco são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial... sendo reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançadas... e o monopólio da tecnologia correspondente. (Marini, 2011, p.167)

Além do mais, Santos (2000) nos mostra que, o processo de automação que passou a ocorrer a partir dos anos 80 fez com que se diminuísse o número de empregados na indústria. Se por um lado, nas economias regidas pelo sistema técnico-científica, essa queda do número de trabalhadores na indústria foi acompanhada por

um processo de abertura de empregos em outras áreas ligadas à produção científica, tecnológica e cultural; na América Latina tivemos um crescimento econômico que não foi acompanhado pelo emprego em outras atividades.

Conforme nos mostra Marini (2011), o aumento da produtividade do trabalho gerado pelo desenvolvimento das forças produtivas permite aos países centrais do sistema capitalista uma vantagem na concorrência por preços no mercado, devido a um valor de produção abaixo da média social. Isso faz com que os países em desvantagem tenham que ceder parte do valor que produzem para atingir o preço de mercado. Essa troca desigual coloca para os países de economia dependente a necessidade de compensar a perda de valor devido a produtividade em relação a um mercado internacional com uma maior exploração do trabalhador no processo produtivo. Essa maior exploração se dá a partir de três medidas: intensificação do trabalho, prolongação da jornada de trabalho e expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho. Esses três mecanismos de exploração caracterizam uma superexploração do trabalho; isto é, o trabalho é remunerado abaixo de seu valor.

...as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador. (Marini, 2011, p. 146).

A forma como apontamos o desenvolvimento dos acontecimentos até aqui parece tornar explícito o que aponta a teoria marxista da dependência: conforme o desenvolvimento dependente ocorre associado ao capital internacional; ocorre também a tendência à exclusão social e a desigualdade social: dependente, concentrador e excludente. Essas seriam as três características básicas de tal desenvolvimento dependente. O modo de produção capitalista, ao desenvolver-se, não suprime a exploração do trabalhador, mas sim acentua o grau desta exploração. Vale ressaltar ainda que, a superexploração não representa uma forma primitiva ou uma fase inicial do sistema capitalista. A economia dependente e a superexploração do trabalho são uma condição necessária ao capitalismo mundial.

## Teoria Marxista da Dependência no Brasil Contemporâneo

Para compreender a atualidade da Teoria Marxista da Dependência e do pensamento de Ruy Mauro Marini no Brasil contemporâneo, partimos aqui de sua utilização na academia brasileira. Precisamos para isso fazer um levantamento das teses e dissertações vinculadas a TMD e a obra de Marini, que aqui se encontra de forma inicial, exploratória, e com muitas limitações; mas que mesmo assim, ajuda a compreender a relação entre a TMD e a obra de Marini com a academia brasileira hoje. Buscamos, portanto, identificar as teses e dissertações dos últimos 10 (dez) anos.

O levantamento foi realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES com uma busca a partir das seguintes palavras-chaves: “teoria marxista da dependência”; “teoria da dependência” AND<sup>1</sup> “marxista”; “Ruy Mauro Marini”; “subimperialismo” referenciando Marini; e “superexploração” referenciando Marini. Foram lidos o título, o resumo e as palavras-chaves de cada trabalho encontrado e, quando necessário, partes do texto, citações, e referências para identificar quais obras de fato estabelecem vínculo com a TMD e com Marini.

Vejamos os resultados obtidos na Tabela 1:

Tabela 1. Fonte: Catálogo de Teses & Dissertações - CAPES.

Área	Dissertações	Teses	Total
Economia	16	8	24
Serviço Social	25	14	39
Ciências Sociais	15	11	26
Administração	3	3	6
Geografia	4	1	5
Educação	2	3	5
História	5	3	8
Interdisciplinar/ Outros	16	3	19
Direito	7	1	8
Relações Internacionais	4	0	4
<b>Total</b>	<b>97</b>	<b>47</b>	<b>144</b>

Como resultados foram constatados que os trabalhos produzidos neste período temporal estão localizados, principalmente, no Serviço Social, nas Ciências Sociais (os trabalhos da Ciência Política foram, por nós, considerados como pertencentes às Ciências Sociais), e na Economia. Desse modo, não levamos em conta a área dos trabalhos, mas sim a universidade onde foram realizados, identificando um predomínio da UFSC, com 11 dissertações e 4 teses; USP com 11 dissertações e 1 tese; UFRGS com 4 dissertações e 6 teses; Unicamp com 9 dissertações e 7 teses; UFES

<sup>1</sup> AND é um operador lógico usado para restringir os resultados da pesquisa apenas à aqueles que contenham ambos os termos de pesquisa de forma combinada.

com 9 dissertações; UNESP com 6 dissertações e 2 teses; UFRJ com 1 dissertação e 6 teses; UFF com 7 dissertações; entre outras em menor número de trabalhos.

## As Ciências Sociais e o debate contemporâneo da TMD

Foi constatado que grande parte dos trabalhos, tanto as dissertações (7 de 15) quanto as teses (8 de 11), estão voltados e centrados para o conceito de superexploração, desenvolvido por Marini; os demais trabalhos se dividem em estudos sobre dependência, imperialismo, Estado, entre outros.

Como vimos, a dependência em Marini é entendida como um mecanismo de subordinação dos países da periferia do sistema capitalista pelos países centrais do capitalismo, essa subordinação não se limita a economia, mas também pode ser compreendida a partir de aspectos políticos e culturais. Os novos trabalhos que se debruçam sobre o estudo da dependência vão analisar a relação de dependência a partir do papel que vem sendo desenvolvido pelo Estado e pelos governos nas aplicações de políticas econômicas que beneficiam o grande capital estrangeiro, como isenções e incentivos fiscais, privatizações e vendas de estatais para empresas estrangeiras, o sistema da dívida pública a partir de empréstimos com bancos internacionais, a consolidação de monopólios do capital internacional em nosso país, etc.

A superexploração, outro conceito chave da TMD e o que mais aparece como central nos trabalhos observados, é um mecanismo do capitalismo dependente para compensar as perdas de valor nas trocas desiguais que se estabelecem nas relações econômicas em escala mundial. A superexploração consiste em remunerar a força de trabalho abaixo do mínimo necessário para a sua reprodução. Os recentes trabalhos sobre o tema vão buscar compreender a complexificação desse mecanismo de superexploração e a forma como ele se apresenta hoje a partir da precarização e da informalidade do trabalho, do desmanche dos direitos trabalhistas, do discurso empreendedor, etc.

Um terceiro e último conceito chave central da TMD, é o de subimperialismo. O subimperialismo pode ser entendido como “o papel que às economias subdesenvolvidas executarão com relação às demais economias na mesma situação, a partir da forma como se estabelecerá a divisão internacional do trabalho. Em outras palavras, a “forma como os principais países do continente reproduzirão no interior de suas economias, e no jogo com às demais economias subdesenvolvidas, os mesmos mecanismos de dependência e exploração executados pelos países desenvolvidos com a América Latina” (Traspadini & Stedile, 2011). Os recentes estudos nesta área terão como centro as relações e os conflitos econômicos, políticos, e militares, que os países da América Latina, e demais países da periferia do sistema capitalista, estabelecem entre si.

Embora aqui, para fins de quantificar, separamos os trabalhos relacionando o tema central com os conceitos, vale salientar que tanto nas obras clássicas da Teoria Marxista da Dependência quanto nos recentes trabalhos, estes conceitos (depen-

dência superexploração, e subimperialismo) aparecem de forma relacionada e compõem de forma conjunta a Teoria. Os recentes trabalhos, tanto os de caráter mais teórico quanto os mais empíricos, vêm buscando utilizar-se da TMD para compreender fenômenos políticos, sociais e econômicos do Brasil e da América Latina.

## Considerações Finais

Com a crise do Estado desenvolvimentista ou neodesenvolvimentista nos países de economia dependente, o (re)surgimento do neoliberalismo (e do ultraliberalismo), a utilização de mecanismos de dominação exercido por organismos como o FMI e o Banco Mundial; a hegemonia das grandes corporações, ligadas a bancos, que controlam grande parte da produção mundial; a Teoria Marxista da Dependência parece cada vez mais fundamental para o pensamento social brasileiro na compreensão do Brasil contemporâneo e na sua subordinação ao capital internacional. (Traspadini & Stedile, 2011).

Como já apontava a TMD no seu surgimento, o capital financeiro devora tudo o que encontra pela frente, destrói as políticas públicas voltadas à população de baixa renda, aumenta a exclusão e a desigualdade social: o desenvolvimento capitalista ocorre de forma aliada à dependência.

A teoria marxista da dependência continua sendo, portanto, conforme pontuou um de seus principais formuladores, uma linha de análise para “estudar as formações sociais concretas da América Latina, orientar esse estudo no sentido de definir as determinações que se encontram na base da luta de classes que ali se desenvolvem e abrir assim perspectivas mais claras para as forças sociais empenhadas em destruir essa formação monstruosa que é o capitalismo dependente” (Marini, 2011, p. 172).

## Referências

- MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Org.). “Ruy Mauro Marini: Vida e Obra”. 2ª Ed. Editora Expressão Popular, 2011.
- MARTINS, C. E.; FILGUEIRAS, L. A Teoria Marxista Da Dependência E Os Desafios Do Século Xxi. **Cad. CRH**, Salvador, v. 31, n. 84, , dez. 2018, p. 445-449.
- SANTOS, Theotônio dos. **A Teoria da Dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- TRASPADINI, R; & STEDILE, J. P. (org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

## FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BURGUESIA BRASILEIRA: as contribuições de Caio Prado Jr, Florestan Fernandes e dos teóricos da dependência

*Italo Matheus Leporassi Iora*

Muitos foram os debates travados no campo sociológico brasileiro acerca da formação econômica e social do país. Este ensaio se propõe a retomar alguns dos principais conceitos e das categorias de análise de Caio Prado Junior (1998), Florestan Fernandes (2005) e dos teóricos da dependência: Santos (2000), representando a ala marxista e Cardoso e Faletto (1970) mais próximos de uma abordagem weberiana, sobre a formação e o desenvolvimento da classe burguesa no Brasil, e sua relação com as demais burguesias de outros países dentro do mercado mundial, visto que o capitalismo e a produção de mercadorias ocorre em escala global, ultrapassando fronteiras e limites territoriais.

Este ensaio teórico pretende encontrar elementos de continuidade ou ruptura destes autores, no que se refere aos principais conceitos situados em suas obras. A partir disso, irei com base em dados secundários confrontar os conceitos com fenômenos sociológicos contemporâneos.

Pode-se destacar que, o objetivo geral deste ensaio é compreender a formação e gênese da classe burguesa no Brasil, a partir das obras escolhidas, apontando as problemáticas encontradas na formação desta classe, o seu projeto nacional e as suas reverberações sociais, políticas e econômicas. A sistematização do pensamento desses autores é de extrema importância para trazer à luz novamente essas produções, que dentro das Ciências Sociais parecem ter perdido espaço se comparada a outros autores e corrente teóricas, predominantemente europeias, que fazem parte dos programas e currículos do curso.

Assim, resgatar os autores clássicos da sociologia brasileira pode contribuir para o fortalecimento do campo de produção sociológica ancorada na análise da formação social brasileira, a fim de instrumentalizarmos para uma compreensão mais objetiva de nossa realidade social.

## Caio Prado Jr: O Brasil sempre foi capitalista

O filho da aristocracia paulista, Caio Prado Jr. (1907-1990) em sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo* de 1942, tem como tese central que, o Brasil desde a colonização portuguesa incorporou elementos capitalistas, na fase pré-capitalista, constituída pelo capitalismo comercial, assim, como outras colônias que passaram por processos semelhantes. Então, segundo Prado Jr, o Brasil funcionava como um gigantesco fornecedor de mercadorias, que atendia aos interesses do mercado Europeu, essencialmente produtos primários, tendo sido transformado num grande latifúndio, sustentado em sua base material econômica por muito tempo pelo trabalho escravizado de negros traficados da África. O burguês aqui se constituiria inicialmente na figura do senhor de engenho, que detinha o controle sobre a produção e organização do engenho (Reis, 2007).

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fôssem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras (Prado Jr, 1998, p. 25-26).

A organização do trabalho no Brasil, com base no trabalho escravo, já apresentava segundo Prado Jr. elementos do capitalismo comercial, evidenciando que as propriedades rurais não eram usufruídas por camponeses, como aconteceu no feudalismo, sendo o trabalho escravo coletivo organizado numa mesma fazenda. Assim várias características do Brasil colonial para o autor já se enquadravam na relação capital-trabalho típica de sociedade pré-capitalistas e capitalistas. Porém, com a gritante diferença deste trabalhador não ser livre, no sentido de poder vender sua força de trabalho como mercadoria.

Essa tese irá contrariar as posições do Partido Comunista Brasileiro, do qual o próprio Caio Prado era militante, tendo como seu principal intelectual da época Sodré, que via na estrutura da base econômica brasileira um país semifeudal, que deveria fazer as tarefas democráticas burguesas em atraso. Ou seja, impulsionar uma revolução burguesa no Brasil. Esta perspectiva etapista para a transformação social, defendida pelo PCB imperou hegemonicamente por muito tempo entre os PC'S do “terceiro mundo”, orientados principalmente pela política externa do socialismo soviético. (Reis, 2007)

Prado Jr. via como saída para este atraso econômico, forte concentração de capitais e enormes mazelas sociais, o fortalecimento do Estado nacional, que deveria desenvolver a industrialização de setores chaves da economia e levar a cabo o fortalecimento de elementos democráticos necessários para o avanço da soberania nacional frente ao capital estrangeiro e frear a submissão ao imperialismo. Assim, o projeto

nacional de soberania teria, apesar das divergências com as principais teses do PCB da análise feudal, que passar por essas etapas, em uma aliança com a burguesia nacional sendo o Estado a força reguladora sobre essa classe.

Veremos mais adiante algum dos limites dessa defesa de projeto. A principal contribuição do autor, para a compreensão da formação da burguesia brasileira, é a relação da utilização do trabalho escravo para a produção agroexportadora de produtos primários, visando suprir as necessidades econômicas das potências europeias, cumprindo um papel fundamental que as levariam a seu posterior desenvolvimento capitalista.

## Florestan e a Revolução Burguesa Brasileira

Florestan Fernandes (1920-1995) diferente de Caio Prado Jr, tem uma origem humilde, veio dos extratos mais marginalizados da sociedade. Em sua obra: *Revolução Burguesa no Brasil* publicada pela primeira vez em 1975, busca uma interpretação sociológica de como ocorreu a formação da burguesia brasileira e como se deu esse processo “revolucionário”. Resumidamente, ele afirma que houve sim aqui uma revolução burguesa, contrariando as teses de que o Brasil não teria feito ainda este processo, tais teses que repousaram noutras experiências acontecidas na Europa. Porém, Florestan entende que as singularidades sociais históricas de nossa formação no passado, marcada fortemente pela estrutura social do período colonial fizeram com que esta revolução fosse muito diferente do que a ocorrida nos países europeus. Segundo o autor, a revolução burguesa que aconteceu aqui não seguiu os moldes das revoluções burguesas da Europa, que continham elementos revolucionários de ruptura com a velha ordem social, no âmbito econômico, social e político, ainda contavam com o apoio das massas e setores populares.

Uma presunção, muito generalizada, refere-se ao “esquema” da Revolução Burguesa. Ele seria idêntico ao que se aplica às sociedades capitalistas centrais e hegemônicas. Ao que parece, prevaleceu a idéia de que a dependência e o subdesenvolvimento seriam estágios passageiros, destinados a desaparecer graças ao caráter fatal da autonomização progressiva do desenvolvimento capitalista (Fernandes, 2005, p. 289).

O que teria ocorrido aqui na realidade seria uma revolução autocrática-burguesa, que incorporou os valores e elementos das oligarquias agrárias em um processo lento e gradual, sem uma ruptura brusca com essa ordem e carregando consigo muitas características dessas oligarquias, um movimento de conciliação com as elites agrárias (Fernandes, 2005).

Devidos às especificidades sociais e culturais brasileiras, diferente das revoluções burguesas clássicas (Inglaterra, França e EUA), não ocorreu aqui uma revolução agrícola acompanhada do desenvolvimento de grandes centros urbanos. Essa foi a consequência do atraso do desenvolvimento industrial, que propiciou a formação



de uma grande massa proletária, tendo esse processo ocorrido com grande atraso posteriormente. Assim, processos que ocorreram nas revoluções burguesas do Ocidente, como revolução urbana, industrial e agrária, acompanhada da modernização do Estado, de caráter nacional e democrático não se deram da mesma maneira no Brasil.

Teria sido nas fazendas de café, um dos primeiros setores onde a competitividade e os valores relativos ao “espírito do capitalismo” e à modernização teriam começado a se integrar em nossa sociedade, aliado também a uma maior abertura econômica dentro do sistema internacional capitalista, abrindo-se a possibilidade de exportação de produtos para outros países da Europa.

Grande parte deste atrasado pode ser explicado quando remontamos a nossa origem colonial e escravocrata, que assombrou e assombra este país. Enquanto na Europa, durante o mesmo período estava se desenvolvendo as forças produtivas num patamar jamais visto antes na história, o Brasil, estava estruturado e preso ao modelo de agro exportação voltado ao mercado externo dos centros hegemônicos europeus. Florestan Fernandes acreditava que a classe dominante econômica no Brasil que iria agregar os valores do capitalismo se associou de forma dependente a burguesia internacional. O que explicaria a falta do ímpeto revolucionário da classe burguesa brasileira.

Todavia, essa combinação se processa em condições econômicas e histórico-sociais específicas, que excluem qualquer probabilidade de “repetição da história” ou de “desencadeamento automático” dos pré-requisitos do referido modelo democrático-burguês. Ao revés, o que se concretiza, embora com intensidade variável, é uma forte dissociação pragmática entre desenvolvimento capitalista e democracia; ou, usando-se uma notação sociológica positiva: uma forte associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia (Fernandes, 2005, p. 292).

Assim, as oligarquias e os grupos com poder econômico do país, optaram por diluir os elementos da modernização burguesa de forma gradual, ao invés arriscar realizar grandes transformações nas estruturas econômicas e políticas que pudessem propiciar as condições para a própria derrocada da mesma, pela massa de trabalhadores que seria arrastada consigo neste processo, para além de ser uma escolha Mesmo dependente, tanto a burguesia nacional e internacional buscam preservar seus interesses que é a conservação deste modo de produção e a consolidação da dominação burguesa.

O conjunto de mudanças ocorridas, da justaposição entre os elementos modernizadores do capitalismo com a estrutura tradicional oligárquica, garante a dominação burguesa nacional associada as demais, evitando fazer as “tais tarefas democráticas”, que pudessem radicalizar as pautas dos movimentos populares. Fernandes dá uma grande contribuição ao desmistificar a formação e o caráter da burguesia brasileira, colocando a impossibilidade de aliança tática ou estratégica com essa classe contra o imperialismo e o capital internacional, devida essa dupla articulação

entre as burguesias, sendo a brasileira a parte dependente. Tendo sua economia, nessa dupla articulação, interna e externa, controlada, condicionada aos interesses desses centros.

Quanto mais se aprofunda a transformação capitalista, mais as nações capitalistas centrais e hegemônicas necessitam de “parceiros sólidos” na periferia dependente e subdesenvolvida — não só de uma burguesia articulada internamente em bases nacionais, mas de uma burguesia bastante forte para saturar todas as funções políticas autodefensivas e repressivas da dominação burguesa (Fernandes, 2005, p.294).

Porém, deixa explícito que a burguesia nacional, não tem apenas um papel coadjuvante no poder político do Estado, diferentemente de, uma simples burguesia “compradora”. Elas possuem forte influência política, econômica e social. Estão inseridas no aparelho do Estado e detêm os mecanismos de influência dentro da consciência social da sociedade brasileira, tendo a disputa das estruturas políticas claros limites, como já denunciavam outros autores de pensamento marxista: a democracia burguesa é meramente formal. Assim, a burguesia nacional desempenha um papel fundamental para a consolidação do domínio burguês e dos interesses burgueses, associada de maneira dependente as burguesias hegemônicas do centro do sistema (Fernandes, 2005).

Aqui podemos já encontrar alguns pontos que serão levantados pela teoria da dependência, em relação a subordinação econômica do país às burguesias dos Estados-Nacionais que foram os centros das Revoluções Burguesas e conseqüentemente do desenvolvimento capitalista. As mesmas que dominaram diretamente e economicamente as antigas colônias.

### **Burguesia Nacional Dependente: a relação com o sistema econômico internacional**

A teoria da dependência foi um movimento teórico surgido na latinoamérica, que procurava compreender os obstáculos do desenvolvimento dos chamados países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Entre os autores da teoria, temos algumas vertentes que divergem em diferentes questões. Os teóricos da dependência surgem numa tentativa de articulação teórica que busque compreender o fracasso do desenvolvimento capitalista na América Latina e as causas do fracasso da teoria do desenvolvimento, que floresce enquanto teoria econômica a partir do pensamento da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). A CEPAL é o órgão criado pela ONU em 1948, encarregada de estudar as relações econômicas desses países com os centros hegemônicos das burguesias originárias, para que se pudesse impulsionar o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos da América Latina, tendo como um dos principais expoentes do pensamento cepalino o economista argentino Raúl Prebisch (1901-1987).



## A Relação de Dependência-Associada

O sociólogo Fernando Henrique Cardoso (filho de uma família tradicional de militares e políticos brasileiros) junto de Enzo Faletto, na obra *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* que teve sua primeira edição em 1967<sup>1</sup>, expõe um panorama da teoria da relação de dependência econômica entre periferia e centro do sistema. Primeiramente, não irão colocar como determinante os interesses externos como causa da situação de dependência dos países latino-americanos. Para eles as classes e os grupos internos e externos travam conflitos por seus interesses próprios, tendo uma relação ambígua entre o capital nacional e o internacional, sendo este último não um entrave para o desenvolvimento, mas um próprio dinamizador necessário para o desenvolvimento econômico. Segundo os autores, o capitalismo no estágio que se desenvolveu necessita como condição a integração de economias dependentes no sistema mundial (Cardoso; Faletto, 1970). Isso que irá diferenciar a sua obra das demais, dentro da Teoria da Dependência.

As duas dimensões do sistema econômico, nos países em processo de desenvolvimento, a interna e a externa, expressam-se no plano social, onde adotam uma estrutura que se organiza e funciona em termos de uma dupla conexão: segundo as pressões e vinculações externas e segundo o condicionamento dos fatores internos que incidem sobre a estratificação social (Cardoso; Faletto, 1970, p. 51).

A principal tese (Cardoso; Faletto, 1970) é a do capitalismo dependente-associado, assim, para eles, seria possível o desenvolvimento econômico, mesmo estando o Brasil figurado nesta posição dependente dentro do capitalismo global. Para tanto, seria necessária a articulação entre: capital nacional privado, estrangeiro e estatal. Para o capitalismo de fato se desenvolver na América-Latina, os autores apostam que seria necessária essa relação de dependência. O capital externo faria com que o próprio “espírito do capitalismo” se desenvolvesse de forma integral nesses países internamente, a partir do investimento internacional nas economias dependentes, gerando emprego, investimentos e incentivando o consumo interno. Tanto o capital interno quanto externo se relacionaria de maneira mais ou menos condicionantes, não sendo os centros hegemônicos que determinariam a postura das burguesias nacionais, que dependeriam das disputas de seus próprios interesse internos, entre seus grupos e facções.

F. H. Cardoso põe-se no lugar do setor industrial no início dos anos 1960 e examina todas as opções para continuar crescendo em bases nacionais. Nenhuma delas era satisfatória. Todas gerariam crises internas perigosas. Só lhe restou uma opção para continuar acumulando e promovendo a industrialização: a “internacionalização do mercado interno”, a sua associação com a burguesia internacional (Reis, 2007, p. 120).

<sup>1</sup> Em nosso trabalho, utilizamos a 4ª edição, publicada em 1970 da mesma obra.

## A Teoria da Dependência pela lente Crítica Marxista

A corrente ou escola da Teoria da Dependência, para Theotônio dos Santos (1936-2018), compreende dentro de um aspecto geral, concordância sobre quatro características comuns sobre a economia dos países latino-americanos e aqui em específico o Brasil em relação às potências econômicas mundiais, onde a industrialização e as próprias revolução burguesas foram mais avançadas:

Eles resumem em quatro pontos as idéias centrais que os vários componentes da escola da dependência defendem: i) O subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados; ii) O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal; iii) O subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista; iv) A dependência, não é só um fenômeno externo mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna (social, ideológica e política). (Santos, 2000, p.19)

Os teóricos marxistas da Teoria da Dependência, a partir da leitura sobre os balanços da teoria da dependência contidos em *Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas* (2000) de Theotônio dos Santos, assim como os outros autores já citados, criticavam a caracterização de que a colonização e a condição brasileira tivessem um caráter feudal, como se defendia, nas teses do PCB.

A colonização tinha como elemento fundamental a relação comercial com a Europa, que difere muito das relações ocorridas, entre a transição da Idade Média, com a desagregação do feudalismo para acumulação primitiva de capital, culminando no desenvolvimento das forças produtivas. consequentemente, o desenvolvimento desemboca no modo de produção de capitalista e a passagem para a modernidade, baseada numa economia fechada ao comércio europeu. Por essas diferenças, Santos (2000) demonstra as limitações da tese, que via um projeto nacional em que a burguesia precisaria romper com a velha estrutura e ter um caráter anti-imperialista, apoiada pelos setores populares. Tal qual o nacional-desenvolvimento aspirou, durante o governo Vargas, e as reformas que Jango tentaria implementar, mas que acabou no seu esgotamento, culminando no golpe empresarial-militar de 1964, apoiado pela burguesia nacional e imperialista norte-americana.

A burguesia industrial latino-americana, que nascia no processo de industrialização dos anos 30 e 40, se via numa situação difícil em relação ao capital internacional. Ela aspirava substituí-lo, mas não tinha o conhecimento tecnológico nem o peso financeiro para enfrentar os grandes investimentos que se faziam necessários para assegurar sua competitividade numa fase mais avançada do desenvolvimento tecnológico (Santos, 2000, p. 72).

Theotônio dos Santos (1936-2018), Ruy Mauro Marini (1932-1997) e Vânia Bambirra (1940-2015) entre outros autores que se apropriavam do método marxista, para

analisar a relação de dependência da periferia do sistema capitalista em relação ao centro, divergiam de FHC e Faletto. Isso porque enxergavam a relação de associação ao capital externo, a própria ação do imperialismo. E não concordavam, que tal ação seria positiva, como FHC, na defesa de que o investimento da burguesia externa poderia propiciar o desenvolvimento dinamizador do capitalismo no Brasil. Segundo, Santos (2000, p. 28) :

Fernando Henrique Cardoso fora um dos que demonstraram em 1960 a debilidade da burguesia nacional e sua disposição em converter-se em uma associada menor do capital internacional. Ele foi também um dos que observou o limite histórico do projeto nacional-democrático e do populismo que o conduzia.

Apesar, de FHC reconhecer os limites da burguesia e de um projeto nacional de Estado desenvolvimentista, a crítica está na formulação de que no cerne do problema estaria a solução para a relação de dependência. Como de fato ocorreu no Brasil, durante o mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, a forte onda de privatizações, inflação e o extraordinário aumento da dívida pública, que se seguiu nos próximos governos petistas, sem de fato fazer o Brasil sair dessa situação subalterna.

Quando se analisa as diferenças entre o processo de acumulação de capital, de industrialização entre os países latino-americanos, em relação a Europa, mostra-se muito forte a correlação entre a superexploração da força de trabalho dos países da periferia do sistema, que tem enorme parte da sua produção voltada para o mercado externo, enquanto precisa importar produtos tecnológicos que requerem um alto grau de desenvolvimento da indústria de ponta, não tendo uma produção nacional expressiva que consiga concorrer com as demais de capital externo (Santos, 2000).

Dependente, concentrador e excludente” estas eram as características básicas do desenvolvimento dependente, associado ao capital internacional destacadas pela teoria. Estas características se exacerbaram na década de 80, sob o impacto da globalização comandada pelo capital financeiro internacional para o pagamento da dívida externa e a nova fase das moedas fortes e privatizações da década de 90, sob o marco do Consenso de Washington (Santos, 2000, p. 30-31).

Segundo Santos, a partir da década de 80, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia resultaram na automação no setor industrial, fazendo com que os países periféricos do sistema-mundo de produção de mercadorias diminuíssem em larga escala o emprego neste setor.

Além disso, ao basear-se numa tecnologia importada, poupadora de mão-de-obra, a industrialização dependente não criava emprego suficiente para incorporar a mão-de-obra liberada do campo e das atividades de auto-consumo. Os trabalhadores abandonavam o campo a caminho das metrópoles em conseqüência da destruição destas economias de auto-consumo, devido ao avanço das relações capitalistas no campo, mas

não encontravam os meios de converter-se na sua maioria, em operários urbanos, como no começo da industrialização européia. Estava aí o germen do que na época chamava-se já a marginalidade urbana. (Santos, 2000, p.105)

Desta forma, a análise da Teoria da Dependência de viés marxista, compreende que os processos desencadeados a partir do início do sistema de produção capitalista reverberaram numa relação global econômica, tendo suas disputas burguesas internas, porém sempre ocupando um espaço dentro do sistema-mundo. Ao passo que as economias semiperiféricas e periféricas são condições necessária para o êxito econômico das potências econômicas.

A partir desse viés, que o autor nos apresenta, pode-se fazer a correlação da melhor condição de vida da classe trabalhadora dos países onde a classe burguesa surgiu originalmente – o que não exclui a contradição da exploração capital-trabalho que ocorre nessas nações - e o desenvolvimento das forças produtivas teve maior êxito. Parte deste processo é possível porque as periferias do sistema capitalista entram nessa relação econômica de troca desigual: exportam matéria-prima e produtos primários, principalmente assentados na produção agrícola, e importam produtos manufaturados e bens tecnológicos destes mesmos países.

Prebish demonstrou, apoiado nos dados das Nações Unidas, que a troca entre produtos primários e manufaturas levava à perda nos termos de intercâmbio da região: os preços dos produtos agrícolas e matérias primas tendiam secularmente a baixar enquanto o preço dos produtos manufaturados tendia a estabilizar-se ou mesmo a subir (Santos, 2000 p. 103).

Assim, o Estado de bem-estar social conseguiu se firmar de maneira mais consistente, nesses países, a partir dessa relação (porém, não como fator único), sistema-mundo, periferia-centro, que possibilita um maior investimento do Estado para serviços públicos.

## Considerações Finais: O Projeto Nacional para o Desenvolvimento Brasileiro

O período pós redemocratização em que a economia do país permitiu alguma intervenção estatal de maior relevância, principalmente, durante o governo Lula, viável, pela liberação de crédito a população mais pobre, num período de expansão do capital, e sempre também através do consumo, como a criação dos programas sociais (Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, FIES e PROUNI) que de fato elevaram, o padrão de vida e acesso à bens da classe trabalhadora do país. Porém, tais programas possuem muitas contradições internas, pois o incentivo ao crédito ao mesmo tempo, que privilegia a iniciativa privada, não rompe com a relação de exploração capital-trabalho e muito menos, retirou o país de sua situação de associado dependente de capital estrangeiro.

E quando o ciclo do capital, se completa, periodicamente ocorre suas crises cíclicas ou quando “a lei da queda tendencial da taxa de lucro” como Marx observou. A tendência dos capitalistas a investirem em capital constante faz com que a capacidade produtiva seja ampliada, porém faz com que se reduza o capital variável. Quanto mais se investe em capacidade produtiva, mais cresce a tendência a queda dos lucros. O capitalista que inova sua produção tem uma menor taxa de lucro por mercadoria, porém como vende mais, por sua mercadoria ser mais barata ele consegue aumentar sua massa de lucros. Mas quando os outros capitalistas fazem o mesmo com suas empresas, a concorrência do mercado fica muito acirrada e a produção cresce mais e mais, excedendo a capacidade dos assalariados de consumir os produtos a um preço médio de lucro que os capitalistas esperam receber.

Nesse momento a taxa de lucro cai drasticamente e os capitalistas param de investir. Segundo essa teoria ocorre a crise de superprodução (Netto, 2012). Quando isso se concretiza, fica evidente a debilidade dos programas que remontam a este Estado de bem-estar social, tanto na periferia quanto no centro do capitalismo. E a cartilha de austeridade já conhecemos: corte no orçamento para o serviço público, aumento do desemprego, privatizações, aumento da dívida pública<sup>2</sup>, diminuição real dos salários. Essa situação é muito latente e explícita o cenário econômico, social e político atual brasileiro e de outros países.

[...] várias experiências de políticas neoliberais fundadas, em 1989, no “Consenso de Washington”. Neste consenso uniam-se o FMI, o Banco Mundial e outras agências internacionais para impor o “ajuste estrutural” aos países dependentes, cercados por uma brutal elevação da taxa de juro internacional, que convertia suas elevadas dívidas externas em fantásticas sugadoras dos seus excedentes econômicos, levando-os à estagnação e até mesmo ao retrocesso econômico-social (Santos, 2000, p.84).

As mudanças políticas atuais que ocorreram no executivo, também influenciaram na política econômica externa, no que concerne a qual potência econômica o Brasil, devem se aliar em busca de parcerias econômicas e investimento externo de capital estrangeiro, no caso: China e Estados Unidos evidenciam o caráter subalterno da economia brasileira e o limite do projeto de estado nacional soberano dentro das relações estruturais do sistema capitalista. Os autores utilizados para este ensaio tiveram todos grandes contribuições para a interpretação da formação da classe burguesa e sua relação ao sistema mundial, apesar de suas limitações, como foi evidenciada em relação a Caio Prado Jr. e FHC e Faletto.

Para a conclusão deste ensaio, a contribuição teórica de Florestan Fernandes e dos teóricos da dependência na figura de Theotônio dos Santos aparenta configurar entre as mais acertadas para analisar a realidade social brasileira, a partir da caracte-

<sup>2</sup> “Segundo o Tesouro Nacional, dos R\$ 447,15 bilhões de aumento da dívida, R\$ 328,14 bilhões se referem a despesas com pagamento de juros” que agora atingi a cifra recorde de R\$ 3,55 trilhões. Segundo informação do site G1.

terização da revolução burguesa-autocrática que ocorreu aqui e a limitação desta mesma burguesia nacional em encabeçar um projeto nacional democrático para o país, evidenciando também a relação de dependência-associada e os interesses desta burguesia na sua posição em relação ao centro do sistema. Sintetizamos o pensamento dos autores elencados através deste quadro síntese:

Autor	Análise	Solução
Caio Prado Jr	Sempre foi capitalista. Agro exportação voltada para o mercado europeu.	Fortalecimento da soberania nacional através do Estado e da burguesia nacional.
Florestan Fernandes	Revolução autocrática-burguesa. Incorporação dos elementos capitalistas pelas antigas oligarquias. Fazendeiros de café os primeiros a assimilarem elementos fundamentais do capitalismo	Revolução socialista.
Teoria da Dependência (FHC, Faletto)	Capitalismo dependente-associado aos grandes centros hegemônicos.	Associação entre Estado nacional, burguesia nacional associada de forma dependente de investimentos de capital externo.
Teoria da Dependência Marxista	Capitalismo interdependente, diferentes processos de um mesmo sistema de produção internacional.	Revolução socialista.

O ensaio, apesar de sua proposta de estudo exploratório e com o principal compromisso de revisitar esses autores brasileiros, nos permite ver as grandes limitações, ao qual não só o Brasil, mas os países que passaram por diferentes processos de formação dos centros hegemônicos da economia capitalista sofrem ao tentar empreender um ideário de soberania nacional e uma maior distribuição de riqueza gerada. Percebemos isso a partir dos estudos desses autores brasileiros que formularam acerca da realidade social brasileira, com o recorte específico deste estudo, a questão da burguesia nacional, e o projeto nacional a partir da sua visão. Com a característica de uma acumulação de capital extremamente concentrada e excludente, voltada ao mercado externo e que reverbera num grave quadro de desigualdade social, fica difícil imaginar uma transformação social sobre as

mesmas bases de relações sociais de produção atuais. Muito menos, depositar esperança numa possível burguesia nacional revolucionária. Diferentemente do discurso hegemônico pregado, tanto no âmbito científico quanto político, após o esgotamento da experiência socialista do leste europeu, a esperança de um projeto socialista que atenda as especificidades das formações sócio históricas da América Latina, nos parece o mais correto para atender nossa necessidade de desenvolvimento econômico e social.

## Referências

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política, livro 3: o processo global de produção capitalista; São Paulo: Boitempo Editorial, 2017. NETTO, J. P.; BRAZ, M. Economia política: uma introdução crítica- 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012. PRADO JR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

REIS, J. C. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC / José Carlos Reis. 9. ed. ampliada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SANTOS, T. **A Teoria da Dependência**: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

## CONTRIBUIÇÕES DO MARXISMO NO DEBATE SOBRE A CONFIGURAÇÃO RACIAL BRASILEIRA: análise das obras de Caio Prado Junior, Florestan Fernandes e Octávio Ianni

Anthony Scapin Eichner

O Brasil passou por um processo longo de escravização negra, a qual durou mais que 300 anos. Essa relação social de produção, baseada principalmente na exploração da mão de obra de negros trazidos da África, foi abolida oficialmente após o ano de 1888. Percebe-se como importante compreender como é teorizado no Brasil acerca desse processo histórico e das consequências dele para o período atual. Em um momento de debates como sobre as cotas raciais nas Universidades, nos concursos e da dívida histórica em relação aos negros, é fundamental analisar como o debate sobre essa questão se constituiu na Sociologia Brasileira para compreender se a análise teórica vai a uma perspectiva de afirmação que a trajetória de escravização já foi superada ou se ela é marca na constituição do Brasil.

Nessa perspectiva, este trabalho tem como foco o estudo de autores da Sociologia Brasileira, os quais se vinculam com a teoria marxista, e suas abordagens sobre a questão racial na sociedade brasileira. Seu objetivo é analisar como Caio Prado Junior, Florestan Fernandes e Octavio Ianni entendem a configuração racial brasileira.

São seguidos os procedimentos de um ensaio teórico, que consistem em uma “exposição lógica e reflexiva e em argumentação rigorosa com alto nível de interpretação e julgamento pessoal” (Severino, 2007, p. 206). É realizada a pesquisa exploratória, a qual envolve o levantamento de informações sobre as obras dos autores Gilberto Freyre, Caio Prado Junior, Florestan Fernandes e Octavio Ianni. O ensaio teórico apresenta uma de suas seções com a análise sobre Caio Prado Junior, mais especificamente da obra *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. Uma das seções consta a análise sobre Florestan Fernandes, mais especificamente da obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (volume I). Na outra seção a análise é sobre Octávio Ianni, na qual a atenção é mais voltada à obra *As metamorfoses do*

*escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional.* Por último, são feitas as considerações finais, em que está presente também uma síntese, com a comparação das obras e das abordagens dos três autores sobre o entendimento da questão racial na configuração social brasileira.

Além da leitura dessas obras sobre a questão racial no Brasil, foram utilizados artigos de outros autores que analisam a visão, o contexto, e as perspectivas desses autores pesquisados.

## Caio Prado Junior

Com origem aristocrática, Caio Prado Junior (1907-1990) teve formação superior em Geografia e Direito. Militou pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e contestou parte da produção e atuação brasileira marxista de até então, a qual teria seguido um modelo europeu de análise que não levava em conta a situação concreta vivida pelo Brasil. A realidade brasileira, para ele, precisava de uma interpretação própria. A sua crítica ao PCB e ao seu principal teórico na época, Nelson Werneck Sodré, era devido à defesa que esses faziam de que o Brasil, assim como a Europa, viveu e ainda teria vestígios de um sistema feudal e, por isso, deveria passar ainda por uma revolução democrático-burguesa. Para Caio Prado, a ocupação portuguesa no Brasil teria se dado como parte do desenvolvimento do comércio europeu. A colonização teria, então, favorecido, desde seu início, a expansão mercantil europeia e, por isso, o Brasil era desde então capitalista. O escravismo seria compatível com o capitalismo e teria características que se assemelham a divisão de trabalho nas fábricas.

No livro *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*, Caio Prado faz um balanço do Brasil colônia, apresentando elementos que vão desde o século XV até o século XIX. O autor rompe com a maioria, mas ainda segue algumas das análises de Gilberto Freyre<sup>1</sup>, que predominavam na época, acerca da questão racial no Brasil. Não defende a noção de democracia racial. Ao contrário, faz a denúncia ao racismo da época colonial. No entanto, mantém uma objetificação principalmente das mulheres indígenas e negras. Por exemplo, no caso da mestiçagem, Caio Prado vai ao encontro de Freyre ao percebê-la como a solução eficiente encontrada para a realização dos objetivos colonizadores.

Caio Prado parte da análise de que os brancos que vieram ao país possuíam certa homogeneidade, por terem vindo quase todos de Portugal, enquanto os negros e

<sup>1</sup> Na obra *Casa Grande & Senzala*, Gilberto Freyre defende a tese da democracia racial no Brasil. Bastante aceita na época, essa é a tese de que a colonização no Brasil foi um sucesso. Ele valoriza a fusão entre as três raças para a constituição do Brasil, contrariando a defesa pelo “embranquecimento” da população brasileira. Faz isso de uma forma a legitimar a colonização portuguesa e a escravidão e a elogiar suas características de miscibilidade e adaptação aos trópicos. Sua maneira de abordar as três raças ocorre vendo como positiva a miscigenação e objetivando os indígenas e negros.

indígenas possuíam entre si inúmeras diferenças. Eles foram escravizados e utilizados como mão de obra para a funcionamento da propriedade monocultora que serviu, ao longo da colonização brasileira, para abastecer o mercado exterior. Na sua análise, a única intenção dos europeus era a exploração comercial.

Ele percebe que na colonização brasileira sempre se tentou incorporar o indígena para a obtenção dos produtos nativos, como aliado e principalmente como elemento participante da colonização. Enquanto os colonos viam nele um trabalhador aproveitável, a metrópole o via como um povoador das áreas que precisavam ser ocupadas. Os interesses dos colonos foram atrapalhados pelas missões religiosas. Os jesuítas tinham seus interesses próprios, de propagar a fé, e para isso acontecer, era preciso isolar os indígenas. A metrópole não soube como agir e oscilava entre um e outro até que, com Marques de Pombal, a situação muda. Ele aceita a liberdade e a civilização dos indígenas. Incentivou também os casamentos mistos, vendo como solução para o problema indígena o cruzamento das raças. No entanto, mesmo com as novas leis, os indígenas ainda teriam se mantido como uma raça bastarda, alvo de descaso e prepotência da raça dominante (Prado Junior, 1961, p. 90). Essas leis foram, em 1798, abolidas, o que resultou em outra espécie de escravização. O indígena considerado como desocupado, na livre interpretação das autoridades, era obrigado a trabalhar prestando serviços a elas. Em consequência a essas leis também a violência contra os indígenas ressurgiu e é estimulada. Esses fatos teriam levado a muitas das tribos indígenas “selvagens” serem extinguidas e eliminadas.

Foi a partir das leis pombalinas, então, que foi fomentado o tráfico africano. Ele defende que, desde que incorporado na colonização brasileira, sua situação foi sempre a mesma. A participação dos negros na população brasileira teria sido bem elevada com, no início do século XIX, se constituindo como 1/3 da população total do país.

Ainda, o autor comenta sobre a variância regional. A presença negra foi maior em regiões com maior atividade econômica em que era incorporado para o trabalho e exercia suas funções. Já os brancos se fixaram nos grandes centros urbanos e os indígenas no extremo norte onde as atividades extrativas o capacitavam para as funções.

No livro *Evolução Política do Brasil* Caio Prado defende que a transferência da família real portuguesa para o Brasil em 1808 ocasionou algumas mudanças administrativas e também trouxe à tona contradições econômicas e sociais.

São ainda as contradições de natureza étnicas, resultado da posição deprimida do escravo preto, e, em menor escala, do indígena, o que dá no preconceito contra todo indivíduo, mesmo livre, de cor escura. É a maioria da população que é aí atingida e que se ergue contra uma organização social que além do efeito moral, resulta para ela na exclusão de quase tudo quanto de melhor oferece a existência da colônia. A condição dos escravos é outra fonte de atritos. Não se julgue a normal e aparente quietação dos escravos (perturbada, aliás, pelas fugas, formação de quilombos, insurreições mesmo por vezes) fosse a expressão de um conformismo total. É uma revolta constante que lavra surdamente entre eles, e que não se manifesta



mais porque a comprime todo o peso e a força organizada da ordem estabelecida. (Prado Junior, 1977, p.45).

Caio Prado adota uma perspectiva inovadora ao ver os escravizados como sujeitos políticos inconformados com a situação. Ele percebe o aparecimento dos negros nas revoltas que surgiam, no entanto observa uma imaturidade e uma falta de organização e coesão nas reivindicações por liberdade, o que seria resultado da própria condição da escravização sofrida.

Privados de todos os direitos, isolados nos grandes domínios rurais, onde viviam submetidos a uma disciplina cujo rigor não conhecia limites, e cercados de um meio que lhes era estranho, faltavam aos escravos brasileiros todos os elementos para constituírem, apesar do seu considerável número, fatores de vulto no equilíbrio político nacional. Só no decorrer do tempo poderia a pressão de idênticas condições de vida transformar esta massa escrava numa classe politicamente ponderável, em outras palavras, transformá-la de uma classe em si noutra para si. (Prado Junior, 1977, p. 60-61).

No livro já mencionado, *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*, é argumentado ainda que os negros foram incorporados sem preparação nenhuma. Os indígenas tiveram a educação jesuítica que, com todos seus defeitos, deram uma preparação. Para o negro africano nada disso teria acontecido. Essas mesmas ordens religiosas que defenderam os indígenas teriam ajudado a legitimar a escravização e assim os negros não tiveram proteção alguma no Brasil. Ele diz que o processo de absorção das raças escravizadas ainda não teria terminado. Os escravizados constituíram a imensa maioria da população que acabou em um estado de baixo nível. A escravização impediu, dessa forma, o desenvolvimento cultural e democrático do país.

Caio Prado consegue analisar de forma mais aprofundada a questão racial, ao partir das estruturas econômicas e sociais desde o Brasil Colônia. Ele percebe a escravização como o principal marco da sociedade brasileira de princípios do século XIX. A escravização moderna era vista como totalmente diferenciada da escravização no mundo antigo. Ela brota não do conjunto da vida material, social e moral, mas como um recurso utilizado pelos países da Europa visando explorar comercialmente os territórios e as riquezas do Novo Mundo.

No entanto, seu discurso principalmente sobre as mulheres indígenas e negras se dá de uma forma objetificadora. Uma das principais características da formação étnica no Brasil teria sido a mestiçagem profunda que as três raças teriam vivido. Ela seria resultado da capacidade que o homem português teve em se cruzar com as mulheres negras e indígenas. Segundo ele:

A mestiçagem, signo sob o qual se formou a etnia brasileira, resulta da excepcional capacidade do português em se cruzar com outras raças. É a uma tal aptidão que o Brasil deveu a sua unidade, a sua própria existência com os característicos que são os seus. (Prado Junior, 1961, p. 102).

Ao mencionar as características de desfavorecimento da escravização moderna em relação à antiga ele cita que os indígenas e os negros africanos eram povos “de nível cultural ínfimo” comparado ao de seus dominadores. Enquanto na escravização antiga os povos escravizados eram semelhantes aos conquistadores e traziam contribuições para seus valores culturais, na escravização moderna o escravo era uma simples máquina de trabalho bruto e inconsciente. Ele aborda que na América foram escravizados povos bárbaros e semibárbaros utilizando dele somente a força bruta e material.

Assim, são mencionadas por Caio Prado as contradições da escravização na América, que envolveu a direção açoitada aos escravizados e, ao mesmo tempo, são anuladas as contribuições dos negros e indígenas, o que seria motivado pelo estatuto social dado, para a formação cultural brasileira. Ainda, segundo ele, a escravização “incorporou à colônia, ainda em seus primeiros instantes, e em proporções esmagadoras, um contingente estranho e heterogêneo de raças que beiravam ainda o estado de barbárie, e que no contato com a cultura superior de seus dominadores, se abastardaram por completo” (Prado Junior, 1961, p. 273). Além de tudo o que já foi mencionado, ele usa o termo “boçais” para se referir aos negros e “apáticos” para se referir aos indígenas.

## Florestan Fernandes

Florestan Fernandes nasceu em São Paulo em 1920 e pode ser considerado um dos principais nomes da Sociologia Brasileira. A sua formação foi em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Também teve carreira política, se elegendando como deputado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 1986. Pesquisou principalmente sobre o modo de produção brasileiro e sobre as relações de raça e classe. Suas pesquisas iniciais apontam uma análise funcionalista. No entanto, ele se aproximou teoricamente com o marxismo ao longo dos anos. Segundo Reis (2007), Florestan defende uma sociologia militante, ou seja, que o sociólogo deve intervir na realidade a partir de um conhecimento teórico, reunindo intervenção política com o conhecimento social.

O início da elaboração sobre a questão racial, por Florestan Fernandes, se deu através de um convite para participar de um projeto da UNESCO, que apresentava como intuito debater e caracterizar as relações raciais no Brasil. A pesquisa realizada então por Florestan, juntamente com Roger Bastide, está presente na obra *Branços e Negros em São Paulo* (2008), na qual foram descritas as origens, manifestações e efeitos do racismo nesse município.

Ferreira (2014), em um ensaio sobre a contribuição de Florestan para a compreensão da questão racial, observa a argumentação de Florestan Fernandes na obra *Circuito Fechado* (1977) que no período colonial a escravização ajudou a eclodir o capitalismo tanto na nação brasileira quanto nas nações centrais. Segundo ela:

Na sua visão, essa questão serve de base para afirmação de que, no Brasil, há uma “tradição de pseudo-reforma e pseudo-revolução”. A escravização, que era o elemento central da sociedade colonial e senhorial, foi, nos trópicos, a condição para formação da ordem capitalista e moderna. Em outras palavras, o trabalho escravo serviu de fonte de acumulação originária de recursos, posto que gerou os excedentes econômicos transferidos para as cidades e para os novos setores urbanos, comerciais e industriais. (Ferreira, 2014, p. 281).

Florestan defende, segundo Ferreira, que o escravizado era tido como mercadoria, mas também como elemento dinâmico da acumulação do capitalismo mercantil. Com a emancipação nacional ainda se mantinham características da economia colonial, como a produção escravista. A revolução burguesa brasileira teria utilizado da acumulação de capital mercantil gerada pela escravização.

É em outra obra que a investigação sobre a questão racial, por Florestan Fernandes, é mais intensa. Seu principal trabalho sobre o tema é *A Integração do Negro na Sociedade Classes*, tese publicada que lhe garantiu o título de professor titular da cadeira de Sociologia na USP.

Rodrigues (2015) argumenta que no contexto de publicação de *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, Florestan já era conhecedor da obra de Marx, mas seria apenas em 1974, com a publicação da *Revolução Burguesa no Brasil*, que ocorre o seu encontro com o marxismo. Essa obra apresentava consequências do seu, até então, envolvimento com a tradição weberiana. Ainda assim são visíveis conceitos e formulações de cunho marxista, que influenciaram autores como Octávio Ianni.

Em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* é mostrado como a escravização teve como resquício o preconceito racial e a ordem social competitiva na sociedade brasileira. Ela é dividida em dois volumes: o volume I, intitulado como *O legado da raça branca* e o II com o título *No limiar de uma nova era*. No volume I, em sua nota explicativa, Florestan menciona que esse é um assunto pouco explorado. É estudado como o povo, representado pelos negros e mulatos, os quais tiveram o pior ponto de partida para se integrar nos regimes sociais vividos no Brasil, emerge na história. Isso teria ocorrido tanto no regime escravocrata quanto no posterior desenvolvimento capitalista (Fernandes, 2008, p. 21).

Nesse mesmo volume, Florestan defende que o negro acabou em uma situação de marginalidade com a urbanização. Isso ocorreu devido à imigração, pois foram os imigrantes e os fazendeiros que ocuparam lugar de destaque na sociedade burguesa. Nem os senhores nem qualquer instituição assumiu a responsabilidade de preparar os negros, que até então eram escravos, para o novo regime de organização da vida e do trabalho. Pelo contrário, ao não ser mais a mão de obra exclusiva, se perde o interesse que a camada dominante tinha na população negra. Foi na cidade de São Paulo, onde a ordem social competitiva se consolidou através de um verdadeiro salto, que os negros mais foram condenados a uma existência marginal, ao serem excluídos como força de trabalho. Já os imigrantes que, no final do século XIX e

início do século XX chegavam à cidade, conseguiram ocupar os postos de trabalho assalariado ou mesmo se desenvolveram como empresários.

Florestan descreve que a burguesia rural e os imigrantes passam a assumir papéis na cidade. A sociedade branca convivia com a mobilidade econômica, social e política, mas a população negra, mesmo liberta da escravização, não consegue se integrar na sociedade capitalista. Na ordem social competitiva “os negros e os mulatos ficaram à margem ou se viram excluídos da prosperidade geral, bem como de seus proventos políticos, porque não tinham condições para entrar nesse jogo e sustentar as suas regras”. Eles passaram a viver dentro da cidade de forma árdua, obscura e deletéria. “Agravou-se, ao invés de corrigir-se, o estado de anomia social transplantado do cativo.” (Fernandes, 2008, p. 120).

Florestan comenta sobre a tese do déficit negro, na cidade de São Paulo, causado pela suposta incapacidade do negro em competir, em uma sociedade urbanizada, com o branco. Ele argumenta que, na verdade, não houve um abandono da cidade pelo negro, mas sim um aumento do número de brancos devido às imigrações e ao grande número de pessoas que se deslocaram do interior para a capital. Também é argumentado que a oferta de empregos aos negros era em maioria ligada a trabalhos braçais e com baixa remuneração. Visando serem reconhecidos e terem uma independência, a solução que parecia ser mais fácil era muitas vezes o caminho do crime e da malandragem. A consequência da situação posta aos negros, então, era muitas vezes a ligação deles ao crime, à prostituição, ao desemprego, à fome, etc.

A partir dessa situação, Florestan constata que, mesmo com a abolição da escravização, continuava haver a dominação dos brancos, os quais passaram a ocupar posições-chave da nova sociedade. O preconceito de cor e a discriminação racial contribuíram para manter a distância social e o isolamento sociocultural dos negros nessa sociedade “competitiva, aberta e democrática”. “O regime antigo permaneceu na mentalidade, no comportamento e até na organização das relações sociais dos homens, mesmo daqueles que deveriam estar interessados numa subversão total do antigo regime.” (Fernandes, 2008, p. 302).

Florestan argumenta ainda, na obra *O Significado do Protesto Negro* sobre as perspectivas para a superação do problema racial. Segundo ele, para o Brasil viver em uma democracia é necessário superar elementos postos pelo racismo e pela discriminação de cor. Segundo ele,

A democracia só será uma realidade quando houver, de fato, igualdade racial no Brasil e o negro não sofrer nenhuma espécie de discriminação, de preconceito, de estigmatização e segregação, seja em termos de classe, seja em termos de raça. Por isso, a luta de classes, para o negro, deve caminhar juntamente com a luta racial propriamente dita. O negro deve participar ativa e intensamente do movimento operário e sindical, dos partidos políticos operários, radicais e revolucionários, mas levando para eles as exigências específicas mais profundas da sua condição de oprimido maior. Ao mesmo tempo o negro deve ter a consciência clara de que sua emancipação coletiva põe o problema da democracia e de uma República

democrática sem subterfúgios: a revolução dentro da ordem é insuficiente para eliminar as iniquidades, educacionais, culturais, políticas, etc, que afetam os estratos negros e mestiços da população. Mesmo quando o negro não sabe o que é socialismo, a luta por sua liberdade e igualdade possui uma significação socialista. (Grifo de Florestan Fernandes) Daí ser ele uma vanguarda natural entre os oprimidos, os humildes, os explorados, enfim, o elemento de ponta daqueles que lutam por ‘um Brasil melhor’ ou por uma ‘sociedade justa’. (Fernandes, 1989, p. 24).

## Octávio Ianni

Nascido em 1926, Octávio Ianni também se formou em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Foi aluno de Florestan Fernandes e compartilhou uma carreira acadêmica com o mesmo, além de também participar da formação do Partido dos Trabalhadores (PT). Suas obras contribuem para a abrangência da Escola Paulista de Sociologia e para a institucionalização das Ciências Sociais.

Ianni analisa a questão social no Brasil e a percebe como inseparável da questão racial. Também analisa que, a solução para a questão racial não vem separado da situação social. Ele afirma que:

[...] a raça e a classe são constituídas simultânea e reciprocamente na dinâmica das relações sociais, nos jogos das forças sociais. Essa é a fábrica da dominação e alienação que pode romper-se, quando uns e outros, assalariados de todas as categorias, simultaneamente negros e brancos, em suas múltiplas variações, compreendem que a sua emancipação implica a transformação da sociedade: desde a sociedade de castas à de classes, desde a sociedade de classes à sociedade sem classes. Na sociedade sem classes, todos podem realizar-se como pessoas, indivíduos e coletividades. As diversidades não se transformam em desigualdades, distintas modalidades de alienação. Os distintos traços fenotípicos não se transformam em estigmas. Ao contrário, as diversidades de todos os tipos participam da formação, conformação e transformação policrônica e polifônica da sociedade” (Ianni, 2004b, p. 147).

São variadas as obras que o autor aprofunda sobre a questão racial. Uma delas foi publicada como fruto de sua tese de doutorado e é resultado de suas pesquisas realizadas em Curitiba (PR). Intitulada *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional* (1988a), na obra é analisada a estrutura social do sul do país para entender a relação entre raça e classe no desenvolvimento capitalista no Brasil.

Antes dessa publicação, Ianni já havia publicado, juntamente com Fernando Henrique Cardoso, a obra *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis: Aspectos das*

*Relações entre Negros e Brancos numa Comunidade do Brasil Meridional* (1960) a qual aborda esse tema. Ela havia sido continuação do Projeto UNESCO no qual Florestan também se envolveu. Em meio à dissertação e a tese, Ianni participa de um grupo denominado O Seminário do Capital que tinha por objetivo estudar as obras de Karl Marx. Segundo Tauil (2013), a participação do autor nesse seminário possibilita uma alteração na perspectiva teórica-metodológica, expressa no abandono do referencial estrutural-funcionalista que até então estava presente.

Essa alteração já teria sido visível em sua tese. Nela, Ianni analisa como se organizou o regime escravista no Paraná, visando explicar a formação e os desenvolvimentos fundamentais da estrutura do local. Sua análise se dá sobre a metamorfose ocorrida durante a passagem da ordem social escravista para a capitalista na força de trabalho, partindo da existência de uma divisão de castas na sociedade escravista. Consegue abranger a discussão sobre os meios de produção e a propriedade privada deles para caracterizar a divisão existente entre brancos e negros.

Ianni utiliza o conceito de castas para caracterizar o regime escravocrata paranaense. Todas as ações do comportamento social ocorreriam a partir de uma polarização entre escravizados e livres. As atividades produtoras ocorrem através da integração entre unidade familiar e da empresa escravocrata. A sociedade seria de castas por haver a produção social por indivíduos negros, a propriedade privada dos meios de produção e a posse do produto do trabalho e do próprio negro, pelo branco. A condição de escravo, de mercadoria e de casta inferior fica cada vez mais evidenciada ao negro, enquanto o branco assume cada vez mais um perfil nítido de Senhor.

O negro, diferentemente do indígena, sempre foi visto pelo branco como escravo devido à força, capacidade física e ordenamento ocorrer de forma fácil. Por ter vindo de outra região, não conhecia o local e teria mais dificuldades que o indígena em organizar fugas e rebeliões.

Em meio à polarização entre o escravo e o senhor, aparece, segundo Ianni, o homem branco e livre. Nos locais onde estavam presentes juntamente com os escravos, eles acabavam por trabalhar lado a lado em muitas situações. Ianni argumenta também sobre a existência de um paternalismo que visava manter o sistema e evitar conflitos gerados pelos escravos. Segundo ele,

O paternalismo é geralmente a solução adotada para as revelações sociais recorrentes, quando o comportamento social do escravo se exprime segundo as expectativas herdadas da tradição. O senhor envolvia a todos os membros do grupo que lhe deviam obediência em maior ou menor grau, segundo a posição social de cada um, com os benefícios e as obrigações que a instituição lhe outorgava. (Ianni, 1988a, p. 138).

Ianni analisa que o fim do sistema escravista se deu por haver uma incompatibilidade entre o regime capitalista que vinha se formando no Brasil e a permanência da utilização da força de trabalho escravizada. A nova realidade colocava uma inefi-

ciência no trabalho escravo. O custo de uma força de trabalho assalariada era menor do que com a escravizada. Essa análise acaba por minimizar o protagonismo negro na desintegração do sistema escravocrata.

No que se refere à transformação após o fim do sistema escravista, Ianni argumenta sobre a personalidade já formada pelos negros e que determinou o lugar social no novo contexto. Na sociedade capitalista pós-abolição eles passam a ser denominados como cidadãos, mas não conseguem adquirir os atributos psicossociais e culturais para assumir essa posição. A inferioridade atribuída permanece a mesma e o negro não penetra nos círculos de convivência social dominado pelos brancos. Então, a partir da abolição, os escravizados passam a virar os homens negros e mulatos. A metamorfose teria sido então do escravo, considerado como mercadoria, para o homem negro ou mulato, considerado como indivíduo. Ele ainda possui considerável distância do homem branco.

A integração do negro na sociedade foi dificultada no período pós-abolição. A incorporação do negro não ocorreu, dentre outros fatores, devido à mentalidade e consciência carregada pelos negros do período de escravização. Também não houve por parte do Estado ou dos homens brancos alguma ação visando lhes organizar para essa transição e adaptação necessária. Ainda, devido à imigração, o negro era rejeitado no mercado de trabalho.

Dessa forma, na análise de Ianni, ocorreu uma transição da sociedade de castas à sociedade de classes que manteve as estruturas das relações sociais. O regime da propriedade privada foi mantido de forma semelhante, com os negros continuando a exercer o papel e a posição inferiorizada.

Ianni defende que a análise sobre as classes sociais é insuficiente para compreender a realidade social e as contradições da história.

[...] As contradições de classes são importantes, não há dúvida. Mas também as contradições étnicas, raciais, culturais e regionais são importantes para compreendermos o movimento da sociedade tanto na luta para transformar a sociedade, pela raiz, no sentido do socialismo (Ianni, 1988b, p. 189-190).

## Considerações Finais

Neste trabalho foi analisado parte das contribuições para o debate racial de três autores vinculados à tradição marxista brasileira: Caio Prado Junior, Florestan Fernandes e Octávio Ianni. Esses autores possuem vastas obras e, conseqüentemente, vastas contribuições para a Sociologia Brasileira. Buscou-se descrever as contribuições vistas em obras específicas dos autores, a saber: *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*, de Caio Prado Junior; *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (volume I), de Florestan Fernandes; *As Metamorfoses do Escravo*, de Octávio Ianni.

Primeiramente, então, foi analisada a contribuição de Caio Prado Junior. Ele analisa o percurso, que envolve a interferência das leis pombalinas, para que diversas tribos indígenas “selvagens” acabassem sendo extintas ou eliminadas no Brasil. Através também dessas leis foi fomentado o tráfico africano. Ele defende que, desde que incorporado na colonização brasileira, sua situação foi sempre a mesma.

Caio Prado é inovador ao observar os escravizados como sujeitos políticos. No entanto, segundo ele, os negros não conseguiram se organizar e terem coesão para uma revolta eficiente, devido à situação que eram submetidos..

Sobre o período posterior à abolição Caio Prado diz que o processo de absorção das raças escravizadas ainda não teria terminado. Os escravizados constituirão a imensa maioria da população, a qual acabou em um estado de baixo nível. Ele consegue analisar de forma mais profunda a questão racial, ao partir das estruturas econômicas e sociais desde o Brasil Colônia. Ele percebe a escravização como o principal marco da sociedade brasileira de princípios do século XIX. No entanto, apresenta um olhar de objetificação, mantendo uma postura racista, ao descrever os negros e indígenas. Fala que indígenas e os negros africanos eram povos “de nível cultural ínfimo” comparado ao de seus dominadores, utiliza o termo “boçais” para se referir aos negros e “apáticos” para se referir aos indígenas, entre diversas outras expressões. A objetificação ocorre principalmente às mulheres indígenas e negras ao abordar sobre a mestiçagem. Essa postura de objetificação é comparável à tida por Gilberto Freyre, o que o coloca em contradições visto a sua atuação política como militante comunista. Mesmo assim, sua contribuição, para a época, é importante para superar a análise que diz respeito à democracia racial. Ele apresenta uma descrição histórica do Brasil Colônia que qualificou o entendimento sobre o período.

Florestan Fernandes, o qual foi apresentado na sequência, contribuiu para entender a ordem social competitiva na sociedade brasileira e os seus resquícios da escravização, como o preconceito e a exclusão. Ele é um dos primeiros a analisar a situação do negro no pós-abolição e argumenta que o negro acabou em uma situação de marginalidade nesse período devido à imigração afinal não houve uma preparação dos negros para o novo regime de organização da vida e do trabalho e porque foram os imigrantes e os fazendeiros que ocuparam os postos de trabalho e o lugar de destaque na sociedade burguesa. Os negros não conseguiam entrar no jogo competitivo e sustentar as regras, por isso a dominação branca e o isolamento social do negro continuam a existir na sociedade. Ele apresenta como possibilidade para a existência de uma democracia a existência da igualdade racial. A luta de classes deve acompanhar, então, a luta racial.

Octávio Ianni, o qual é apresentado na sequência, também percebe como inseparável da questão racial e analisa que a solução para a questão racial não vem separado do que para a situação social. A emancipação dos negros, de forma completa, ocorrerá com a superação da sociedade de classes. Sua análise se dá sobre a metamorfose ocorrida durante a passagem da ordem social escravista para a capitalista na força de trabalho, partindo da existência de uma divisão de castas na sociedade escravista. Ele utiliza o conceito de castas para caracterizar o regime



escravocrata. A sociedade seria de castas por haver a produção social por indivíduos negros enquanto a propriedade dos meios de produção e do produto do trabalho, e do próprio negro, é do branco. Ele argumenta que com o fim da escravização ocorreu a metamorfose do escravo, considerado como mercadoria, para o homem negro ou mulato, considerado como indivíduo. Ele ainda possui considerável distância do homem branco, já que a incorporação do negro não ocorreu. O que ocorreu foi uma transição da sociedade de castas à sociedade de classes mantendo as estruturas das relações sociais. O regime da propriedade privada foi mantido de forma semelhante, com os negros continuando a exercer o papel e a posição inferiorizada.

Os três autores apresentam contribuições para entender a situação racial no Brasil. No entanto, é Florestan e Ianni quem sintetizam melhor sobre o tema, por se aterem em suas pesquisas à especificidade desse debate. Eles mostram a importância da luta contra o racismo e sua necessária ligação com a luta pela superação da sociedade de classes. É Ianni quem desenvolve melhor sobre essa interligação. Além disso, a abordagem não ocorre de uma forma a objetificar as mulheres negras ou as indígenas, o que ocorre de forma frequente através de Caio Prado.

Os três autores não abordam de forma suficiente ou, ao abordar, reduzem o papel dos negros para o fim da própria escravização sofrida. Falta um aprofundamento para entender os negros como sujeitos políticos no processo de transformação do sistema escravista.

## Referências

- BASTIDE, R.; FERNANDES, F. **Branco e negro em São Paulo**. São Paulo: Global, 2008.
- CARDOSO, F. H. **Cor e Mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.
- FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. v. 1. São Paulo: Globo, 2008.
- FERNANDES, F. **Circuito Fechado**. São Paulo: Hucitec, 1977
- FERNANDES, F. **O Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez Editora, 1989.
- FERREIRA, L. S. A contribuição da sociologia de Florestan Fernandes para a compreensão da questão racial no Brasil. **Revista da ABP**. Uberlândia, v. 6, n. 14, p. 276-288, 2014.
- FREYRE, G. **Casa grande & senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.
- IANNI, O. **As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional**. São Paulo: Hucitec, 1988a.
- IANNI, O. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Hucitec, 1988b.
- IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- IANNI, O. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2004a.
- IANNI, O. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.
- PRADO JUNIOR, C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- PRADO JUNIOR, C. **Evolução política do Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.
- PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- REIS, J. C. **As identidades do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- RODRIGUES, T. C. M. Entre o partido e a academia: marxistas e questão racial no Brasil. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 34, p.87-99, 2015.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2000.
- TAUIL, R. M.. **Octavio Ianni e o início de sua trajetória intelectual: uma nova interpretação sobre a “questão racial”**. 2013. 135 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2013.



## AGRADECIMENTOS

*As/os Autoras/es*

**A**gradecemos a todas/os que se dedicaram e se dedicam às Ciências Sociais no Brasil, lembrando que a produção do conhecimento científico é coletiva. Em especial, agradecemos aos docentes, discentes e técnicos-administrativos do Departamento, do Bacharelado e da Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria. Em específico, gostaríamos de nomear e agradecer a algumas pessoas fundamentais para a concretização deste livro: ao incansável TAE do DCS, Marcelo Ercolani, sem o qual este livro não existiria; à Prof<sup>a</sup> Mari Cleise Sandalowski, Chefe do DCS, pelo fundamental apoio; à Prof<sup>a</sup> Janaína Nascimento, Vice-coordenadora do Bacharelado e coordenadora à época da mudança curricular que introduziu a disciplina de Sociologia Brasileira, pelo apoio e belo prefácio que nos brindou; ao Prof. José Carlos Balieiro, Coordenador do Bacharelado; ao João Murini, TAE do Bacharelado; à Fidah Mohamad Harb, nossa revisora; a Amanda de Oliveira Pinho, Antônia Haag e Rodrigo Osorio Santini, nossos diagramadores; ao Leandro Selister, pela cedência da imagem da capa; e, a equipe da Gráfica e Editora Rio DG.

Anthony Scapin Eichner  
Dâmaris Schlender  
Daniel Stack  
Danieli Klidzio  
Giovana Duarte  
Henrique da Rosa Muller  
Italo Matheus Leporassi Iora  
Júlia Presser Marques  
Lucas Back de Araújo  
Luísa Paim Martins  
Mara Cristina dos Santos  
Mayco L. da Silva  
  
Mariana Selister Gomes  
**Organização**



Departamento de  
Ciências Sociais | UFSM



Ciências Sociais  
UFSM

---

apoio